

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA

FERNANDA DE ASSIS FERREIRA

*Do nariz coletivo à preparação de uma fisionomia própria:
Um estudo sobre o fascismo nos escritos do cárcere de
Antonio Gramsci*

Uberlândia
2015

FERNANDA DE ASSIS FERREIRA

Do nariz coletivo à preparação de uma fisionomia própria:
Um estudo sobre o fascismo nos escritos do cárcere de
Antonio Gramsci

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em Filosofia.

Linha de Pesquisa: Ética e Política.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria Said.

Uberlândia
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F383d
2015 Ferreira, Fernanda de Assis, 1990-
Do nariz coletivo à preparação de uma fisionomia própria: um
estudo sobre o fascismo nos escritos do cárcere de Antonio Gramsci /
Fernanda de Assis Ferreira. - 2015.
112 p.

Orientadora: Ana Maria Said.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Filosofia.
Inclui bibliografia.

1. Filosofia - Teses. 2. Fascismo - Teses. 3. Socialismo - Teses. 4.
Hegemonia - Teses. I. Said, Ana Maria. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

CDU: 1

Fernanda de Assis Ferreira

Do nariz coletivo à preparação de uma fisionomia própria:
Um estudo sobre o fascismo nos escritos do cárcere de
Antonio Gramsci

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em Filosofia.

Uberlândia, 27 de agosto de 2015.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Said - IFILO/UFU

Prof. Dr. Edilson José Graciolli - INCIS/UFU

Prof. Dr. Fabio Frosini – Departamento de Ciências do Homem – Universidade de Urbino

AGRADECIMENTOS

Este trabalho finaliza um ciclo de formação que se inicia em março do ano de 2008, no Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, aonde fui apresentada aos estudos filosóficos de modo acadêmico. O contato com a história da filosofia ampliou minha visão de mundo e, literalmente, possibilitou que tivesse acesso a outro mundo cultural. Por isto, cordialmente, agradeço por tudo e todos àqueles que nestes últimos anos contribuíram para que isto ocorresse. Em particular, os meus reconhecimentos àqueles mestres que se dedicam a compartilhar os seus estudos de modo singular, aos professores: Alexandre Soares, Marcos Seneda, Simeão Sass, Maria Socorro, José Benedito, Márcio Chaves-Tannús, Olavo Calábria, Rafael Cordeiro, Anselmo Tadeu e João Bortolanza.

Dedico a mais fraterna gratidão à professora Ana Maria Said. Registro aqui os meus reconhecimentos por tudo, tudo e tudo, que fez por mim nos últimos anos. Obrigada pela seriedade, profissionalismo, atenção, paciência, respeito e amizade que me doou e ensinou. Este trabalho só foi possível pela sua incansável disposição.

Não poderia aqui deixar de mencionar os que fizeram da academia um lugar de leveza, agradeço aos adoráveis amigos que neste sítio encontrei: Daniela Virgínia, Luísa Marques, Eduardo Arantes, Francielle Martins, Kellen, Gigliola, Loyana, Fernanda Tatiani, Maria Simone, Carlinhos, Gabriel Henrique, Rodolfo, Thayane, Maryanne, Jovania, Alexsandra, Lucimárcia e Danilo. Aos amigos da “Toca”: Luana Caroline, Núbia Tortelli, Gabriela e Anderson. E, ainda, agradeço especialmente àquelas mais que amigas que, mesmo de longe, estão sempre em meus pensamentos e em boas lembranças: Camila, Jéssica Medeiros, Renata, Lia, Fernanda Castro, Jaqueline, Isabela, Juliana, Daniela Luiza, Amélia e Lorena Oliveira.

Meus afetuosos agradecimentos: aos meus pais, Antônia e Paulo, à querida avó Maria de Lourdes, ao meu irmão Caio (*in memoriam*), à minha irmã Ariana e minhas adoráveis sobrinhas, Isabel e Júlia; que mesmo de longe e sem saber o que é Filosofia, me encorajam à realização dos meus sonhos. Acentuo minha gratidão ao terno Ronicley que, pacientemente, acompanhou de perto a elaboração deste trabalho, dia após dia, me vivificando com o seu amor. Ainda, agradeço aos primos e familiares, especialmente: Tainá, Lutiane, Rodrigo, Lígia Muriel, Rita, Paulo, Cássia e Darc.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos para a realização desta pesquisa. E, igualmente, aos professores Edilson José Graciolli e Fabio Frosini que, gentilmente, aceitaram o convite para a participação da banca examinadora deste trabalho.

NARIZ COLETIVO

Nada mais deprimente do que esses retratos de família em que todos têm o mesmo nariz (será postiço?) e onde todas aquelas caras parece que estão pensando: “Mas como somos iguais, como somos animais!” Não há de ser nada. Há um anonimato ainda mais sutil. E mais grave. Quando folheamos revistas antigas, espanta-nos que todas aquelas pessoas que aparecem nas fotografias tivessem a mesma expressão. Vai ver que todos pensavam igual! Era a cara da época. Era a cara de fora. Ninguém tinha a cara de dentro. “Também seremos assim”? – indagas agora, na maior frustração. Pergunta supérflua. Devias inquirir: “Serei assim?”. E trata, antes, de substituir a tua cara coletiva por uma fisionomia própria. Depois, conversaremos. Há outras conotações, como hoje se diz. Por exemplo: nos Estados totalitários todas as pessoas têm a mesma cara. A grande manada. O rebanho único. E se acaso aparece um bicho diferente, a solução é simples: caça-se. (QUINTANA, 2008, p.326-327).

RESUMO

A presente dissertação é um estudo do fascismo à luz dos conceitos do filósofo marxista Antonio Gramsci (1891-1937). Nesta pesquisa investigou-se como o fascismo perpassa e interconecta a obra desse pensador que, opositor do referido regime político, permaneceu por cerca de 11 anos – até praticamente a sua morte – nas prisões de Benito Mussolini (1883-1945). A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental. Nesses limites, fixamo-nos na pesquisa de seus escritos do período em que esteve preso (1926-1937), os quais se concentram em duas fontes principais: os *Cadernos do cárcere* e as *Cartas do cárcere*. Devido às inóspitas condições da escrita nos cárceres e às frágeis condições de saúde, o pensador não teve a oportunidade de realizar uma sistemática organização e revisão de sua obra para uma posterior publicação. Assim, nosso objeto de estudo, além de fragmentário, é fugaz; Gramsci deveria driblar a censura fascista em seus escritos, o que o levou, por vezes, a se comunicar por meio de códigos e, ao mesmo tempo, numa linguagem filosófica que tornou possível a elaboração de seus conceitos de análise da realidade social. Isso posto, a pergunta que conduz esta pesquisa se delineia nos seguintes termos: Como Gramsci caracterizou o fascismo em sua obra do período carcerário? O percurso adotado frente a esse problema, como indicado pelo próprio pensador, desencadeou-se a partir da teoria da *revolução passiva* como “critério histórico-político de análise”. Nesse sentido, investigamos os eventos históricos que Gramsci classificou em seus escritos como *revoluções passivas*, a saber: o *Risorgimento*, o americanismo e o fascismo. Tais fenômenos são distintos, mas se interligam através desse conceito, propriamente nas reflexões sobre o processo histórico e os acontecimentos políticos do tempo em que o filósofo escreve. Outrossim, o conceito de *revolução passiva* interconecta-se com o de *guerra de posição*. Por conseguinte, americanismo e fascismo são respostas ao processo revolucionário iniciado com a Revolução de Outubro, na Rússia de 1917. O mundo no início do século XX estava imerso numa *crise orgânica* do sistema capitalista, e duas forças sociais, burguesia e proletariado, disputavam a hegemonia. Contudo, a disputa ocorria de modo desigual: se a classe dominante possuía inesgotáveis recursos para a manutenção de sua hegemonia, as subalternas deveriam se unificar para poderem se tornar uma classe hegemônica e consciente de seu compromisso histórico. Nessas condições, as *revoluções passivas* vertem-se em imponentes estratégias que reforçam a classe dominante e desarticulam as classes dominadas. Gramsci, frente a esse intrincado e obstaculizado entrave da classe dominante, elabora uma estratégia de ação para as classes subalternas dos países ocidentais de capitalismo avançado: a *guerra de posição*. Logo, este estudo apresenta os conceitos de análise de Gramsci, tendo em vista o combate ao fascismo e, mais além, da própria civilização burguesa que, ao não conseguir se desenvolver em vias, de fato, progressistas, tornou possíveis a massificação humana e as condições de barbárie dos regimes autoritários modernos. O homem moderno, no mais alto grau do *individualismo* perdeu a sua fisionomia em um “nariz coletivo” na massificação, o que o tornou supérfluo. Resta a busca de um novo “encontrar-se”, criando uma nova sociedade, numa nova concepção de mundo, que permita ao homem o desenvolvimento da sua *individualidade*, a sua humanidade integral que, ao mesmo tempo, só pode se encontrar na coletividade humana; eis uma sugestão gramsciana para isto: por intermédio da *filosofia da práxis*.

Palavras-chave: Fascismo. Marxismo. Revolução passiva. Guerra de posição. Hegemonia.

ABSTRACT

This dissertation is a study of Fascism according to the concepts of the Marxist philosopher Antonio Gramsci (1891-1937). In this research it was investigated how Fascism crosses and interconnects the work of this thinker who, opposing the referred political regime, remained for about 11 years – almost until his death – in the penal institutions of Benito Mussolini (1883-1945). The methodology used was the bibliographical and documentary research. In such limits, we have looked at a research of his writings from the period when he was imprisoned (1926-1937), which are focused on two main sources: Prison notebooks and Prison letters. Because of the inhospitable conditions of writing in prisons and his fragile health, the thinker did not have the opportunity to conduct a systematic organization and proofreading of his work for a post publication. So, our object of study is fragmented as well as fugacious; Gramsci would circumvent the fascist censure in his writings, which took him at times to communicate through codes and, at the same time, with a philosophical language that made possible the development of his analysis concepts about the social reality. Accordingly, the question that leads this research is outlined as it follows: How did Gramsci characterize Fascism in his work on prison system time? The trajectory adopted about this problem, as indicated by the thinker, was triggered from the theory of passive revolution as a “historical-political criteria of analysis”. In this sense, we investigate the historical events that Gramsci in his writings classified as passive revolutions, namely: Risorgimento, Americanism and Fascism. Such phenomena are distinct, but interconnected through this concept, properly in the reflections on historical process and political events from the epoch the philosopher writes. Furthermore, the concept of passive revolution is interconnected with the notion of war of position. Therefore, Americanism and Fascism are responses to the revolutionary process started with the October Revolution in Russia, in 1917. The world in the early 20th century was immersed in an organic crisis of the capitalist system, and two social forces, bourgeoisie and proletariat, disputed the hegemony. However, the dispute occurred in an unequal way: if the ruling class had inexhaustible resources to maintain its hegemony, the subaltern ones should be unified in order to become a hegemonic class and conscious of its historical commitment. In these conditions, the passive revolutions shed in imposing strategies that reinforce the ruling class and come apart the dominated ones. Gramsci, in this elaborated and hampered obstacle of the ruling class, develops an action strategy for the lower classes of western countries that have an advanced capitalist: the war of position. Hence, this study presents Gramsci’s analysis of concepts, in view of the fight against Fascism and going beyond the bourgeois civilization that, by failing to develop in the progressive process, made possible the human massification and barbaric conditions of modern authoritarian regimes. The modern man, in the highest degree of individualism, have lost his physiognomy in a “collective nose” in massification, which made him superfluous. It still remains the search for a new “meet”, creating a new society in a new conception of the world that allows man to develop his individuality, his full humanity that, in the same time, can only be found in the human community; here is a Gramscian suggestion for this aspect: through the philosophy of praxis.

Keywords: *Fascism. Marxism. Passive revolution. War of position. Hegemony.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A REVOLUÇÃO PASSIVA COMO CATEGORIA HISTÓRICO-POLÍTICA DE ANÁLISE.....	13
1.1 <i>Entre novidades e velharias na societas rerum e na societas hominum: taylorismo, fordismo e americanismo no início do século XX</i>	18
1.2 <i>Fascismo, o americanismo à europeia: o alcance histórico do fordismo</i>	26
2 POR UMA VISÃO NÃO FETICHISTA DO FASCISMO	35
2.1 <i>A burguesia forja imperadores, heróis e líderes: sobre as formas políticas do bonapartismo, cesarismo e fascismo</i>	40
2.2 <i>Estado integral e Estado corporativo</i>	48
3 UM NOVO ESPECTRO RONDA A EUROPA, O ESPECTRO DO FASCISMO	58
3.1 <i>O moderno Príncipe ou “Instruí-vos, agitai-vos e organizai-vos”</i>	66
3.2 <i>Do Partido Nacional Fascista ou do não partido</i>	73
4 A CRÍTICA LITERÁRIA E DA CULTURA: FASCISMO, UMA NOVA CULTURA?	81
4.1 <i>Filosofia da práxis e ideologia</i>	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	104
ANEXO A – Fundação e Manifesto do Futurismo	109

INTRODUÇÃO

Numa época em que os homens se entregam às obscuridades, se esquivam do ato de pensar, movimentam-se em torno de formas políticas deploráveis, se entregam ao domínio da violência e da guerra para a resolução de seus problemas; existe um cérebro que, embora estivesse condenado a parar de pensar, subverte sua sentença¹: eis o pensador marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937). Sua subversão é continuar a pensar, escrever, é deixar algo *für ewig*² (para sempre). Num corpo frágil, o cérebro ainda assim trabalhou ativamente. Referindo-nos à poesia que nomeia este estudo questionamos: não seria estranho se entregar a atividade do pensamento subversivo na época do “nariz coletivo”? Gramsci foi mais que “a cara de sua época”, tinha a sua “cara de dentro”, percebeu os conflitos de seu tempo e viu além... “bicho diferente” entre a manada: “foi caçado”. Foi preso pelo regime fascista em 8 de novembro do ano de 1926 e permaneceu cativo nos cárceres e clínicas do regime de Benito Mussolini (1883-1945) até bem próximo de sua morte. A pena teve fim em 21 de abril de 1937 e, poucos dias após a sua declarada liberdade, no dia 27 de abril daquele mesmo ano, Gramsci morreu.

Em um grande número de notas Gramsci filosofa, teoriza, ironiza seus “adversários” intelectuais. Foram escritos mais de trinta cadernos, publicados postumamente como *Cadernos do cárcere* e inúmeras cartas, as *Cartas do cárcere*, destinadas à família, bem como a seus amigos – não nos enganemos quanto à importância destas últimas, que também figuram a comunicação teórica e política do prisioneiro com o mundo exterior às prisões. O modo de filosofar de Gramsci é insólito, o pensador não publicou um livro sequer. Sua filosofia está dispersa em demasiadas anotações, o próprio Gramsci nos adverte³ sobre o caráter provisório de seus apontamentos; contudo, isto não abala a proeminência que o seu

¹ Cf. FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Tradução de Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Pensamento crítico, 30). Gramsci foi condenado em 1928 a 20 anos, 4 meses e 5 dias, Fiori relata que: “O ministério público tomou a palavra na sessão de 2 de junho. Despejou uma violenta exposição de motivos. Em relação a Gramsci disse: ‘Por 20 anos devemos impedir que este cérebro funcione’.” (p. 285).

² Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cartas do cárcere: 1926-1930*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v.1. Já nos primeiros cinco meses de prisão, Gramsci confidenciava à cunhada Tatiana Schucht, na carta de 19 de março de 1927, sua necessidade de deixar algo que poderia ser utilizado pela posteridade: “Estou atormentado (e este, penso, é um fenômeno típico dos prisioneiros) por esta idéia: de que é preciso fazer algo *für ewig*,[...] Em suma, segundo um plano preestabelecido, gostaria de me ocupar intensa e sistematicamente de alguns temas que me absorvessem e centralizasse minha vida interior.”(p. 128).

³ Cf. GRAMSCI, 2013, v. 1. “As notas contidas neste caderno, como nos demais, foram escritas ao correr da pena, como rápidos apontamentos para ajudar a memória. Todas devem ser revistas e verificadas minuciosamente, já que certamente contêm inexatidões, falsas aproximações, anacronismos. Escritas sem ter presentes os livros a que se referem, é possível que, depois da verificação, tenham de ser radicalmente corrigidas, precisamente porque o contrário do que foi escrito é que é verdadeiro.” (p. 85).

conteúdo tem para a análise de fenômenos históricos, políticos, filosóficos, entre tantos outros, de diversas áreas que, cada vez mais, evocam o pensamento do pensador sardo.

Neste trabalho pretendemos analisar o Gramsci filósofo, colaborador da história das ideias: criador de conceitos. A este respeito é oportuno recordarmos os filósofos, Gilles Deleuze e Félix Guattari que, em seu livro *O que é a filosofia?*, afirmaram que a Filosofia é também criação, é “a arte de *criar*, fabricar conceitos”; é esta a sua particularidade, o que lhe distingue dos outros tipos de conhecimento. A Filosofia só tem uma história porque existiram aqueles homens que se empenharam na criação destes conceitos e os assinaram, como elucidam os filósofos supracitados:

O filósofo é o amigo do conceito, ele é conceito em potência. Quer dizer que a filosofia não é uma simples arte de formar, de inventar ou de fabricar conceitos, pois os conceitos não são necessariamente formas, achados ou produtos. A filosofia, mais rigorosamente, é a disciplina que consiste em *criar* conceitos [...]. É porque o conceito deve ser criado que ele remete ao filósofo como àquele que o tem em potência, ou que tem sua potência e sua competência. [...]. Os conceitos não nos esperam inteiramente feitos, como corpos celestes. Não há céu para os conceitos. Eles devem ser inventados, fabricados ou antes criados, e não seriam nada sem a assinatura daqueles que os criam (DELEUZE; GUATTARI, 2013, p. 11).

Deleuze e Guattari, também afirmam, figurativamente, neste texto, que encarar a questão sobre o que é a Filosofia, é uma atividade que deve ser feita na “velhice”, ou seja, na maturidade intelectual. Gramsci, igualmente, em suas notas do período dos cárceres, formulou esta questão. Ao questionar a função dos intelectuais e da própria filosofia, ele tentou compreender, e refletir sobre os próprios rumos que tomavam a vida nacional italiana e, por isso, elaborou sua filosofia.

É recorrente, a concepção de que a crise do início do século XX e os acontecimentos históricos decorrentes desta são uma valiosa fonte de objeto de estudo para as ciências humanas. Portanto, em nossa pesquisa, de natureza filosófica, pretendemos tratar de um acontecimento político e histórico a partir dos conceitos de análise de Gramsci. O desenvolvimento desta pesquisa apresenta como justificativa a relevância da filosofia gramsciana para o entendimento das contraditórias relações sociais de produção do capitalismo avançado; e neste sentido, a necessidade da compreensão da estratégia do filósofo sardo para a superação da sociedade de classes e, do mesmo modo, o alcance desta para o enfretamento de formas políticas autoritárias e reformistas.

O objetivo desta dissertação é analisar o fascismo como uma *revolução passiva* o que, por sua vez, interconecta este fenômeno político a todo o arcabouço conceitual gramsciano.

Para este objetivo, formulamos e delimitamos o problema na seguinte questão: como Gramsci analisa o fascismo em seus escritos da época em que esteve nos cárceres?. O problema é demasiadamente extenso, o que resulta na inviabilidade de abarcar todos os desdobramentos teóricos possíveis de seu abundante território conceitual. Assim, nos limites circunscritos a esta pesquisa, intencionamos compreender o fascismo como uma *revolução passiva* em relação aos conceitos de: Estado integral, Estado corporativo, crise orgânica, guerra de posição, partido político, hegemonia e reforma intelectual e moral.

Na tentativa de responder a essa questão, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental. Em vista disto, selecionamos alguns documentos, como as cartas que o pensador enviava para os seus interlocutores e, propriamente, os seus escritos dos *Cadernos* que, embora por vezes não examinem diretamente a temática proposta para este estudo, oferecem elementos que propiciam as inferências que aqui intentamos empreender. Outrossim, buscamos nos servir da literatura dos estudiosos da obra gramsciana e, do mesmo modo, daquelas que retratam o problema histórico e político a ser abordado nesta pesquisa, o fascismo.

Ainda, enfrentaremos a temática proposta a partir do método da *filosofia da práxis*, o materialismo histórico dialético; que, como já apontamos, é utilizado pelo próprio filósofo em seus escritos. Para Gramsci, a filosofia é uma visão do mundo que supera a visão de mundo do senso comum. Esta ordem intelectual é uma atividade de pensar coerente e unitária que está em estrita e necessária relação com a história de uma época: filosofia, política e história formam um “bloco histórico”. Gramsci nestas direções reflete sobre a sua própria época, sobre os acontecimentos que decorrem da *crise orgânica* do capitalismo e tem em vista as possibilidades da revolução das classes subalternas. Considerando o estratagema da classe dominante, a *revolução passiva*, ele pondera sobre a viabilidade de um processo revolucionário guiado pelas classes subalternas, e, como veremos neste trabalho, o pensador não se entrega aos extremos, tanto do mecanicismo quanto do fatalismo.

Destarte, dividimos nossas considerações acerca da análise gramsciana do fascismo em quatro partes principais. No primeiro capítulo, tentamos compreender o conceito gramsciano de *revolução passiva*, como um conceito chave para direcionar a leitura de sua obra do período do cárcere. Por isso, começamos pela compreensão do processo de unificação italiano, o *Risorgimento*. Nos itens seguintes procuramos elucidar as duas formas da revolução passiva do início do século XX: o *americanismo* e, sua forma italiana, o fascismo.

No segundo capítulo, iniciamos a conceituação do fenômeno político do fascismo utilizando as contribuições de alguns estudiosos para a compreensão deste fenômeno.

Posteriormente, numa nova seção, buscamos entender os conceitos de *cesarismo* e *bonapartismo*, levando em consideração a apreensão gramsciana do fascismo em termos de um *cesarismo moderno*. Em seguida, apresentamos um estudo da concepção gramsciana de Estado *integral* e do estado corporativo, que é a tese fascista de um “novo” tipo de Estado.

No terceiro capítulo, tentamos compreender o fascismo em termos de um elemento de *guerra de posição*, que visava frear as forças subalternas, assim, relacionamos esta categoria à categoria de *revolução passiva*. No item subsequente, nos dedicamos à compreensão do conceito gramsciano de *partido político*, como o elemento capaz de elaborar e difundir uma *reforma intelectual e moral*; uma frente de combate ao fascismo e ao Estado burguês. Na outra seção, prosseguimos no estudo do partido político, no entanto, a análise é sobre como podemos refletir sobre o significado histórico do Partido Nacional Fascista (PNF) a partir das notas gramscianas.

No quarto capítulo, investigamos como Gramsci, a partir de sua crítica literária, critica a cultura burguesa e a falta da capacidade dos intelectuais italianos de elaborar uma cultura nacional que fosse de fato popular. Assim, o pensador elabora o seu conceito de *nacional popular*, que torna-se uma espécie de projeto de “unidade” entre a cultura dos intelectuais e a das camadas populares – o que não pode ocorrer na sociedade burguesa e vem a ser uma tarefa de uma nova classe hegemônica. O fascismo seria este elemento capaz de unificar culturalmente a nação? Gramsci duvida, por isso, a sua classificação de correntes culturais fascistas, como o futurismo, como um “romantismo”. Por conseguinte, numa última seção, apresentamos o seu conceito de *filosofia da práxis e ideologia*, o que seria o instrumento teórico para a ação das classes subalternas, para que estas pudessem tornar-se uma classe hegemônica. Por fim, encerramos o presente estudo com as nossas considerações.

Num convite à leitura deste trabalho e ao estudo do vívido e resistente pensamento gramsciano, reproduzimos uma parte de uma carta de Gramsci, com data de 12 de setembro de 1927, destinada a seu irmão Carlo:

[...] algumas vezes me vi em condições terríveis, sem por isso me desesperar. Toda esta vida me fortaleceu o caráter. Convenci-me de que, mesmo quando tudo está ou parece perdido, é preciso voltar tranquilamente ao trabalho, recomeçando do início. Convenci-me de que é preciso sempre contar apenas consigo mesmo e com as próprias forças; não esperar nada de ninguém e, portanto, evitar decepções. Que é necessário só se propor fazer o que se sabe e pode fazer, e buscar o próprio caminho. Minha disposição moral é ótima: alguns me consideram um demônio, outros um santo. Não quero ser mártir nem herói. Acredito ser simplesmente um homem médio, que tem suas convicções profundas e não as troca por nada no mundo. (GRAMSCI, 2005, v. 1, p. 190).

1 A REVOLUÇÃO PASSIVA COMO CATEGORIA HISTÓRICO-POLÍTICA DE ANÁLISE

Nos *Cadernos do cárcere*, Gramsci apresenta o conceito de *revolução passiva* como uma categoria para a análise de diversos fenômenos históricos para os quais ele dedica notas e apontamentos. Esta proposta é evidenciada em suas reflexões acerca de três eventos: o *Risorgimento*, o americanismo e o fascismo. Nesta parte introdutória de nosso estudo, procuraremos delinear o referido conceito em constância com suas interpretações acerca destes eventos históricos, pois, como afirma Franco De Felice: “As notas históricas têm [...] um duplo papel: de prova e verificação de categorias gerais elaboradas para a compreensão do presente (a revolução passiva e a multiplicidade dos seus significados) e de determinação das particularidades nacionais.” (DE FELICE, 1978, p. 221).

A categoria de *revolução passiva* em Gramsci é uma adaptação da originária fórmula de Vincenzo Cuoco⁴ sobre os acontecimentos revolucionários italianos de 1799. O pensador assente à apreciação de Cuoco sobre estes fatos, todavia, a *revolução passiva* é uma formulação que precisava ser desenvolvida para o exame de outros fenômenos⁵. É, portanto, uma categoria que pode ser utilizada para problematizar uma série de eventos que estão interconectados em relações nacionais e internacionais, as quais forneceram os elementos de modernização dos Estados europeus, Gramsci afirma que:

Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva a revolução ocorrida na Itália, como consequência imediata das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino. (GRAMSCI, 2014, v. 5, p. 209-210).

Deste modo, o *Risorgimento*, o movimento que levou à unidade territorial e política da Itália, deve ser compreendido como fruto resultante da história europeia e mundial, visto que para Gramsci, este não foi um fato exclusivamente italiano. O *Risorgimento* tem seus

⁴ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 5. Nas notas ao texto deste volume nos é esclarecido que: “Vincenzo Cuoco (1770-1823) participa da revolução napolitana de 1799, depois da qual sofre o cárcere e o exílio. Em sua obra principal, *Saggio storico sulla rivoluzione napoletana* (1801), aparece o conceito de ‘revolução passiva’ para indicar que a revolução napolitana, suscitada pelo impacto de acontecimentos externos, como a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas, se restringiu a um grupo relativamente exíguo de intelectuais e não soube se ligar às concretas necessidades do povo” (p.371).

⁵ Gramsci reconhece a importância desta categoria de análise para a compreensão do *Risorgimento*, contudo, percebe que seu estudo avança e agrega elementos que engendram um conceito singular, o filósofo explicita: “O ponto de partida deste estudo será o trabalho de Vincenzo Cuoco, mas é evidente que a expressão de Cuoco a respeito da Revolução Napolitana de 1799 não passa de uma sugestão, porque o conceito foi completamente modificado e enriquecido”. (GRAMSCI, 2014, v. 5, p. 322).

desdobramentos resultantes de todo um período antecedente: da história romana (a passagem da República ao Império), da Idade Média, da era do mercantilismo, das monarquias absolutistas, da Revolução Francesa e da invasão napoleônica e, igualmente, não é independente dos eventos internos e das forças sociais da península itálica.

O movimento revolucionário do *Risorgimento*⁶ tivera em sua constituição dois partidos fundamentais que buscavam a conquista da hegemonia: os Moderados e o Partido de Ação. Para Gramsci, os Moderados representavam um grupo social conservador relativamente homogêneo (eram a classe alta e a sua expressão; dirigentes de empresas, grandes agricultores, administradores de propriedades rurais, entre outros), ao passo que o chamado Partido de Ação não era assim constituído (este não se apoiava em nenhuma classe histórica específica). Ademais, o pensador sardo afirma que o Partido de Ação era composto segundo os interesses dos Moderados.

Conforme Gramsci, o predomínio de um grupo social sob outro se dá como domínio e como direção intelectual e moral: “Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados” (GRAMSCI, 2014, v. 5, p. 62). Para a conquista da hegemonia, um grupo social deve ser dominante e dirigente. E mais ainda, ser dirigente antes e depois da conquista do poder. Assim, a direção política torna-se um elemento que limita a atividade do grupo subalterno, permitindo que este seja incorporado e dominado. É a partir desta análise que se deve compreender as circunstâncias que tornaram possível aos Moderados a conquista da hegemonia através de uma revolução sem terror, através de uma *revolução passiva*, como denota Gramsci:

A partir da política dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem “Terror”, como “revolução sem revolução”, ou seja, como “revolução passiva”, para empregar uma expressão de Cuoco num sentido um pouco diverso de Cuoco. (GRAMSCI, 2014, v. 5, p. 63).

⁶ Cf. GRAMSCI, 2014, v. 5, p. 355. Nas notas ao texto gramsciano temos a indicação de que o *Risorgimento* pode ser esquematicamente compreendido a partir de quatro momentos: “a) 1815-1847, a preparação intelectual e moral, sob a influência da ideologia liberal-nacionalista posta em circulação pela Revolução Francesa; b) 1848-1849, a eclosão de vários movimentos republicanos de curta duração e o abandono da hipótese ‘neoguelfa’ de unificação, sob a direção de um Papado liberal; c) 1850-1861, a afirmação progressiva da política ‘moderada’ de Camillo Benso di Cavour e da Casa de Savoia, do Reino do Piemonte-Sardenha, com a libertação do Sul por obra de Garibaldi e sua ‘Expedição dos Mil’; d) 1861-1870, a fase de unificação e consolidação estatal, com a anexação de Veneza em 1866 e a ocupação de Roma em 1870”.

A *revolução passiva* ocorrera na forma de um “transformismo”, os Moderados incorporaram o Partido de Ação e as massas populares não foram absorvidas no âmbito do Estado. O Partido de Ação não conseguira elaborar um programa de governo concreto que fosse regido pelas necessidades das camadas populares, especialmente, para os camponeses, como afirma Gramsci: “A burguesia italiana não soube unificar em torno de si o povo, e esta foi a causa de suas derrotas e das interrupções de seu desenvolvimento [...] tal egoísmo estreito impediu uma revolução rápida e vigorosa como a francesa.” (GRAMSCI, 2014, v. 5, p. 141). O Partido de Ação carecia de uma firme direção política, era marcado por divergências e conflitos internos, o que Gramsci classifica como um jacobinismo “negativo”: “[...] o Partido de Ação devia se ligar às massas rurais, especialmente meridionais, ser ‘jacobino’ não só pela ‘forma’ externa, de temperamento, mas especialmente pelo conteúdo econômico-social” (GRAMSCI, 2014, v. 5, p. 75-76). Em suma, o Partido de Ação não conseguira ser uma força opositora que pudesse fazer frente ao partido dos Moderados.

A situação internacional, como já prenunciado, fora condição ativa para a unificação nacional italiana, como destaca o estudioso do pensamento marxista Alex Fiuza de Mello: “[...] serão os fatores internacionais e especialmente os reflexos da Revolução Francesa que articularão e potencializarão politicamente as forças progressistas nacionais contra aquelas da reação, fazendo-as vencer suas limitações e insuficiências originárias.” (MELLO, 1996, p. 74).

Apesar das divergências, Gramsci considera o Partido de Ação como resultante, um reflexo ítalo, ainda que deformado, da Revolução Francesa. Para Gramsci, o Partido de Ação modificou a fórmula francesa de “República una e indivisível” para “Estado único e indivisível”. O movimento revolucionário italiano tinha um objetivo, digamos que, “mais modesto”; a França era portadora de uma iniciativa civilizatória, era uma nação hegemônica, enquanto a Itália devia “montar as peças de um Estado unitário fosse como fosse.” (GRAMSCI, 2014, v.5, p. 254). Nesta correlação de forças, o Partido de Ação não conseguira organizar os camponeses, ao passo que os Moderados, com seus latifundiários partidários, temeram que ocorresse esta organização e prontamente desejaram a unificação, como sublinha Gramsci: “Os latifundiários não queriam permanecer sob a ameaça de um movimento popular por terras e se tornaram unitários apaixonados” (GRAMSCI, 2014, v. 5, p. 266-267).

Obstantemente, o movimento para a unificação nacional italiana, além dos conflitos internos, ocorre em meio à guerra contra o Império Austríaco. Sobre a direção político-militar do *Risorgimento*, Gramsci afirma que lutavam contra um dos maiores exércitos da

Europa que, além disso, contava com o apoio dos próprios habitantes da península itálica: “Com sua política, os partidos nacionais italianos deveriam ter determinado ou ajudado a desagregação do Império austríaco; no entanto, com sua inércia fizeram com que os regimentos italianos fossem um dos melhores apoios da reação austríaca.” (GRAMSCI, 2014, v. 5, p. 101). A derrota deve ser atribuída às classes dirigentes, tanto do Partido de Ação quanto dos Moderados, pois não souberam discernir que a direção militar é subordinada à direção política. Assim, neste momento deveria ter ocorrido uma coalizão de forças para a derrota do exército inimigo, Gramsci sugere que:

[...] para expulsar os austríacos e seus auxiliares italianos era necessário: 1) um forte partido italiano homogêneo e coerente; 2) que este partido tivesse um programa concreto e específico; 3) que tal programa fosse compartilhado pelas grandes massas populares (que, então, só podiam ser rurais) e as educasse para se insurgirem “simultaneamente” em todo o país. Só a profundidade popular do movimento e a simultaneidade podiam tornar possível a derrota do Exército austríaco e de seus auxiliares. (GRAMSCI, 2014, v. 5, p. 348).

O Partido de Ação não pode ser considerado um partido jacobino, pois não visava se tornar o partido dirigente. Para Gramsci, “[...] a luta se apresentava como luta contra os velhos tratados e a ordem internacional vigente, e contra uma potência estrangeira, a Áustria, que representava e sustentava a Itália, ocupando uma parte da península e controlando o resto.” (GRAMSCI, 2014, v. 5, p. 82). Além disso, havia a debilidade da burguesia italiana em constituição e as diferenças históricas da Europa após 1815, condições que eram diferentes da França da Revolução de 1789.

A fraqueza do Partido de Ação está em que ele não ousou antepor os interesses dos camponeses ao do grupo dirigente, não despertou este grupo para a reforma agrária. Não tiveram a intrepidez que os jacobinos tiveram para eliminar os seus opositores para a consolidação do desenvolvimento histórico e, assim, a criação de um novo Estado e de uma nova classe hegemônica, Gramsci adverte:

Se é verdade que os jacobinos “forçaram” a mão, é também verdade que isto aconteceu sempre no sentido do desenvolvimento histórico real, porque eles não só organizaram um governo burguês, ou seja, fizeram da burguesia a classe dominante, mas fizeram mais: criaram o Estado burguês, isto é, deram ao novo Estado uma base permanente, criaram a compacta nação francesa moderna. (GRAMSCI, 2014, v. 5, p.81).

Neste ponto, é preciso compreender a relação que Gramsci estabelece entre o conceito de *revolução passiva* e os princípios de economia política contidos no prefácio de *Para a*

crítica da economia política, o *Prefácio de 1859*, de Karl Marx. Segundo Gramsci, o conceito de *revolução passiva* é um “corolário crítico necessário” destes princípios⁷:

O conceito de “revolução passiva” deve ser deduzido rigorosamente dos dois princípios fundamentais de ciência política: 1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista; 2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias etc.(GRAMSCI, 2014, v. 5, p. 321).

O conceito de *revolução passiva* de Gramsci não deve ser compreendido como uma fórmula que justifique a causa de um movimento revolucionário não ter sido realmente uma *revolução*. Se o filósofo contrapõe a fórmula da *revolução passiva* à da *revolução*, isto, no entanto, exprime que este conceito é utilizado por Gramsci como um critério crítico de interpretação da história e não deve, pois, ser concebido como uma visão fatalista dos nexos históricos.

Para Gramsci, no *Risorgimento* – como no americanismo e no fascismo – ocorrem transformismos moleculares “que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações.” (GRAMSCI, 2014, v. 5, p.317). Sobrevém uma mudança das forças sociais, dos grupos e partidos em destaque, porém o que prevalece é o grupo que já era dirigente. É neste contorno que se pode delinear a história do movimento para a unificação nacional italiana, em que não ocorre uma ruptura brusca que engendre uma nova classe ou uma original forma de vida. O *Risorgimento*, não se enquadra na categoria de uma *revolução*, visto que, a Itália não possuía minimamente as condições para tal fenômeno⁸, sua economia ainda era fraca, não existia uma classe burguesa constituída. Era preciso, antes, a transformação desta estrutura, como sugere Gramsci: “O problema não era tanto liberar as forças econômicas dos obstáculos jurídicos e

⁷ Cf. MARX, Karl. Prefácio de 1859. In: *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores). No referido texto, Marx considera que: “Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir” (p. 130).

⁸ Cf. PERICÁS, Luiz Bernardo. Prefácio: José Carlos Mariátegui e as origens do fascismo. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *As origens do fascismo*. São Paulo: Alameda, 2010. “A permanência de pequenas propriedades no meio rural representaria, para certos setores da elite, um entrave para a acumulação de capital e para o desenvolvimento do campo. Assim, foi destruída qualquer possibilidade de que um modelo ampliado de pequenas propriedades prevalecesse e se favoreceu a constituição de latifúndios. A produção agrícola em parte financiava os empreendimentos públicos, como a construção de estradas e ferrovias. Desta forma, o sistema fiscal do país sangrava a renda do campo e a transferia para o setor público e para as indústrias privadas. E o campesinato pobre do sul era cada vez mais esmagado economicamente.” (p. 14).

políticos antiquados, quanto criar as condições gerais para que estas forças econômicas pudessem nascer e se desenvolver segundo o modelo dos outros países” (GRAMSCI, 2014, v. 5, p. 249). É por isso que Gramsci não denomina o Partido de Ação como um partido revolucionário, como foram os jacobinos:

Os jacobinos, portanto, foram o único partido da revolução em ato, uma vez que não só representavam as necessidades e as aspirações imediatas das pessoas físicas reais que constituíam a burguesia francesa, mas representavam o movimento revolucionário em seu conjunto, como desenvolvimento histórico integral, porque também representavam as necessidades futuras e, de novo, não só daquelas determinadas pessoas físicas, mas de todos os grupos nacionais que deviam ser assimilados ao grupo fundamental existente. (GRAMSCI, 2014, v. 5, p. 80).

Foi o movimento do *Risorgimento* que possibilitou a unidade geográfica da Itália, construída pela burguesia e não pelo elemento popular. É neste processo de transformismo, de decaptação e incorporação das forças antagônicas, de uma *revolução passiva*, que se constitui o Estado burguês italiano. A Itália se constitui em nação desfrutando de um Estado fraco, conservador, burocratizado e sem uma língua nacional (que fosse amplamente conhecida pelos seus habitantes). E, até então, como é sublinhado por Pericás (2010), estabelecendo uma relação fraca com a Europa, fruindo de uma economia fraca e sem força política e militar, conservando, ainda, as relações estreitas entre a burguesia e os latifundiários.

Doravante, após estas elementares observações acerca da constituição histórica do moderno Estado italiano, passaremos às considerações das outras *revoluções passivas* explanadas por Gramsci em seus escritos do cárcere, empenhando-nos na investigação desta categoria que proporciona uma possível chave de leitura para a obra gramsciana.

1.1 *Entre novidades e velharias na societas rerum e na societas hominum: taylorismo, fordismo e americanismo no início do século XX*

No Caderno 22, Gramsci revigora a sua compreensão dos eventos do início do século XX. O filósofo se dedica ao estudo dos fenômenos que irromperam no mundo do trabalho e como estas novidades reagiram na vida coletiva dos indivíduos. A temática é desta forma, abordada nas suas notas conhecidas sob o título de *Americanismo e fordismo* nas quais o pensador apreende esta novidade difundida, sobretudo, pelos Estados Unidos.

As principais transformações sobre as quais versa Gramsci, no referido texto, são concernentes às novas técnicas de produção fomentadas pelas ideias inovadoras de dois cidadãos norte americanos, a saber: Frederick Winslow Taylor (1856-1915) e Henry Ford

(1863-1947). Gramsci, nesses apontamentos, demonstra que estas mudanças são uma nova forma de *revolução passiva* que, substancialmente, é o resultado da mudança da economia individual para a economia programática e que esta modificação no mundo econômico, gera, por sua vez, alguns obstáculos que “nascem das várias formas de resistência que o processo de desenvolvimento encontra em sua evolução, formas que provêm das dificuldades presentes na *societas rerum* e na *societas hominum*” (GRAMSCI, 2014, v. 4, p. 241).

De modo sumário, podemos compreender o conceito de *americanismo* como uma espécie de difusão de novos elementos culturais realizados, primordialmente, pelos Estados Unidos, que foram necessários para que pudessem ser assimiladas as novas mudanças no trabalho; o que não significa que Gramsci compreenda isto como algo exclusivamente norte americano, o que já havia sido observado, inclusive, pelo próprio Ford⁹. E, evidentemente, os termos “taylorismo” e “fordismo” são referentes aos processos e técnicas de produção promovidas, respectivamente, por Taylor e Ford.

O pensador italiano inicia o texto *Americanismo e fordismo* com uma série de questionamentos sobre este movimento histórico. Nos deteremos, neste item de nossa pesquisa, nas especificidades desta *revolução passiva*: nas novidades trazidas pelo fordismo e pelo taylorismo e no modo como estes métodos foram impostos e incorporados pela população. Na intenção de avivar o debate, procuramos desenvolvê-lo partindo das próprias considerações de Taylor e Ford.

No cargo de contramestre, Taylor percebeu que as subdivisões nas funções não deveriam ocorrer apenas na esfera da produção, mas, também, na da administração. O engenheiro soube distinguir as funções de preparação das funções de execução e nomeou seu método de “administração científica”. Ele propôs a divisão de responsabilidades e tarefas estritamente necessárias à execução de um determinado trabalho. Era necessário obter a melhor iniciativa de cada trabalhador. Este deveria ser treinado para executar um trabalho simples e da forma mais rápida possível. Esse tempo em que o trabalhador hábil desempenhava sua função deveria ser o “tempo modelo” a ser obtido por todos os outros.

Ford, interessado em todas as atividades fabris, assim como Taylor, ampliou diversas organizações e inovações tecnológicas. Mas, segundo Pinto, “sua principal genialidade

⁹ Cf. FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade de Henry Ford*: as obras de Henry Ford; minha vida e minha obra, hoje e amanhã, minha filosofia da indústria. Tradução de Monteiro Lobato. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2012. Ford afirma que os Estados Unidos foram apenas o berçário (*nursery*) destas inovações: “Mas insistir sobre o americanismo não é insistir em um nacionalismo estreito. Os princípios do americanismo são a meta para qual se encaminham todos os esforços da civilização. Não dizemos isso com pueril basófia, visto como tais princípios são anteriores à existência dos Estados Unidos. A América, entretanto, foi a *nursery* onde esses princípios deram plena demonstração dos resultados da liberdade em todas as coisas. A missão dos Estados Unidos é provar ao mundo a verdade e solidez de certos princípios”(p. 420).

consistiu, sobretudo, em ter imaginado a possibilidade de incutir nos seus contemporâneos a postura de consumidores de massa de produtos padronizados.” (PINTO, 2010, p. 35).

A ideia da produção em massa era a geração do consumo em massa que, por sua vez, reduziria os custos na produção, aumentaria os salários e os lucros da empresa. O ideal da produção em massa só pôde ser realizado pela padronização dos produtos e dos próprios processos produtivos – o que já havia sido desenvolvido por Taylor. Ford, então, introduz a linha de produção em série, que “foi a colocação do objeto de trabalho num mecanismo automático que percorresse todas as fases produtivas, sucessivamente, desde a primeira transformação da matéria-prima bruta até o estágio final.” (PINTO, 2010, p. 35). Numa esteira ou trilho que se movimentava em um determinado tempo regular, eram introduzidos objetos que seriam modificados pelo trabalho humano; os trabalhadores, por sua vez, estariam posicionados uniformemente para a realização de sua função, previamente determinada e já adequada para oferecer um habilidoso, especializado, simples e, portanto, rápido trabalho: a fábrica fruía num ritmo; como descreve Ford, em *Minha vida e minha obra*:

Nosso primeiro passo no aperfeiçoamento da montagem consistiu em trazer o trabalho ao operário ao invés de levar o operário ao trabalho. Hoje todas as operações se inspiram no princípio de que nenhum operário deve ter que se abaixar.

Os princípios da montagem são:

1º Trabalhadores e ferramentas devem ser dispostos na ordem natural da operação, de modo que cada componente tenha a menor distância possível a percorrer da primeira à última fase.

2º Empregar planos-inclinados ou aparelhos concebidos de modo que o operário sempre ponha no mesmo lugar a peça que terminou de trabalhar, indo ela ter à mão do operário imediato por força do seu próprio peso, sempre que isso for possível.

3º Usar uma rede de deslizadeiras, por meio das quais as peças a montar se distribuem a distâncias convenientes.

O resultado destas normas é a economia de pensamento e a redução ao mínimo dos movimentos do operário, que, sendo possível, deve fazer sempre uma só coisa com um só movimento. (FORD, 2012, p. 73-74).

Consequentemente, o modelo de produção taylorista e fordista engendra a seleção científica e técnica do trabalho e do trabalhador, como observa Gramsci em *Americanismo e fordismo* “o significado e o *alcance objetivo* do fenômeno americano [...] é *também* o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem.” (GRAMSCI, 2014, v. 4, p. 266). Os preceptores das novas técnicas de trabalho e da produção, desde o início, estavam lúcidos quanto a seus objetivos, Taylor assim resume os quatro princípios da administração científica: “*Primeiro* – Desenvolvimento duma verdadeira ciência. *Segundo* –

Seleção científica do trabalhador. *Terceiro* – Sua instrução e treinamento científico. *Quarto* – Cooperação íntima e cordial entre a direção e os trabalhadores.” (TAYLOR, 1976, p. 118-119).

Para cada atividade seria necessário um tipo de homem que deveria ser comandado e gerenciado por outros que possuíssem conhecimentos superiores, pois, “existem homens incapazes de executar trabalhos que exigem o uso da inteligência e do pensamento criativo”. Despudoradamente, Taylor sustenta que esse tipo de trabalho requer “homens bovinos”, em suas palavras: “Um dos primeiros requisitos para um indivíduo que queira carregar lingotes como ocupação regular é ser tão estúpido e fleumático que mais se assemelhe em sua constituição mental a um boi” (TAYLOR, 1976, p. 66). É contra esta atividade, proposta pelos métodos tayloristas, que visa a automatização dos homens, que Gramsci se indigna:

Com efeito, Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. (GRAMSCI, 2014, v. 4, p. 266).

A ideia da seleção científica é que se deve considerar cada trabalhador individualmente. Não se considera grandes equipes ou grupos, mas sim o trabalhador. Se este falha é porque pode ser inadequado para a função que lhe foi designada. O gerente pode realocá-lo para outra função que lhe seja mais adequada, a qual ele seja física e mentalmente capaz de executá-la. Por isso, Taylor afirma que a passagem da administração empírica para a científica exige uma “completa transformação na atitude mental de todos os homens, com relação ao seu trabalho e aos seus patrões.” (TAYLOR, 1976, p. 95). Esta nova mentalidade exigida para a efetivação desta novidade capitalista transforma o *ethos* cultural, modifica as técnicas e a forma do homem se relacionar com o seu trabalho, Mello constata que:

O “fordismo” envolve para Gramsci, sincronicamente, um tipo de *modelo-padrão* de produção capitalista que requer uma “*americanização*” das condições objetivas para sua efetivação: emergência de uma nova mentalidade, disciplina comportamental, racionalidade institucional, padrão de consumo, enfim, uma transformação do “*ethos*” cultural que estabeleça uma metamorfose entre o antigo trabalhador mestre de seu ofício ou especialista de tarefa, e o tipo *psicofisicamente novo* de “homem”, ajustado à lógica da produção em série da linha de montagem, membro do corpo de um “trabalhador coletivo” melhor adaptado à lógica de uma subordinação real mais efetiva do trabalho ao capital. (MELLO, 1996, p. 89).

Ford, assim como Taylor¹⁰, acreditava que entre os homens não pode haver igualdade e esta pretensão atrasa o progresso. A quantidade de homens que são inaptos ao trabalho é superior. No entanto, ainda é possível achar aptos entre os considerados inaptos. É deste modo que ele ilustra, em *Minha vida e minha obra*, suas experiências com trabalhadores surdos, deficientes e até mesmo com pacientes acamados para a execução de trabalhos simples em suas condições de internos do hospital da Ford. É possível, desta forma, encontrar um lugar no mundo da produção para cada indivíduo:

Para certa classe de homens, o trabalho repetido, ou a reprodução contínua de uma operação que não varia nunca, constitui uma perspectiva horrível. A mim me causa horror. Ser-me-ia impossível fazer todos os dias a mesma coisa; entretanto para outros – posso dizer para a maioria, esse gênero de trabalho nada tem de desagradável. Com efeito, para certos temperamentos a obrigação de pensar é que é apavorante. O ideal para eles corresponde ao serviço onde o cérebro não trabalhe. (FORD, 2012, p. 92).

No entanto, Gramsci questiona esta seleção “científica” do trabalhador e esta proposta supostamente democrática. Estes novos métodos de trabalho estavam sendo impostos à classe trabalhadora de forma impetuosa e sem escrúpulos, as “peças” que não se encaixavam na nova composição fabril eram descartadas e, apesar de seus preceptores acreditarem que sabiam os limites psicofísicos aos quais era permitido que o trabalhador se submetesse, muitas dessas “peças” poderiam ser literalmente eliminadas não somente do mundo do trabalho. Além disso, o filósofo concebe que as novas técnicas de produção impostas pelo modelo taylorista-fordista é apenas uma fase mais intensificada do industrialismo, não se trata de uma “novidade original”, é uma forma de *revolução passiva* que tem início no seio do desenvolvimento econômico, isto é, na fábrica, como Gramsci nos indica:

Mas, na realidade, não se trata de novidades originais: trata-se apenas da fase mais recente do industrialismo, uma fase que é apenas mais intensa do que as anteriores e se manifesta sob formas mais brutais, mas que também será superada através da criação de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos anteriores e, certamente, de um tipo *superior*. Ocorrerá inelutavelmente uma seleção forçada: uma parte da velha classe trabalhadora será impiedosamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court*. (GRAMSCI, 2014, v. 4, p. 266).

¹⁰ Cf. TAYLOR, 1996, p. 43-44. “Como certos indivíduos nascem preguiçosos e ineficientes e outros ambiciosos e grosseiros, como há vício e crime, também sempre haverá pobreza, miséria e infelicidade. Nenhum sistema de administração, nenhum expediente sob o controle dum homem ou grupo de homens pode assegurar prosperidade permanente a trabalhadores ou patrões. A prosperidade depende de muitos fatores, inteiramente livres do controle de grupo humano, estado ou nação, e assim todos passam inevitavelmente por certos períodos e devem sofrer um pouco. Sustentamos, entretanto, que sob a administração científica, fases intermediárias serão muito mais prósperas, felizes e livres de discórdias ou dissensões”.

Outrossim, a administração científica, como uma lei aplicável a todas as atividades humanas, substitui os métodos empíricos pelos científicos e tem como principal objetivo a relação harmoniosa entre empregadores e empregados. Conforme Taylor, o engenheiro-administrador, há uma relação de mútua necessidade entre empregador e empregado, se um não vai bem o outro não pode subsistir por muito tempo, por isso, propõe que “[...] é preciso dar ao trabalhador o que ele mais deseja – altos salários – e ao empregador o que ele realmente almeja – baixo custo de produção” (TAYLOR, 1976, p. 30).

Os homens e as máquinas devem oferecer o maior rendimento possível. Entretanto, ocorria a resistência dos trabalhadores. Para Taylor a “vadiagem no trabalho”, o esforço do trabalhador produzir sempre menos do que realmente pode fazer, é um dos maiores perigos à indústria. Para a superação deste problema seria necessário demonstrar ao empregado a vantagem de produzir em maior quantidade. Deveria ser eliminada “a cera”, reduzindo os custos na produção para que fossem abertos os mercados interno e externo, o que resultaria no aumento dos salários dos trabalhadores. Como ele afirma sobre os Estados Unidos e a Inglaterra:

[...] afastando este hábito de *fazer cera* em todas as suas formas e encaminhando as relações entre empregados e patrões, a fim de que o operário trabalhe do melhor modo e mais rapidamente possível em íntima cooperação com a gerência e por ela ajudado, advirá, em média, aumento de cerca do dobro da produção de cada homem e de cada máquina. Que outras reformas, entre as que estão sendo discutidas nas duas nações, podem fazer tanto quanto esta, para promover a prosperidade pela diminuição da pobreza e alívio dos sofrimentos? (TAYLOR, 1976, p. 33).

Taylor considerava que o “fazer cera” gerava a exploração dos outros trabalhadores e que os próprios trabalhadores eram os responsáveis pelas más condições em que se encontravam. Estes caíam nas falsas ideias de agitadores sociais que não sabiam nada a respeito das condições reais de trabalho, as quais são compreensíveis apenas aos engenheiros e aos administradores. Além disso, esses enganam o empregador: “[...] a ignorância do patrão a respeito dos tempos para realizar os trabalhos auxilia o operário no propósito de diminuir suas possibilidades de produção” (TAYLOR, 1976, p. 36).

Destarte, o modelo taylorista de organização da produção requer, para a sua efetivação, uma necessária fragmentação da classe trabalhadora. E esta fragmentação é alcançada justamente nesta consideração individual de cada empregado e de sua produtividade. Intensifica-se a competitividade, só recebe aumento de salário aquele que supera a meta da produção. O trabalhador deve focar apenas em sua tarefa e em como acentuar os seus ganhos. Não importa mais se seu companheiro não consegue; o que vale é a

sua produção, para melhorar as *suas* próprias condições de vidas. Taylor, o operário que busca a maximização dos resultados dos capitalistas, assevera:

A análise cuidadosa demonstrou que, quando os trabalhadores estão reunidos, tornam-se menos eficientes do que quando a ambição de cada um é pessoalmente estimulada; que quando os homens trabalham em grupo sua produção individual cai invariavelmente ao nível, ou mesmo abaixo do nível, do pior homem do grupo; e que todos pioram em vez de melhorarem o rendimento com a colaboração. (TAYLOR, 1976, p. 75).

Tal qual Taylor, Ford também percebe como as relações de proximidade entre os trabalhadores não são proveitosas para a atividade lucrativa. O industrial considera que não se deve negociar com entidades de classe e nem com comissões, a relação entre empregador e empregado deve ser direta, sem intermediários. É preciso que o trabalhador considere-se inserido em um local que valorize as suas qualidades peculiares, que ofereça um emprego que respeite os seus limites e lhe retribua satisfatoriamente por seu ofício, Ford relata que:

A experiência das indústrias Ford com operários, tanto nos Estados Unidos como no estrangeiro, tem obtido resultados surpreendentes. Ainda que não nutramos prevenção contra as federações, não nos submetemos a nenhum acordo, seja qual for, nem com as organizações patronais, nem com as operárias. Pagamos sempre um salário maior do que o indicado por qualquer federação e tratamos sempre de reduzir as horas da semana de trabalho. Não há, pois, nenhuma vantagem para os nossos operários em se agregarem a federação alguma. (FORD, 2012, p. 218-219).

Quem mais ganha com a administração científica é o povo em geral, os consumidores, segundo Taylor. E o mesmo pensava Ford, que levou este ideal mais a fundo, seus trabalhadores deveriam ser ao mesmo tempo os seus melhores clientes, por isso, também, a necessidade do “salário-causa”: “Essa ideia de alargar o poder aquisitivo por meio de salários altos e baixo preço de venda é que está determinando a prosperidade do nosso país. Constitui a razão fundamental da nossa empresa e chamamo-la ‘salário-causa’ (*wage motive*).” (FORD, 2012, p. 245). Porém, como Gramsci questiona, devemos atentar para o que significa “altos salários”, pois, este pode ser maior apenas se comparado com o das outras empresas; também, em contrapartida, a empresa de Ford exige novas qualificações, especialidades e um maior desgaste de energia do trabalhador, que podem não ser supridas pelo valor do salário, como alerta o pensador sardo:

[...] a indústria Ford exige uma especialização, uma qualificação para seus operários que as outras indústrias ainda não exigem, ou seja, uma qualificação de novo tipo, uma forma de consumo da força de trabalho e uma quantidade de força consumida no mesmo tempo médio que são mais gravosas e extenuantes do que em outros locais, forma e quantidade que o

salário não consegue compensar em todos os casos, não consegue reconstituir nas condições dadas pela sociedade tal como é. (GRAMSCI, 2014, v. 4, p. 274).

Como não bastasse a fábrica controlar o empregado em tão rígidos métodos, este ainda deveria estar censurado aos “prazeres da carne”. O álcool e a depravação sexual obstam à fabricação do homem apto para trabalhar nas indústrias Ford e gerar seus rendimentos, o industrial confirma: “Tudo quanto interfira com a nossa capacidade de pensar com clareza, viver saudavelmente uma vida normal e realizar a nossa tarefa de povo construtor acabará por ser removido da nossa frente, seja como handicap econômico, seja pelo ideal de mais alta saúde” (FORD, 2012, p. 443). É por este motivo que o modelo fordista-taylorista de produção adere à bandeira do puritanismo como uma causa pela qual é essencial militar e, para a eficácia na luta, é necessário interferir na vida privada dos empregados. É indispensável a regulamentação do instinto sexual; o padrão familiar é o monogâmico e o alcoolismo, também, é um dos maiores oponentes, como nota Gramsci:

Deve-se observar como os industriais (especialmente Ford) se interessaram pelas relações sexuais de seus empregados e, em geral, pela organização de suas famílias; a aparência de “puritanismo” assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas; a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado (GRAMSCI, 2014, v. 4, p. 252).

É da análise de todas estas condições exigidas para a efetivação da racionalização da produção e do trabalho que Gramsci concebe o americanismo, como uma *revolução passiva* que combina, de forma artificiosa, a coerção com a persuasão e o consenso: “[...] combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) [...] [consegue] centrar toda a vida do país na produção” (GRAMSCI, 2014, v. 4, p. 247). Todo este processo não deve ser concebido de maneira cônica, pois nele está inerente a perspectiva de classe, como assinala Buci-Glucksmann:

Efetivamente, a “revolução passiva” à americana passa através do redimensionamento do assalariado (política de altos salários), através do desenvolvimento de práticas de diferenciação internas à classe operária, através da criação de um novo proletariado fragmentado, parcelizado, intercambiável. O desenvolvimento das forças produtivas, a sua “racionalização”, se verifica sob a direção das classes dominantes que possuem o monopólio da iniciativa, na ausência de direção consciente e autônoma da classe operária. (BUCI-GLUCKSMANN, 1978, p. 140).

Se a classe operária estava dispersa, a sua classe antagônica estava mais que consciente de seu papel na luta pela hegemonia e, de fato, conseguira ter a direção do movimento “revolucionário” (desta reforma progressista). Destarte, o americanismo amplia suas fronteiras difundindo estas novidades da produção num processo mundializante, em relação ao qual nos ocuparemos na próxima parte deste primeiro capítulo: como esta forma da *revolução passiva* do início do século XX é incorporada pela velha Europa.

1.2 Fascismo, o americanismo à europeia: o alcance histórico do fordismo

Nas anotações de *Americanismo e fordismo*, Gramsci nos adverte para a importância da compreensão da incorporação da nova forma de produzir pela Europa: “[...] a reação europeia ao americanismo deve ser examinada com atenção: dessa análise resultarão vários elementos necessários para compreender a atual situação de uma série de Estados do Velho Continente e os acontecimentos políticos do após-guerra.” (GRAMSCI, 2014, v.4, p. 243). Os episódios políticos a que o pensador se refere é o fascismo que, nesse panorama, está entrelaçado à recepção das novidades americanas. Mas, como Gramsci relaciona estes avanços técnicos a este acontecimento político? Por que o fascismo se enquadra na categoria de *revolução passiva*? Partindo destas formulações é que pretendemos compreender a problemática, nesta parte de nosso estudo.

O processo de “americanização” da Europa perpassa por diversos entraves devido às diferenças históricas da formação dos Estados modernos do velho continente. Como delineado precedentemente, na Europa a burguesia se constitui em classe através de diversos processos revolucionários: na França, através de uma *revolução* e na Itália, com uma *revolução passiva*. Estas diferenças históricas têm papel fundamental para o entendimento dos desdobramentos do início do século XX.

Gramsci percebe que para a recepção das novas técnicas, entre outros fatores, é necessária uma “racionalização da composição demográfica europeia”, o que não ocorreria de modo espontâneo. Como na América, fora necessário todo um processo para a criação de um novo tipo de homem; no entanto, na Europa, esta fabricação encontrou várias resistências intelectuais e morais e ocorreu de forma ainda mais violenta, conforme Gramsci: “[...] sob formas particularmente brutais e insidiosas, através da mais extrema coerção.” (GRAMSCI, 2014, v.4, p. 242).

Nos Estados Unidos existia uma composição demográfica racional, isto é, já “racionalizada” pelo desenvolvimento histórico. Na América não existiam inúmeras classes

que não possuísem lugar no mundo da produção. Diversamente, a Europa era composta pela velha camada plutocrática, como afirma o filósofo, “pensionistas da história econômica, que vivem do patrimônio de seus avós”. E somando-se a isto, ainda havia os distúrbios causados pela emigração em longo prazo, a forçada¹¹ inserção da mulher no mundo do trabalho, o desequilíbrio na quantidade de homens e mulheres causado pela Primeira Guerra Mundial, a desnutrição e as doenças endêmicas. Enfim, Gramsci relata uma série de motivos para demonstrar a desfavorável relação entre Europa e América no que tange a questão da população ativa e inerte no mundo do trabalho. Tudo isto gerava um desequilíbrio que perturbava a vida econômica nacional, problemas em que a Itália estava inteiramente imersa.

Esta diversidade na composição demográfica europeia não criara um terreno sadio para a modernização da produção, como observou Gramsci, a Europa “[...] quer todos os benefícios que o fordismo produz no poder de concorrência, mas conservando seu exército de parasitas que, ao devorar enormes quantidades de mais-valia, agrava os custos iniciais e debilita o poder de concorrência no mercado internacional.” (GRAMSCI, 2014, v. 4, p.242-243). A existência de numerosas classes improdutivas também obstava a adesão do fordismo em razão da camada europeia estar envolta em uma “camada de chumbo”, de uma série de “tradições históricas e culturais” – as quais Gramsci considerava um resíduo ativo de todas as formações históricas que impediam a adesão ao novo.

A Europa tem sua história constituída de uma série de fases de revoluções políticas e econômicas, nas palavras de Mello, de “heterogeneidade de instituições, práticas e valores sociais, além da forte tradição sindical, apresentavam-se como verdadeiras ‘camadas de chumbo’ à permeabilidade da nova racionalidade programática homogeneizadora do mundo da produção e estilo de vida” (MELLO, 1996, p. 87-88). Contrariamente, o sindicalismo americano fora facilmente reprimido, sua frágil base nacional não sobrevivera às medidas coercitivas impostas pelas novas técnicas de administração.

Por conseguinte, a “racionalização da composição demográfica europeia” ocorrera de modo a criar, por intermédio de diversificações coercitivas, uma nova seção dirigente no seio

¹¹ Cf. HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2004. Na referida obra, o historiador marxista alerta para o episódio da inserção das mulheres no mundo do trabalho como resultado da necessidade da produção em massa, esta que deveria ser maior ainda no período da guerra: “Podemos observar de passagem que um tal nível de mobilização de massa, durante anos, não pode ser mantido, a não ser por uma economia industrializada de alta produtividade e – ou alternadamente – em grande parte nas mãos de setores não combatentes da população.[...] em sociedades industriais, uma tão grande mobilização de mão-de-obra impõe enormes tensões à força de trabalho, motivo pelo qual as guerras de massa fortaleceram o poder do trabalhismo organizado e produziram uma revolução no emprego de mulheres fora do lar: temporariamente na Primeira Guerra Mundial, permanentemente na Segunda” (p. 51).

da própria classe burguesa para conter os avanços da classe subalterna, que sobrevinha de avanços em âmbito mundial, como nos é indicado por De Felice:

A racionalização só pode intervir para modificar a relação existente entre as várias camadas sociais com o processo de produção, a tornar mais sadia a composição demográfica, a redefinir os nexos com a divisão internacional do trabalho e a “selecionar, entre as possibilidades que esta divisão oferece, a mais rendosa”; trata-se definitivamente da formação de uma nova classe dirigente.(DE FELICE, 1978, p. 247-248).

O industrialismo ingressara em uma nova fase, porém, estas mudanças não foram “naturalmente” desenvolvidas. Gramsci apreende o fenômeno americano como uma tentativa de resposta de superação da crise causada pela queda tendencial da taxa de lucro. Taylorismo e fordismo são tentativas progressivas de recuperar os lucros a partir de uma série de condições que permitissem o aumento progressivo do capital constante. As variáveis que permitiram este aumento foram apreendidas por Gramsci em sua leitura da obra de Ford (as quais tentamos demonstrar no item antecedente, cotejando os textos do pensador marxista, de Taylor e de Ford) e representavam a meta para a qual se encaminhava o capitalismo em sua fase avançada: intensificar os lucros da produção através de sua racionalização. Gramsci as enumera:

1) as máquinas continuamente introduzidas são mais perfeitas e refinadas; 2) os metais mais resistentes e de maior duração; 3) cria-se um novo tipo de operário monopolizado, com altos salários; 4) diminuição das perdas no material de fabricação; 5) utilização cada vez maior de subprodutos sempre mais numerosos, isto é, economia nas perdas antes necessárias, o que foi possibilitado pela grande amplitude das empresas; 6) utilização das perdas de energias calóricas: por exemplo, o calor dos altos-fornos que antes se perdia na atmosfera é conduzido por tubulações, aquecendo os locais de habitação, etc. (A seleção de um novo tipo de operário torna possível, através da racionalização taylorizada dos movimentos, uma produção relativa e absoluta maior do que a anterior, com a mesma força de trabalho). Com cada uma destas inovações, o industrial passa de um período de custos crescentes (isto é, de queda da taxa de lucro) para um período de custos decrescentes, na medida em que goza de um monopólio de iniciativa que pode durar muito tempo (relativamente). (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 381).

No entanto, como insinua Gramsci, o monopólio dos industriais poderia não durar muito tempo, visto que as novas técnicas seriam difundidas e poderiam trazer novas crises. Porém, o americanismo parecia ser a solução para a recuperação da economia e, mais que isso, a modificação do tipo médio de operário, que poderia render mais e se esparzir da luta de classes, é desta forma que Gramsci constata a não eficácia das armas do velho arsenal da burguesia para frear a crise:

A extensão dos novos métodos determina uma série de crises, cada uma das quais recoloca os mesmos problemas relativos aos custos crescentes, cujo ciclo pode repetir-se até o momento em que :1) se tenha atingido o limite extremo de resistência do material; 2) se tenha atingido o limite na introdução de novas máquinas automáticas, isto é, a relação última entre homens e máquinas; 3) não se tenha atingido o limite de saturação da industrialização mundial, levando-se em conta a taxa do aumento da população (que, de resto, declina com o aumento da industrialização) e da produção para renovar os bens de consumo e os bens de produção. Portanto, a lei tendencial da queda da taxa de lucro estaria na base do americanismo, isto é, seria a causa do ritmo acelerado no progresso dos métodos de trabalho e de produção e de modificação do tipo tradicional do operário. (GRAMSCI, 2013, v.1, p. 381-382).

Mais que uma crise econômica que desemboca na grande crise de 1929, Gramsci compreende que o início do século XX está imerso em uma profunda *crise orgânica*. O filósofo contesta os que frequentemente estudam os acontecimentos de forma isolada, nomeando cada um destes como uma “crise”. Se não se deve compreender estes fenômenos de forma isolada, também não se pode incorrer no erro de afirmar que esses têm uma origem ou causa única. A crise é um fenômeno complexo, para compreendê-la é preciso recorrer aos seus diversos aspectos: político, econômico, ideológico, seu início, duração, origem, entre outros. O *crack* da bolsa de *New York* é apenas uma das manifestações da crise, a guerra e todo após guerra também são estas manifestações – uma resposta política dos próprios responsáveis por causá-la – como afirma Gramsci: “[...] todos reconhecem que a guerra de 1914-1918 representa uma ruptura histórica, no sentido de que toda uma série de questões que se acumulavam molecularmente, antes de 1914, ‘se sobrepuseram umas às outras’, modificando a estrutura geral do processo anterior” (GRAMSCI, 2014, v.5, p. 330). No entanto, o advento da Grande Guerra, não deve ofuscar a percepção da crise, visto que este fenômeno tem como causa fundamental o problema da produção, o modo de produção capitalista é uma contínua *crise*, Gramsci elucida:

Em suma, o desenvolvimento do capitalismo foi uma “crise contínua”, se assim se pode dizer, ou seja, um rapidíssimo movimento de elementos que se equilibravam e neutralizavam. Num certo ponto, neste movimento, alguns elementos predominaram, ao passo que outros desapareceram ou se tornaram inativos no quadro geral. Então surgiram acontecimentos aos quais se dá o nome específico de “crises”, que são mais ou menos graves precisamente na medida em que tenham lugar elementos maiores ou menores de equilíbrio. Dado este quadro geral pode-se estudar o fenômeno em seus diversos planos e aspectos: monetário, financeiro, produtivo, de comércio interno, de comércio exterior, etc.; e não se pode excluir que cada um destes aspectos, em consequência da divisão internacional do trabalho e das funções, possa ter aparecido, nos diferentes países, como predominante ou como máxima manifestação. (GRAMSCI, 2014, v.4, p. 318).

A este respeito é forçoso empreendermos uma digressão para a compreensão da gênese do conceito de *crise orgânica* em Gramsci. Aqui, novamente fazemos referência ao marxismo de Gramsci, de sua alusão aos princípios contidos no *Prefácio de 1859*. O conceito de *crise orgânica* é correspondente ao conceito marxiano de *etapa de revolução*. Marx, no texto supracitado, afirma que este momento é caracterizado por ter as relações sociais de produção da vida material entrado em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, impossibilitando o seu progresso. As forças produtivas já estariam desenvolvidas de modo a possibilitar aos homens uma nova produção de sua vida material, todavia, conservando as mesmas relações sociais de produção, não é possível que este desenvolvimento ocorra. Marx enuncia que:

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. [...] Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é nada mais do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações transformam-se em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. (MARX, 1978, p. 129-130).

Para Marx, se não se criam novas relações sociais de produção da vida material que estejam em conformidade com as novas forças produtivas, para fazer surgir este novo modo de produção, o resultado é o aprofundamento da contradição e o produto é sempre a crise mais aprofundada.

Estas categorias marxianas que estão presentes na obra de Gramsci são elaboradas para a análise do processo histórico. Marx analisa o processo histórico, distinguindo nele os modos de produção, nos quais se pode verificar um desenvolvimento histórico. Entretanto, os modos de produção em Marx não assinalam necessariamente um desenvolvimento progressivo na História; a passagem do modo de produção antigo para o feudal, por exemplo, não foi um contínuo desenvolvimento de forças produtivas, e, portanto, da vida material. No *Prefácio de 1859*, ele afirma que os modos de produção existentes, até o tempo em que escreve, são: o asiático, o antigo, o feudal e a última forma antagônica, o burguês moderno. Segundo Marx, o modo de produção burguês ou também chamado capitalista, é a última forma moderna do processo histórico que permite ao homem “sair da pré-história”.

Gramsci, como intérprete das categorias marxianas, percebe que o modo de produção capitalista se desenvolveu e que, portanto, era necessário compreendê-lo em sua nova

conjuntura. O desenvolvimento do capitalismo era desigual, a capitalização global se caracterizava por encontrarmos países de capitalismo avançado e outros em que o mesmo era incipiente. Ao analisar os países de capitalismo avançado, o pensador italiano percebe que a crise do capitalismo tinha uma resposta diversa da esperada inevitável *revolução*. O modo de produção capitalista estava em crise, e como já explicado, o americanismo aparece como a principal tentativa de superação desta crise.

A compreensão do pensador italiano, reiteramos, é que os fenômenos devem ser concebidos junto aos seus nexos históricos e internacionais. Por isso, a *crise orgânica* do início do século XX é a percepção de um fenômeno de vastas proporções, tanto conceituais como reais, de prolongados acontecimentos de violências desmesuráveis, como alerta Gramsci: “A crise foi (e ainda é) mais violenta por ter atingido todas as camadas da população e por ter entrado em conflito com as necessidades dos novos métodos de trabalho que foram se impondo nesse meio-tempo (taylorismo e racionalização em geral)” (GRAMSCI, 2014, v. 4, 264). Ainda, a crise do pós guerra é uma *crise orgânica* porque atingira o Estado, como nos esclarece Christinne Buci-Glucksmann: “Uma crise *econômica* só se desdobra em crise histórica e orgânica se atinge o Estado e os aparelhos de hegemonia: ou seja, ‘o Estado em seu conjunto’ ”. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 102).

Em vista disto, é que deve ser interpretado o fascismo, como uma resposta da burguesia italiana para a reorganização da produção através de uma *polícia econômica*, conforme nos sobreavisa Gramsci: “[...] a orientação corporativa não surgiu das exigências de uma transformação das condições técnicas da indústria nem mesmo daquelas de uma nova política econômica, mas, ao contrário, das exigências de uma polícia econômica, exigências agravadas pela crise de 1929 e que ainda estão em curso” (GRAMSCI, 2014, v. 4, 257). É desta forma que o filósofo questiona as interpretações mecanicistas acerca do fascismo visto que, na Itália, não houve uma resistência dos trabalhadores às novidades técnicas, em verdade, foram eles que as impulsionaram; não obstante, há uma força que opera para a recuperação da hegemonia da classe dominante. Como nos é esclarecido por Mello, o fascismo é a resposta com balas de pistola e de metralhadoras da pequena e média burguesia à crise:

O que é o fascismo, observado sob escala internacional? É a tentativa de resolver os problemas da produção e da troca com metralhadoras e balas de pistola. As forças produtivas foram arruinadas e dissipadas pela guerra imperialista: vinte milhões de homens na flor de sua juventude e energias foram mortos; outros vinte milhões tornaram-se inválidos. Milhares e milhares de vínculos que uniam os vários mercados no mundo foram violentamente quebrados. As relações entre cidade e campo, entre metrópole e colônias, foram viradas ao avesso. Os fluxos migratórios, que

periodicamente reestabeleciam o equilíbrio entre o excesso de população e o potencial de meios de produção em cada país, foram profundamente perturbados e não funcionam mais regularmente. Uma unidade e simultaneidade de crises nacionais foram geradas, o que torna precisamente a crise geral aguda e incurável. Mas existe um estrato da população em todos os países – a pequena e média burguesia – que pensa poder resolver tais gigantescos problemas com metralhadoras e balas de pistola; e este estrato nutre o fascismo, municia o fascismo com suas tropas. (MELLO, 1996, p. 39-40).

A crise tem respostas diversas em cada Estado, na Itália a pequena e média burguesia se colocam a frente de um novo movimento político que pretendia superar esta fase miserável do capitalismo. Nos EUA, a arma utilizada para frear a crise é os novos métodos de produção e de trabalho. Estas soluções são progressistas, mas são apenas *revoluções passivas*, na medida em que não podem resolver a contradição fundamental.

O fordismo não é a resposta mais satisfatória para os problemas do capitalismo e nem ilustra a criação de um novo modo de produção, a única resposta possível que resolveria as contradições do capitalismo seria a sua abolição, com o surgimento do modo de produção socialista. Como argumenta De Felice, ao tratar da nova maneira de produzir americana:

[...] se com as novas formas de governo da economia e com todas as questões ligadas ao americanismo não se tem a criação de um novo, mas uma tentativa de resposta à crise do capitalismo, assim mesmo estas intervenções contribuem para fazer emergir como central a questão da produção, do modo e das relações no âmbito dos quais se desenvolve, criando assim as condições para uma ulterior e mais profunda aceleração da crise: a revolução passiva contribui para “determinar um amadurecimento mais rápido das forças internas freadas pela prática reformista”. (DE FELICE, 1978, p. 241).

O movimento de modernização no mundo produtivo difundido pelos Estados Unidos não é sinônimo de que este país seja o preceptor de uma nova civilização; o americanismo, para Gramsci, é apenas um modo de “remoer a velha cultura europeia” (GRAMSCI, 2014, v. 4, p. 279). É uma *revolução passiva*, não é a criação de uma nova civilização, porque “nada mudou no caráter e nas relações dos grupos fundamentais: trata-se de um prolongamento orgânico e de uma intensificação da civilização europeia, que apenas assumiu uma nova epiderme no clima americano” (GRAMSCI, 2014, v. 4, p. 281). Gramsci rejeita a visão do americanismo como uma força verdadeiramente revolucionária, pois este é exatamente impulsionado pelas forças reacionárias, pela burguesia. Não se poderia esperar que a burguesia reconstruísse o que ela mesma fora capaz de destruir, o pensador assevera:

O que hoje é chamado de “americanismo” é em grande parte a crítica antecipada feita pelas velhas camadas que serão esmagadas pela possível

nova ordem e que já são vítimas de uma onda de pânico social, de dissolução, de desespero; é uma tentativa de reação inconsciente de quem é impotente para reconstruir e toma como ponto de apoio os aspectos negativos da transformação. Não é dos grupos sociais “condenados” pela nova ordem que se pode esperar a reconstrução, mas sim daqueles que estão criando, por imposição e através do próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem: estes últimos “devem” encontrar o sistema de vida “original” e não de marca americana, a fim de transformarem em “liberdade” o que hoje é “necessidade”. (GRAMSCI, 2014, v. 4, p. 280).

O partido da classe subalterna deveria ter considerado a importância do fenômeno americano enquanto estratégia que estava sendo absorvida pela burguesia mundializada, que o adaptou aos seus referidos contextos. Como alerta Gramsci, nas considerações finais de *Americanismo e fordismo*, difundiu-se na Europa uma concepção de que na América não havia luta de classes, e de que isso ocorria graças ao fordismo, todavia, isto fora uma artimanha para a apresentação dos Estados Unidos como “um exemplo de homogeneidade social para fins de propaganda e como premissa ideológica para leis de exceção” (GRAMSCI, 2014, v. 4, p. 282), isto é, para justificar as medidas fascistas.

O confronto ao estratagema da burguesia – o fordismo, como resposta à *crise orgânica* do sistema capitalista – se daria apenas com as armas da própria classe subalterna: americanismo e comunismo são as duas forças históricas que se contrastam na luta pela hegemonia no início do século XX. A classe subalterna novamente não fora a classe protagonista condutora das mudanças, assim, o que ocorreu foi uma revolução conservadora, uma *revolução passiva*, como nos esclarece Buci-Glucksmann: “temos um processo histórico *passivo* e conservador. Mas de qualquer modo trata-se de uma *revolução* (embora diluída) e, enquanto tal, ela recebe ‘alguma coisa das exigências populares’ nelas incluídas” (BUCI-GLUCKSMANN, 1978, p. 129).

O conceito de *revolução passiva*, como tentamos demonstrar nestas primeiras páginas de nossa pesquisa, é uma ferramenta teórica para a análise do processo histórico. Gramsci teve uma ampla compreensão dos fenômenos históricos de seu tempo, pois não se entregou aos extremos: tanto do mecanicismo quanto do derrotismo. Por isso, a *revolução passiva* é um critério teórico para a análise dos acontecimentos e não uma norma de ação a qual a classe subalterna deveria se sujeitar para conseguir algumas melhorias em suas ínfimas condições de vida. Destarte, De Felice especifica os elementos que permitem a utilização desta categoria para a compreensão de diferentes acontecimentos históricos:

[...] os elementos comuns que identificam o processo de revolução passiva em relação a fenômenos históricos muito diferentes são substancialmente dois: transformações moleculares das forças em campo; absorção e

decapitação do antagonista de parte dos grupos dominantes que deste modo desenvolvem uma iniciativa hegemônica; escassa e não-orgânica consciência histórica de si e do adversário da força antagonista (antítese), e isto não lhe permite realizar plenamente as suas possibilidades. (DE FELICE, 1978, p. 195).

É desta forma que também consideramos a categoria de *revolução passiva*, isto é, a partir da conhecida fórmula aderida por Gramsci, “pessimismo da inteligência e otimismo da vontade”¹². Portanto, nos próximos capítulos, pretendemos compreender como Gramsci concebe a temática do fascismo enquanto uma força social que busca conter e oprimir os avanços da classe subalterna. Assim, especialmente no capítulo subsequente, nos dedicaremos ao estudo e elucidação das categorias gramscianas de cesarismo, bonapartismo, Estado *integral* e corporativismo de Estado, para a compreensão do fascismo na perspectiva do filósofo marxista.

¹² Conforme Carlos Nelson Coutinho, a frase é um mote de Romain Rolland adotado por Gramsci. O estudioso esclarece: “Romain Rolland (1866-1944), romancista e ensaísta francês, autor de *Jean-Christophe*, ganha o Prêmio Nobel de Literatura em 1916. Firme pacifista durante a Primeira Guerra, quando se exila na Suíça, aproxima-se depois da esquerda, merecendo muitos elogios do jovem Gramsci, que dele recolhe um de seus mais recorrentes motes: ‘pessimismo da inteligência, otimismo da vontade’ Esse mote aparece numa resenha de Rolland a um livro de Raymond Lefebvre, publicada em *L’Humanité* de 19 de março de 1920, resenha mencionada pela primeira vez por A. A. Santucci, em sua edição das *Lettere*, cit., p. 299. Nela, diz Rolland: ‘O que mais me agrada em Lefebvre é esta íntima fusão, que para mim faz o verdadeiro homem, entre pessimismo da inteligência, que penetra toda ilusão, e otimismo da vontade.’ Gramsci cita pela primeira vez a frase de Rolland num artigo publicado em *L’Ordine Nuovo* de 3-10 de abril de 1920.” (GRAMSCI, 2002, v. 6, p. 331).

2 POR UMA VISÃO NÃO FETICHISTA DO FASCISMO

Antes de prosseguir no exame da caracterização do fascismo nos escritos de Gramsci – sobretudo das notas escritas nos cárceres –, partimos das contribuições de alguns teóricos que empenharam-se no estudo da temática em questão. Destarte, neste segundo capítulo, pretendemos, ainda que brevemente, elucidar o que fora o fascismo, situando-o historicamente a fim de demonstrar a complexidade de suas interpretações.

Emilio Gentile¹³ considera que o movimento político do fascismo fora fundado em 23 de março de 1919 em Milão, já sob a liderança de Benito Mussolini (1883-1945). No entanto, se não acreditamos numa perspectiva do fenômeno que o limita a uma data específica, acreditamos muito menos que este seja o resultado das ações de uma única figura central (Mussolini)¹⁴. Em parte de uma nota do Caderno 19, Gramsci critica este modo de considerar os eventos, chama-o de “história fetichista”. Embora ele esteja se referindo às interpretações do *Risorgimento* nesta anotação, podemos aqui reproduzir parte dela numa crítica aos que ainda compreendem o fascismo nesta perspectiva:

O modo de representar os acontecimentos históricos nas interpretações ideológicas da formação italiana se poderia chamar “história fetichista”: para esta, com efeito, tornam-se protagonistas da história os “personagens” abstratos e mitológicos. [...] O cânone crítico segundo o qual todo o desenvolvimento histórico é documento de si mesmo, o presente ilumina e justifica o passado, é mecanizado e exteriorizado e reduzido a uma lei determinista de caráter retilíneo e “unilinear” (até porque o horizonte histórico está restrito aos limites geográficos nacionais e o evento é separado do conjunto da história universal, do sistema de relações internacionais, a que, no entanto, está necessariamente ligado). (GRAMSCI, 2014, v.5, p.34).

Mesmo que a emblemática figura de Mussolini esteja entrelaçada ao fascismo, isto é, sua vida e a vitalidade do fascismo *italiano* coincidem em boa parte, ele não é o único elemento que torna possível que irrompa o fascismo na história da Itália moderna. O fascismo, como demonstra a história do século XX, alastrou-se na Europa e com esta forma

¹³ Cf. GENTILE, Emilio. Itália fascista: do partido armado ao Estado totalitário. In: TRINDADE, Helgio (Org.). Tradução de Fátima Conceição Murad. *A Itália de Mussolini e a origem do fascismo*. São Paulo: Ícone, 1988. O reputado teórico delinea: “O movimento fascista foi fundado em Milão a 23 de março de 1919 durante uma reunião organizada por Mussolini. Os participantes eram algumas centenas. O novo movimento queria reunir as forças da esquerda intervencionista e combatente para defender a guerra, valorizar a vitória e lutar contra o bolchevismo. O seu programa de renovação radical da sociedade e do Estado era muito semelhante ao de outros grupos surgidos no pós-guerra”. (p. 7).

¹⁴ Nem o supracitado estudioso nos faz crer que parte desta análise, o fato é que se for por falta de acontecimentos anteriores à “oficialização” do movimento, temos diversas amostras da truculência dos fascistas, os quais ainda não se haviam assim nomeado, basta aqui nos remetermos aos manifestos dos futuristas italianos, o primeiro em 20 de fevereiro de 1909, *Fundação e manifesto do Futurismo* (Cf. Anexo A), de Filippo Tommaso Marinetti (1876-1944) – voltaremos a esta temática adiante.

política também foram lançadas as bases para componentes mais permanentes, como o “corporativismo de Estado”, já apontado por Gramsci em seus escritos.

Questiona-se: o que foi o fascismo? Frente a esta questão já nos resguardamos. Primeiramente, podemos afirmar que foi um complexo fenômeno político que constituiu-se por inúmeras graduações, momentos de crises, etc. Esta noção preliminar nos imprime a dificuldade em pensar o assunto. Devido à pluralidade de interpretações, em todo nosso trabalho não faremos senão um aceno, uma sumária introdução à temática.

Isto posto, capitulemos o que significa o próprio termo “fascismo”. Konder esclarece que o termo é lançado por Mussolini, mas este tem base e significação histórica, o termo “fascismo” procede do termo *fascio* (feixe) da antiga Roma. Neste tempo antigo, os magistrados eram protegidos por funcionários que tinham a punho machados de cabo grande e estes eram reforçados por muitas varas amarradas em conjunto. Já neste tempo o *fascio* designava algo violento, de obediência e união: “Os machados simbolizavam o poder do Estado de *decapitar* os inimigos da ordem pública. E as varas amarradas em redor do cabo constituíam um *feixe* que representava a unidade do povo em torno da sua liderança”. (KONDER, 1977, p.30). No século XIX, o termo *fascio* é retomado por organizações populares, o “feixe” significava união e estes grupos eram geralmente liderados por socialistas, que reivindicavam os direitos dos camponeses. Quando inicia a Primeira Guerra Mundial, formam-se na Itália *fasci* patrióticos que eram favoráveis à participação do país no conflito, aí começa uma espécie de organização política do movimento. O próprio Mussolini combate na guerra e quando finaliza o conflito, ele e muitos ex-combatentes que faziam parte destes *fasci di combattimento*, organizaram-se para suprimir os responsáveis pela crise – não resolvida pela guerra – isto é, inicialmente, a democracia e o socialismo.

Renzo De Felice adverte que existem três interpretações que prevaleceram na compreensão do fenômeno do fascismo: a primeira é a “liberal”, que o concebe como uma doença moral, um produto da crise moral da sociedade europeia da primeira metade do século XX; a segunda é a chamada “radical”, o fascismo seria o resultado dos atrasados e atípicos processos de desenvolvimento econômico e de unificação nacional de alguns países europeus (Alemanha e Itália); e a terceira, a interpretação “marxista”, que explica o “fascismo como estágio de envelhecimento do capitalismo ou, pelo menos, como produto extremo da luta de classe” (DE FELICE, 1988, p. 71). Embora Renzo De Felice, apresente esta classificação, isto não significa que estas não sejam interdependentes uma das outras e, por diversas vezes utilizadas de forma complementar para a compreensão do fascismo.

Definir o que é o fascismo pressupõe enfatizar alguns aspectos e, portanto, acaba-se por ter uma visão parcial do fenômeno. Aliás, estas três interpretações “clássicas”, em verdade correspondem a determinadas concepções político-culturais. Mesmo que combinadas, prevalecerá uma dada visão de mundo na explicitação do fenômeno. Em nossa pesquisa, prevalecerá a análise marxista, seja a de Gramsci ou as de outros pensadores que contribuíram para o estudo do fascismo.

Palmiro Togliatti, cofundador do PCI, em suas *Lições sobre o fascismo*¹⁵, argumenta que: “A definição mais completa do fascismo foi formulada pelo XIII Pleno da Internacional comunista e é a seguinte: ‘O fascismo é uma ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas, mais imperialistas do capital financeiro. ’”(TOGLIATTI, 1978, p. 1). Nesta concepção preliminar, Togliatti compreende o elemento de classe que está contido no fascismo. No entanto, seria injustiça limitar à análise de Togliatti, não só dele, mas também de outros marxistas, ao caráter de classe presente neste acontecimento. Existe uma série de componentes que tornaram possível o fascismo, e, no entanto, a centralidade do fator “classe”, ocasiona a refutação daquela noção “histórica fetichista” – para usar o termo de Gramsci – que entende o fascismo como resultado de uma “personalidade mitológica”.

Convenhamos, se partíssemos deste ponto de vista, seria melhor mostrarmos outras personalidades, as da grande burguesia daquele tempo, que tornaram possível, financiaram e apoiaram a implementação do regime, uma delas certamente seria a figura de Giovanni Agnelli¹⁶ da Fiat, Max Bondi¹⁷, do grupo de siderurgia Ilva, entre outros. A este respeito, Leandro Konder informa que Mussolini, a favor da guerra, deixara a direção do *Avanti!* (jornal do Partido Socialista que era contrário ao conflito) e fora financiado por uma série de capitalistas para fundar o seu jornal novo, o *Popolo d'Italia*. A guerra seria um investimento

¹⁵ Como nos esclarece Marco Aurélio Nogueira, na introdução ao referido escrito, este fora baseado na transcrição do curso pelos participantes: “De janeiro a abril de 1935, Palmiro Togliatti – então vice-secretário geral da Internacional Comunista – ministrou um curso de quinze lições da seção italiana da escola leninista de Moscou, sobre o tema ‘Os adversários’. O curso abrangeu dez lições dedicadas aos vários aspectos do fascismo e outras cinco às organizações socialistas, católicas, democráticas e aos anarquistas. As aulas tiveram grande repercussão e logo se converteram num dos textos mais relevantes na discussão que os comunistas e a própria Internacional travavam a respeito da natureza do fascismo e das formas de combatê-lo.” (TOGLIATTI, 1978, p. 10).

¹⁶ Este foi uma figura importantíssima para o processo de modernização da indústria automobilística na Itália. Foi apoiador, financiador e inclusive exerceu cargo político no fascismo e tem este fato encoberto em sua biografia. É lembrado apenas como um visionário. Interessante a este respeito conferir a entrevista que Arrigo Levi realizou com o seu neto (homônimo), este afirma: “O objetivo, para meu avô, era o progresso. Ele tinha maior paixão pelo progresso técnico que pelo progresso social. Tinha satisfação em criar as fábricas em Villar Perosa, onde nasceu e viveu, para fazer progredir também a comunidade” (AGNELLI, 1986, p. 2).

¹⁷ Cf. KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977. “Sabe-se hoje, por exemplo, que, no momento em que Mussolini estava bastante deprimido com a derrota eleitoral que os fascistas italianos sofreram em novembro de 1919, ele recebeu substancial apoio financeiro de alguns industriais, entre os quais Max Bondi, do grupo Ilva, que era o principal grupo siderúrgico da Itália” (p. 18).

para gerar maiores lucros para a siderurgia, a indústria automobilística e a indústria química. Em suma, desde o início, o fascismo é um investimento, o jornal veiculador da defesa da guerra de Mussolini é financiado por: “Esterle (da firma Edison), por Bruzzone (da firma Unione Zuccheri), por Agnelli (da Fiat) e por Pio Perrone (da Ansaldo)” (KONDER, 1977, p.30).

Esta versão de que a grande burguesia financia o movimento fascista é sustentada por vários estudiosos do fascismo e é pouco contestável. Visto que o movimento fascista cresce de forma assombrosa e torna-se uma força vasta no território italiano. Se fenômenos como o retorno da Primeira Guerra Mundial e o desejo dos ex-combatentes de continuar o combate podem ter influenciado o aumento das fileiras fascistas, alguém deveria patrociná-los¹⁸. Isto porque o fascismo surge como um movimento violento e armado. Emilio Gentile assim precisa os crescentes números da expansão do movimento fascista:

Em dezembro de 1919, em toda a Itália existiam 31 *Fasci* com 870 inscritos. Nas eleições políticas realizadas no mês anterior, a lista dos *Fasci* recebera poucos milhares de votos em todas as cidades. Mas apenas dois anos depois o fascismo se tornou um movimento de massa, afirmando-se nas regiões agrícolas do Vale do Pó, da Toscana, da Úmbria e de Puglia, devastando e destruindo as organizações socialistas. Em novembro de 1921, o movimento se transformou em partido, com 320.000 inscritos e 2.200 *Fasci*. (GENTILE, 1988, p. 8).

Em tão pouco tempo o fascismo se alastrou e como nos outros acontecimentos, seria preciso algo que “marcasse época”. Assim, em meados de outubro do ano de 1922 já se inicia a organização de uma marcha que exigia a tomada do poder por parte dos fascistas. Em 28 de outubro daquele mesmo ano os “camisas negras” marcham sobre Roma. Considerada o evento que oficialmente leva os fascistas ao poder, a “Marcha sobre Roma” também fora vista como um blefe histórico que deu certo. Isto porque, segundo Pericás, havia mais soldados (cerca de 28.000) para a defesa da cidade que “camisas negras” (cerca de 26.000). Sucede a este evento a nomeação de Benito Mussolini para a composição do governo, assim, no dia 30 de outubro de 1922 o rei, Vittorio Emanuele III, nomeia-o chefe de gabinete. Logo, desencadeia-se o período de triunfo do fascismo e como destacou Pericás, sem uma “revolução”:

¹⁸ José Carlos Mariátegui (1894-1930), correspondente peruano que estava na Itália naquele tempo, publica um texto no jornal *El Tiempo*, de Lima, em 29 de junho de 1921, demonstrando como o fascismo era um instrumento político a serviço da burguesia. Aqui reproduzimos parte do artigo: “Hoje o ‘fascismo’ é uma milícia civil antirrevolucionária. Já não representa somente o sentimento da vitória. Já não é exclusivamente um prolongamento do ardor bélico da guerra. Agora significa uma ofensiva das classes burguesas contra a ascensão das classes proletárias. As classes burguesas aproveitam o fenômeno ‘fascista’ para sair de encontro à revolução”. (MARIÁTEGUI, 2010, p. 148).

No dia 30, pacificamente, os fascistas são convidados a governar. Salandra [...] Conseguiu convencer o rei Vittorio Emanuele III a não declarar um estado de guerra e a convocar Mussolini para assumir formalmente o governo do país. Ou seja, um claro arranjo palaciano. As colunas fascistas marcharam na capital sem nenhuma resistência. Portanto, não houve *stricto sensu*, uma “revolução” fascista, mas a capitulação do rei e um compromisso das elites, ou seja, de membros do governo, militares e funcionários de alto escalão, com o apoio financeiro de latifundiários, banqueiros e industriais, e auxiliados pelo exército e pelos setores políticos conservadores. Assim, no dia 30 de outubro de 1922, Mussolini e os fascistas alcançam o poder (PERICÁS, 2010, p. 32).

Ora, como concebemos em nosso primeiro capítulo, o fascismo seria uma *revolução passiva*, uma revolução de cima para baixo, que desorganiza as forças contrárias ao seu domínio. Estendendo a direção do controle da produção também para a do consumo e a da vida privada, a ditadura fascista fortalecida pelas inovações tecnológicas insere novos elementos na política do início do século XX. É conciliando elementos contraditórios como um conteúdo social conservador e uma ideia de modernização da sociedade e, através da ideologia nacionalista e de uma deturpação do conceito marxiano de luta de classes, que a organização fascista política das massas insere-se como um declarado inimigo ilegal do movimento comunista italiano.

Assim, uma análise marxista do fenômeno requer uma concepção dialética: se se compreende o fascismo como um elemento da luta de classes, isto significa que não é somente um fenômeno político, é ao mesmo tempo, econômico. A concepção de Gramsci do fascismo mostra este caráter dialético, que significa que só podemos considerar política e economia em formas isoladas metodologicamente, como estudo e aprofundamento de um dado fator que em verdade está intrinsecamente interligado a vários outros fenômenos. E Gramsci, como demonstram os estudiosos de seu pensamento, inova o marxismo na relevância que imputa aos fenômenos “superestruturais”, ou seja, enfatizando-os tanto quanto os fenômenos econômicos para a compreensão de uma realidade histórica de modo *integral*.

Por isso, prosseguimos na análise do fascismo na obra de Gramsci, na qual o filósofo busca conceituá-lo reavivando e desenvolvendo o marxismo na análise de um fenômeno que lhe é contemporâneo. É do estudo da história italiana e das relações internacionais que o pensador sardo compreende o fascismo em termos de uma *revolução passiva* que tem vários momentos constituintes. Daí a apresentação e reconfiguração no uso dos conceitos de *cesarismo*, *bonapartismo* e de *corporativismo* de Estado nas notas em que reflete sobre o fascismo e as transformações do capitalismo avançado.

2.1 A burguesia forja imperadores, heróis e líderes: sobre as formas políticas do bonapartismo, cesarismo e fascismo

Em *O 18 Brumário*, Marx demonstra como a luta de classes na França gerou condições que tornaram possível a tomada do poder por Napoleão III – o sobrinho de Napoleão I –, que fora visto como uma figura heroica, nos acontecimentos de 24 de fevereiro de 1848 a dezembro de 1851. Marx verifica o modo como a falácia golpista de Napoleão III é edificada a partir dos interesses econômicos e dos conflitos de classes, nos quais a burguesia teve papel fundamental. É preciso enxergar para além das aparências, mas esta percepção é ofuscada devido ao caráter anônimo da sociedade burguesa e de seus partidos, que preservam este anonimato em busca da manutenção de seu poder econômico.

Havia uma crise política de representatividade nas classes e nas frações de classe, o embate não se deu apenas entre as forças sociais fundamentais modernas: proletariado e burguesia. Em linhas gerais, podemos dizer que as forças e frações sociais daquele tempo são: proletariado, pequena burguesia, burguesia republicana, grande burguesia (monarquistas orleanistas, que representam o capital – financeiro, industrial e comercial –, aceitam a República, mas defendem a Monarquia), burguesia agrária (monarquistas legitimistas, tradição dos Bourbons, defensores da propriedade de terras; também aceitam a República, mas defendem a Monarquia) e por último, o campesinato conservador junto ao *lumpemproletariado* e ao Exército (são os bonapartistas, defensores da restauração do Império).

Como nos é esclarecido por Armando Boito Junior, as forças monarquistas acolhem a República enquanto esta é útil para exercer a dominação burguesa: “A ação desses partidos e correntes de opinião demonstrou que o fundamental para eles era o interesse de classe e não a doutrina política e o compromisso abstrato com esta ou aquela forma de Estado (monarquia ou república)” (BOITO JUNIOR, 2002, p. 133). Por isso, a burguesia não se acanhou ao apoiar o plebiscito que restituía o Império em 1852 e tornara Napoleão III o imperador da França. O chefe no bonapartismo deve ser eleito ou indicado dando a impressão de que foi fruto de uma vontade popular e criado por ela.

Outra consideração relevante para a compreensão do golpismo de Luís Bonaparte, que Marx nos ocasiona, é o papel da social democracia no conflito entre as classes. A social democracia, como delineia o filósofo, é a junção da pequena burguesia e dos operários no intuito de barrar o poder da burguesia. O processo se dava em meio a uma crise, um desequilíbrio de forças sociais que buscavam se autoafirmar. A burguesia defendia-se contra o

absolutismo, tinha como aliados os seus vassalos pequeno burgueses, que depois (1849) se juntaram ao proletariado. A coligação da pequena burguesia com o proletariado é perniciosa, pois rompe o aspecto revolucionário das reivindicações sociais do proletariado ao propor a transformação da sociedade por meio de um processo democrático que se dá dentro dos limites da própria pequena burguesia. Isto desvia e enfraquece o proletariado mantendo as relações de desigualdade, conforme Marx: “O caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia” (MARX, 1997, p. 54).

Mais uma distinção de Marx, notável para a nossa pesquisa, é que os episódios franceses de 1848 a 1851 não podem ser compreendidos na forma de um tipo de *cesarismo*. Para tanto, o pensador formula o conceito de *bonapartismo*. Conceber uma identidade entre os fatos romanos e o francês moderno é equívoco para Marx porque existe uma patente diferença entre as classes em questão. Não se pode falar de uma classe proletária e nem que esta tenha papel significativo nos tempos romanos, ao passo que no mundo burguês, essa classe tem uma decisiva *ação* nos desenvolvimentos posteriores das forças em questão. É desta forma que Marx, já no prefácio d’ *O 18 Brumário*, assinala a diferenciação entre os conceitos de *bonapartismo* e *cesarismo*:

Finalmente espero que o meu trabalho possa contribuir para afastar o termo ora em voga, principalmente na Alemanha, do chamado, cesarismo. Nesta analogia histórica superficial esquece-se o mais importante, ou seja, que na antiga Roma a luta de classes desenvolveu-se apenas no seio de uma minoria privilegiada entre os ricos cidadãos livres e os pobres cidadãos livres, enquanto a grande massa produtora, os escravos, formava o pedestal puramente passivo para esses combatentes. Esquece-se a significativa frase de Sismondi: “o proletariado romano vivia às expensas da sociedade, enquanto a sociedade moderna vive às expensas do proletariado.” (MARX, 1997, p. 14-15).

Conforme Sérgio Pistone, o *bonapartismo* é a forma de governo em que é desautorizado o poder legislativo, o Parlamento, e tem no Executivo a figura de um líder carismático que centraliza e toma para si todas as funções que antes eram subdivididas no governo de tipo democrático burguês, a fim de sanar uma difícil situação de conflito entre as principais forças sociais, surge uma terceira força que se pretende “neutra”:

[...] o Bonapartismo é a forma de Governo em que é desautorizado o poder legislativo, ou seja, o Parlamento, que no Estado democrático representativo, criado pela burguesia, constitui normalmente o poder primário, e em que se efetua a subordinação de todo o poder ao executivo, dirigido por um grande

personagem carismático, que se apresenta como representante direto da nação, como garante da ordem pública e como árbitro imparcial diante dos interesses contrastantes das classes. (PISTONE, 1998, p. 118).

No entanto, como nos esclarece o estudioso supracitado, esta imparcialidade do líder frente à luta de classes é uma falsificação, visto que a política bonapartista é a mesma e coincide com os interesses econômicos fundamentais da classe dominante, a burguesia. Esta neutralidade pode ser verdadeira apenas em nível “superestrutural”, político, já que o órgão do parlamento é desabilitado, existe, assim, neste nível, certa “autonomia” frente às decisões da classe dominante. Como nos adverte Ralph Miliband “o Estado bonapartista quase autônomo procura servir aos seus próprios interesses tão bem como aos do capital” (MILIBAND, 2001, p. 66).

Basicamente, o *bonapartismo* se efetiva por duas motivações. A primeira é a crise de dominação da classe dominante que permite que esta se entregue à obscuridade de um ditador para a recuperação do consenso, a fim de disciplinar a classe subalterna. A segunda, é que o ditador pode se apoiar em uma classe intermediária, que não se identifica com as principais forças sociais na crise, e que consegue erigir-se tornando uma terceira força “autônoma” – é assim que Napoleão III se apoia nos pequenos proprietários rurais, no *lumpemproletariado* e no Exército.

Sobre o conceito de *cesarismo*, esclarecemos que o termo tem sua origem histórica na antiga Roma, no regime de Caio Júlio César (100 a. C. – 44 a. C.). Segundo Carlo Guarnieri, o termo *cesarismo* é a “[...] idéia de um poder forte, que soubesse desvincular-se dos interesses dos grupos e dos indivíduos e aliar-se estreitamente ao Exército com o fim de articular uma política equilibrada que correspondesse mais aos interesses globais da comunidade” (GUARNIERI, 1998, p. 159-160).

Se para Marx não fazia sentido utilizar o termo *cesarismo* para a análise dos acontecimentos dos Bonapartes, sendo necessária uma nova categoria para tal, Gramsci irá cotejar os termos *cesarismo* e *bonapartismo*, e diversas vezes como sinônimos, para a compreensão do mundo burguês moderno. O estudo e o aquiescer da categoria de *cesarismo* por Gramsci, se justifica na medida em que a “militarização” do Estado pelo fascismo tem suas origens numa busca de “romanizar” o mundo moderno, de criar um novo Império. Gramsci, assim, acredita que o termo *cesarismo* pode ser utilizado para a compreensão dos fenômenos dos Napoleões e, inicialmente, de seu “correspondente” contemporâneo, o fascismo. Já que o significado político dos termos possui várias confluências, como veremos a seguir.

Em notas do Caderno 13, Gramsci analisa alguns eventos que resultam na fabricação de uma grande personalidade “heroica”, isto é, o *cesarismo*. Ele assinala que, de modo geral, podemos dizer que existem dois tipos de *cesarismos*: um progressista e o outro, regressivo. É progressista quando é impulsionado pelas forças progressistas e é regressivo quando é impulsionado pelas forças regressivas, para conservar o *status quo*. O pensador concebe que as formas de *cesarismo* de César e de Napoleão I condizem à forma progressista, enquanto a de Napoleão III está entre as formas regressivas.

Como já explicitamos, o *cesarismo* ou *bonapartismo* é o resultado de uma situação em que as forças sociais em luta buscam a prevalência sob as demais. Uma confluência entre o conceito de *bonapartismo* e de *cesarismo* de Marx e Gramsci, talvez a principal, é a noção de que o fenômeno ocorre por uma crise de representação entre os partidos, as classes e as frações de classe. Gramsci nomeia esta crise como uma *crise de hegemonia*. Pode acontecer que uma terceira força social possa “solucionar” o conflito, devido à debilidade das principais forças sociais que não conseguem se autoafirmar, esta sobrevém então, como uma “nova” força triunfante, conforme é elucidado por Gramsci:

Pode-se afirmar que o cesarismo expressa uma situação na qual as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode terminar com a destruição recíproca. Quando a força progressista *A* luta contra a força regressiva *B*, não só pode ocorrer que *A* vença *B* ou *B* vença *A*, mas também pode suceder que nem *A* nem *B* vençam, porém se debilitem mutuamente, e uma terceira força, *C*, intervenha de fora, submetendo o que resta de *A* e de *B*. (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 77).

Como a categoria de *revolução passiva*, as de *cesarismo* e *bonapartismo* também são fórmulas polêmico-ideológicas, de análise da história concreta e não cânones de interpretação histórica ou um generalizante “esquema sociológico”. Por isso, Gramsci utiliza estes conceitos destacando as diferenças entre as formas com que estes fenômenos vêm à tona, remodelando-os. Por isso, sob este aspecto, é importante concebermos o desenvolvimento desses conceitos em relação à sua teoria da *revolução passiva* ou *revolução-restauração*. O *cesarismo* regressivo, assim, é o correspondente direto da fórmula da *revolução passiva* de que tratamos no primeiro capítulo deste escrito. O pensador considera esta relação do seguinte modo:

Trata-se de ver se, na dialética revolução-restauração, é o elemento revolução ou o elemento restauração que predomina, já que é certo que, no movimento histórico, jamais se volta atrás e não existem restaurações *in toto*. De resto, o cesarismo é uma forma polêmico-ideológica e não um cânone de interpretação histórica (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 77).

Gramsci ainda reflete que pode haver uma forma de *cesarismo* que pode ocorrer mesmo que não exista uma figura heroica, ou seja, sem um “César”, a qual se possa atribuí-lo. O parlamentarismo cria um propício ambiente para que isto ocorra, pois, como já observamos, o domínio burguês moderno não se revela com clareza, é um poder dissimulado. E mesmo que exista este personagem heroico, ele pode ser somente um testa de ferro, um fantoche, que representa os interesses ocultos de outrem, como afirma Gramsci sobre o fascismo: “Do ponto de vista da cultura, é interessante o atual mito de ‘César’, que não tem nenhuma base na história, assim como nenhuma base tinha no século XVIII a exaltação da república romana como uma instituição democrática e popular, etc.” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 352).

Em suas notas, o pensador comunista revela que na Europa de seu tempo, quem frequentemente assumia cargos na burocracia estatal pertencia à média e pequena burguesia rural. A carreira burocrática (civil e militar) como afirmara Gramsci, não era exclusiva destas frações de classes, mas, no entanto, lhes eram mais harmoniosas devido à função social de comandar politicamente, e não necessariamente economicamente, as forças que lhes eram subalternas. A média e a pequena burguesia rural não tinham uma função explícita no mundo econômico moderno, contudo possuíam uma renda gerada pelas terras das quais eram proprietárias; e também lhes cabiam uma importantíssima função política, impedir o camponês cultivador de melhorar as suas condições de existência. Gramsci ainda considerava que a sociedade moderna propiciava o desenvolvimento de formas cesaristas ou bonapartistas devido aos elementos das classes e frações de classes já desempenharem-nas em suas próprias funções sociais:

Portanto, em toda uma série de países, influência do elemento militar na vida estatal não significa apenas influência e peso do elemento técnico-militar, mas influência e peso da camada social da qual o elemento técnico-militar (sobretudo os oficiais subalternos) se origina de modo especial. Esta série de observações é indispensável para analisar o aspecto mais íntimo daquela determinada forma política que se convencionou chamar de cesarismo ou bonapartismo, para distingui-la de outras formas em que o elemento técnico-militar como tal predomina, sob formas talvez ainda mais evidentes e exclusivas. (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 66).

Ciente das considerações marxianas relativas aos vários fatores constituintes da forma bonapartista, Gramsci, deste modo, retoma a concepção de que existem múltiplas forças sociais que a tornaram possível. Logo, se é necessário vislumbrar a questão a partir do ponto de vista das principais classes em questão, é, ao mesmo tempo, imprescindível considerar as várias correntes e frações de classes que atuam para a conformação de uma dada realidade. Em vista disto, Gramsci elucida:

Seria um erro de método (um aspecto do mecanicismo sociológico) considerar que, nos fenômenos de cesarismo, tanto nos progressistas quanto nos reacionários ou nos de caráter intermediário episódico, qualquer novo fenômeno histórico derive do equilíbrio entre as forças “fundamentais”; também é necessário examinar as relações que se estabelecem entre os grupos principais (de tipo variado, social-econômico e técnico-econômico) das classes fundamentais e as forças auxiliares guiadas ou submetidas à influência hegemônica. Desse modo, não se compreenderia o golpe de Estado de 2 de dezembro sem se estudar a função dos grupos militares e dos camponeses franceses. (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 307-308).

Em *Cesarismo, bonapartismo, fascismo*, Luisa Mangoni demonstra como Gramsci reconhece que o *cesarismo* contemporâneo assumira formas singulares. A militarização da sociedade e, assim, os atores sociais, que eram os próprios elementos burocráticos, poderiam realizar movimentos políticos ou governos de caráter militar sem que existisse uma participação direta do Exército, como afirma a estudiosa do pensamento gramsciano:

Ao revisar a importância do elemento burocrático (civil e militar) peculiar ao fenômeno do cesarismo, Gramsci sublinhava que a análise não deveria considerar “somente os elementos burocráticos em ato, mas os estratos sociais dos quais, nos complexos estatais dados, a burocracia é tradicionalmente recrutada”. Em outras palavras, poderia existir um movimento político ou um governo de caráter militar sem que o exército participasse diretamente dele. (MANGONI, 1976, p. 60, tradução nossa).

Se nas formas cesaristas ou bonapartistas anteriores ocorriam diversos movimentos que permitiam que ocorressem coligações e uniões entre classes e frações de classes de forças sociais diversas, a particularidade do *cesarismo* contemporâneo, o fascismo, é que este não pode solucionar o conflito entre as classes. Embora o fascismo enunciava-se como elemento unificador, de dissolução da luta entre as classes, esse podia somente aprofundá-la, como atesta Gramsci:

No mundo moderno, o equilíbrio com perspectivas catastróficas não se verifica entre forças que, em última instância, poderiam fundir-se e unificar-se, ainda que depois de um processo penoso e sangrento, mas entre forças cujo contraste é insolúvel historicamente e que, ao contrário, aprofunda-se com o advento de formas cesaristas (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 80).

Gramsci reconhece que em sua contemporaneidade o fenômeno do *cesarismo* é diferente daquele que fora possível até Napoleão III, a sociedade transformou-se e também o caráter do *cesarismo/bonapartismo* fora modificado. Até Napoleão III os golpes de Estado eram bastante claros e as forças militares eram decisivas para a realização dos cesarismos. Já no intrincado mundo burguês moderno, existem grandes coalizões de caráter econômico-sindical e político-partidário que podem frear o *cesarismo*. No entanto, como nos alerta

Gramsci, ao mesmo tempo estas mesmas forças sindicais e políticas podem ser corrompidas ou aterrorizadas, sem que seja preciso ações militares como as de César e de Napoleão III, isto é, favorecendo o próprio surgimento de formas cesarísticas, conforme o filósofo:

A técnica política moderna mudou completamente após 1848, após a expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de vastas burocracias estatais e “privadas” (político-privadas, partidárias e sindicais), bem como das transformações que se verificaram na organização da polícia em sentido amplo, isto é, não só do serviço estatal destinado à repressão da criminalidade, mas também do conjunto das forças organizadas pelo Estado e pelos particulares para defender o domínio político e econômico das classes dirigentes. Neste sentido, inteiros partidos “políticos” e outras organizações econômicas ou de outro gênero devem ser considerados organismo de polícia política, de caráter investigativo e preventivo. (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 78-79).

O *cesarismo* contemporâneo se particulariza ainda pelo novo estatuto que dá ao poder do Estado: como elemento desveladamente ativo para a dominação de classe. Estado e governo se identificam e se edificam como sujeito policial para reprimir a classe subalterna, a técnica política fascista é uma inovação, como nos é apontado por Luisa Mangoni: “O cesarismo contemporâneo, além disso, se distinguia por um outro dado específico. Não eram mais somente as forças militares a ser elemento decisivo para a afirmação do cesarismo, uma vez que fora modificada sensivelmente a própria técnica política.” (MANGONI, 1976, p. 60, tradução nossa).

Gramsci indica que o *cesarismo* italiano contemporâneo tem início com a Marcha sobre Roma realizada pelos fascistas em outubro de 1922. O fascismo é um *cesarismo* que se caracteriza por ter diversas graduações, à vista disto, o pensador intuiu que a natureza deste fenômeno era ser um movimento, isto é, não era estático e muito menos composto por uma concepção política unitária:

Da mesma forma, na Itália, em outubro de 1922, até o afastamento dos “populares” e depois, gradualmente, até 3 de janeiro de 1925, e ainda até 8 de novembro de 1926, verificou-se um movimento político-histórico em que diversas gradações de cesarismo se sucederam até atingir uma forma mais pura e permanente, embora também esta não imóvel e estática (GRAMSCI, 2012, v.3, p. 78).

Aqui é necessário sublinhar que o fascismo se caracterizou por ter vários momentos de crises, internas e externas, quando perdera grande parte de seu apoio. Este seria recuperado conforme as circunstâncias. A este respeito, temos, de modo exemplar, a crise gerada pelo

assassinato do deputado e dirigente socialista, Giacomo Matteoti¹⁹. Como sublinhou Togliatti, ocorreu neste momento um conflito entre os interesses da grande e da pequena burguesia (a principal base de massas que sustentou o fascismo) e neste momento, a classe subalterna iniciou uma ofensiva. Frente à situação de crise interna do fascismo e à crescente ofensiva das organizações dos trabalhadores, as classes dirigentes da burguesia se unem de forma mais acentuada a fim de alcançar uma unificação política e econômica ocorrida entre 1923 e 1926: “O predomínio das frações decisivas do capital financeiro e o fato de terem estas quebrado toda resistência, encontram sua correspondência no campo político, na unificação política da burguesia em bases as mais reacionárias.” (TOGLIATTI, 1978, p. 23). É neste período que ascendem as políticas mais repressivas e que o próprio Gramsci é aprisionado.

O fascismo é compreendido por Gramsci em termos de uma tendência política e econômica que pode adquirir diferentes modos de operar conforme o país em que este se insere. O *cesarismo* moderno é uma forma de domínio marginal da burguesia, no qual este é exercido sob a forma de pura coerção. É importante sublinhar, como notou Spagnolo (2009), que no desenvolvimento de suas notas o pensador distingue entre “cesarismo moderno”, como uma variante de polícia política e “bonapartismo”, uma variante militar. Por isto, as ditaduras modernas enquadram-se na categoria de *cesarismo moderno*, que cria medidas políticas e sociais policiais, repressivas, aparentemente permanentes e formalmente orgânicas, conforme Gramsci:

Todavia, o cesarismo no mundo moderno ainda encontra uma certa margem, maior ou menor, conforme os países e seu peso relativo na estrutura mundial, já que uma forma social tem “sempre” possibilidades marginais de desenvolvimento e de sistematização organizativa subsequente e, em especial, pode contar com a fraqueza relativa da força progressista antagonista, em função da natureza e do modo de vida peculiar dessa força, fraqueza que é preciso manter: foi por isso que se afirmou que o cesarismo moderno, mais do que militar, é policial. (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 80).

Este exame do fascismo embasado no conceito de luta de classes, de disputa pela hegemonia, permite a Gramsci vislumbrar a questão de uma forma não reducionista. O fascismo não é apenas uma “aberração” política, ele advém como uma concepção que reage em todas as esferas, principalmente na econômica. Ele não cria um novo tipo de Estado e de

¹⁹ Em uma nota das *Lições sobre o fascismo*, de Togliatti, nos é esclarecido que: “O deputado e dirigente socialista Giacomo Matteotti foi assassinado em circunstâncias dramáticas em junho de 1924, após ter denunciado na Câmara, em 30 de maio, as eleições de abril, ganhas pelos fascistas à custa de fraudes e intimidações. O crime provocou reações violentas, inclusive nos meios governamentais e ligados ao fascismo, Mussolini, seis meses depois, assumiu demagogicamente a responsabilidade pelos acontecimentos e prometeu punir os culpados”. (TOGLIATTI, 1978, p. 22).

classes, mas faz parte de um processo de desenvolvimento do próprio Estado burguês moderno. É sobre esta temática que nos ocuparemos nas páginas seguintes.

2.2 *Estado integral e Estado corporativo*

Nesta seção prosseguiremos em nosso estudo da obra gramsciana norteados por duas questões: a primeira, “o que Gramsci entende por Estado?” e a segunda, “como ele compreende este Estado em relação ao fascismo?”. A escolha destas questões justifica-se na consideração de que a contribuição teórica de Gramsci, ao notar uma nova configuração na composição do Estado burguês moderno, é elemento que pode enriquecer as análises dos fenômenos políticos dos fascismos contemporâneos.

Nos *Cadernos do cárcere*, Gramsci chega à formulação de uma teoria do Estado como *Estado integral*, Estado em “sentido orgânico”, “mais amplo”, isto é, “[...] Estado propriamente dito e sociedade civil” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 247). Esta incorporação do conceito de sociedade civil na definição gramsciana de “Estado Integral” foi extensamente elucidada por Christinne Buci-Glucksmann, em seu volumoso livro *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*, a estudiosa concebe que a teoria do pensador marxista *amplia* o conceito de Estado, por isso, ela cunha a célebre enunciação “Estado ampliado”, a qual fora tradicionalmente vinculada ao próprio Gramsci – como sublinhara Liguori²⁰.

A elaboração do conceito de *Estado* em Gramsci, como nos esclarece Buci-Glucksmann, tem nos *Cadernos* duas “formulações” que estão, ao mesmo tempo, intrinsecamente articuladas: a primeira noção (a clássica), concebe o Estado em sentido estrito, como governo, aparato de coerção; a segunda, é a do *Estado integral* (gramsciana), uma visão complexa e orgânica, que além do aparato coercitivo incorpora o aparato hegemônico:

Em um sentido estrito, o Estado se identifica com o governo, com o aparelho de ditadura de classe, na medida em que ele possui funções coercitivas e econômicas. A *dominação* de classe se exerce através do aparelho de Estado no sentido clássico (exército, polícia, administração, burocracia). Mas essa função coercitiva é inseparável de um certo papel adaptativo-educativo do Estado, que procura realizar uma adequação entre aparelho produtivo e

²⁰ Cf. LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. 280p. “A expressão, não diretamente gramsciana (Gramsci fala, antes, de ‘Estado integral’) mas deduzível dos textos (Q6,87,p.763), que indica melhor esta relação de unidade-distinção é ‘Estado ampliado’, introduzido a partir de 1975 por Christinne Buci-Glucksmann, que apontava a ‘ampliação do conceito de Estado’ como a maior contribuição teórico política de Gramsci” (p. 13).

moralidade das massas populares (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 127-128).

Posto isto, podemos afirmar que o *Estado integral* significa que este não é limitado apenas ao aspecto institucional-estatal, de governo, ao que frequentemente se entende por “Estado”. Gramsci exprime: “Na política, o erro acontece por uma inexata compreensão do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 261). Este erro leva a uma visão simplista, reducionista, da capacidade diretiva da classe dominante, o que resulta numa incompreensão da própria luta de classes e da estratégia a ser elaborada. Nesta nota, sobre a função dos intelectuais, Gramsci inicia sua especificação do que entende por sociedade civil e sociedade política:

[...] Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado” planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político (GRAMSCI, 2014, v. 2, p. 21).

Aqui, vale reiterar a dimensão da apreensão gramsciana. Conforme Liguori, o *Estado integral* comporta, de forma complexa e dialética, as relações: sociedade civil (hegemonia) e sociedade política (domínio direto). Isto porque só é possível desmembrá-las metodologicamente, não é possível compreendê-las a não ser como um complexo orgânico, o autor supracitado discorre: “A complexidade do papel do Estado (‘integral’) reside no fato de reunir força e consenso num nexó dialético, de unidade-distinção, no qual, em geral, no ‘Ocidente’ o elemento do consenso é o que predomina, sem que evidentemente a ‘força’ desapareça” (LIGUORI, 2007, p.16-17).

Os vínculos que se desencadeiam na revelação das complexas relações para a compreensão do Estado nos demonstram que estas relações não são uníssonas; existe sempre uma disputa pela direção, pela hegemonia, Gramsci decifra que “[...] o Estado, ainda que os governantes digam o contrário, não tem uma concepção unitária, coerente e homogênea, razão pela qual os grupos intelectuais estão desagregados em vários estratos e no interior de um mesmo estrato” (GRAMSCI, v. 1, 2013, p. 112). Além disso, como Buci-Glucksmann nos esclarece, o conceito de Estado em Gramsci inova em dois aspectos: o primeiro é o de que o Estado não é um simples instrumento nas mãos de uma classe dominante (crítica ao

economicismo); o segundo é que o Estado é permeado por uma série de “disputas” entre as várias forças sociais, isto é, a importância da compreensão da correlação de forças. É na sociedade civil que está presente uma série de organismos nos quais é arranjada a hegemonia política, por isso, como articula a referida estudiosa do pensamento gramsciano, a compreensão do conceito de Estado em Gramsci tem seu fundamento na dupla relação dialética entre as classes e o Estado e entre o Estado e a sociedade:

A ampliação do Estado, pela incorporação ao Estado dos aparelhos de hegemonia, pressupõe também a ampliação do aparelho de Estado. Esse duplo processo dialético autoriza uma abordagem diferenciada das relações classe/ Estado e Estado/sociedade. Mediações, pontos de fusão, pontos de apoio que são a dialética concreta das relações entre infra-estrutura e superestruturas (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 142).

A teorização de Gramsci, como afirmado acima, é dialética, e isto significa que ele compreende o Estado como um todo complexo. A análise não é realizada numa concepção simplista e de esquemas, o filósofo parte das condições reais e contraditórias. Se existem duas classes fundamentais antagônicas na modernidade (burguesia e proletariado), isto não exclui as camadas sociais intermediárias, as frações de classe, que são expoentes de uma dada concepção de mundo e que podem tornar-se força principal em certo momento histórico para a realização de uma mudança concreta (como, no caso do fascismo, fora decisivo o papel da pequena e média burguesia rural). Gramsci identifica que a história de um tipo de Estado é a história das classes deste Estado, o pensador ainda concebe a dificuldade na compreensão do Estado moderno:

Embora seja certo que, para as classes fundamentais produtivas (burguesia capitalista e proletariado moderno), o Estado só é concebível como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção, disso não deriva que a relação de meio e fim seja facilmente determinável e assuma o aspecto de um esquema simples e óbvio à primeira vista. É verdade que conquista do poder e afirmação de um novo mundo produtivo são indissociáveis; que a propaganda em favor de uma coisa é também propaganda em favor da outra; e que, na realidade, somente nessa coincidência é que reside a unidade da classe dominante, a qual é, ao mesmo tempo, econômica e política; mas se manifesta o complexo problema da correlação de forças internas ao país em questão, da correlação das forças internacionais, da posição geográfica do determinado país. (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 427-428).

O *Estado integral*, como um organismo complexo e orgânico, é atravessado por uma série de correlações de forças, nacionais e internacionais, relações de classes, frações de classes. Enfim, como Gramsci define: “[...] Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue

obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 335). Como exposto no trecho acima, Gramsci concebe que a classe dominante é, *ao mesmo tempo*, política e economicamente dominante, e isto, conforme Buci-Glucksmann, significa que a hegemonia de uma dada classe social excede os limites desta própria classe para unificar, submeter e conformar todo o bloco social ao bloco dominante. São múltiplas as formas para esta “conformação social”, nas palavras da estudiosa: “Os modos de unificação desse bloco podem ser diferentes: burocrático, policial, parlamentar..., e simplesmente mascarar uma contradição, prestes a explodir em período de crise”. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 143-144).

Consequentemente, Gramsci lança luz à nova relação entre economia e política que é traçada no início do século XX. Também entre estas esferas existe uma relação dialética, contudo, o que prevalece é a noção marxiana de que o econômico é o que determina a realidade em última instância, de acordo com Liguori: “O Estado, portanto, é ‘expressão da situação econômica’.” (LIGUORI, 2007, p. 15). O “Estado”, entendido também como aparato coercitivo, é o meio através do qual é possível a efetivação de um dado ajuste na sociedade civil, por isso, o Estado tem um caráter educador:

[...] o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica, mas é preciso que o Estado “queira” fazer isto, isto é, que o Estado seja dirigido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura econômica. Esperar que, através da propaganda e da persuasão, a sociedade civil se adapte à nova estrutura, que o velho *homo oeconomicus* desapareça sem ser sepultado com todas as honras que merece, é uma nova forma de retórica econômica, uma nova forma de moralismo econômico vazio e inconsequente (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 324).

Esta acepção designa o “caráter terreno” da teoria gramsciana do *Estado integral*, não é possível uma “revolução estritamente cultural”. Contudo, simultaneamente a este papel principal da economia, ocorrem mudanças profundas nas relações políticas, jurídicas e sociais. Neste ponto, segundo Buci-Glucksmann, temos a problemática do “equilíbrio” que, em Gramsci, é constituído por uma correlação de forças contraditórias. Este “equilíbrio instável”, “põe em jogo o que Gramsci chama [de] ‘a base histórica do Estado’ ”. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 130). A separação da sociedade civil em relação à sociedade política engendra um novo problema de hegemonia. O fascismo trouxe à tona uma forma extrema de sociedade política, como nos indica Gramsci em uma nota do Caderno 7, a base histórica do Estado se deslocou:

Sociedade civil e sociedade política. Separação da sociedade civil em relação à sociedade política: pôs-se um novo problema de hegemonia, isto é, a base histórica do Estado se deslocou. Tem-se uma forma extrema de

sociedade política: ou para lutar contra o novo e conservar o que oscila, fortalecendo-o coercitivamente, ou como expressão do novo para esmagar as resistências que encontra ao desenvolver-se, etc. (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 266).

Assim, compreender as novidades da relação entre economia e política no início do século XX implica a noção da ampliação da intervenção estatal na esfera da produção, modifica-se também, “o papel de organização e racionalização com que o político se refere à sociedade e até mesmo a *produz*” (LIGUORI, 2007, p. 48). É desta apreensão que surge o interesse gramsciano na temática do corporativismo de Estado do fascismo, questão que está em direta relação com os métodos de produzir dos norte-americanos, isto é, o taylorismo e o fordismo²¹. Se Gramsci, de início, titubeia na afirmação da significação do fenômeno americano para a Europa, depois, o pensador encara o fascismo como o próprio impulsionador da modernização nas forças produtivas italianas.

Nos apontamentos de *Americanismo e fordismo*, Gramsci examina o corporativismo em termos de “política” e “polícia” econômicas. A partir da leitura de um artigo de Carlo Pagni, intitulado de *A propósito de uma tentativa de teoria pura do corporativismo*, que versa sobre o livro de N. Massimo Fovel, *Economia e corporativismo*, Gramsci concebe como significativa a “concepção da corporação como um bloco industrial-produtivo autônomo, destinado a resolver em sentido moderno e acentuadamente capitalista o problema de um ulterior desenvolvimento do aparelho econômico italiano” (GRAMSCI, 2014, v. 4, p. 256). No entanto, o pensador apreende que mais que uma “política econômica”, a orientação corporativa surge como uma “polícia econômica” em resposta aos efeitos da *crise orgânica* do pós-guerra: “O elemento negativo da ‘polícia econômica’ predominou até agora sobre o elemento positivo da exigência de uma nova política econômica que renove, modernizando-a, a estrutura econômico-social da nação, mesmo nos quadros do velho industrialismo” (GRAMSCI, 2014, v.4, p. 258).

Mas, por que o pensador sardo chega a esta consideração? Em suas notas há uma tensão: se por uma lado, o corporativismo, entendido numa perspectiva de tendência europeia, apresenta-se como uma política econômica para combater à crise orgânica do Estado, o próprio Estado cria seus órgãos para tal, como “a criação do IRI (Instituto de Reconstrução

²¹ Aqui reproduzimos a nota de Buci-Glucksmann na qual ela esclarece o que foi o “corporativismo integral”: “Precisão histórica: a corrente do ‘corporativismo integral’ desenvolveu-se durante os anos 30 enquanto uma réplica fascista à crise de 1929. Baseando-se na ideologia de uma industrialização desenfreada, de uma racionalização econômica, de uma gestão corporativista do aparelho produtivo, essa corrente do ‘fascismo dito de esquerda’ (que foi rapidamente derrotada) acreditava a idéia de uma forma italiana de americanização.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 98).

Industrial), do IMI (Istituto Mobiliário Italiano) e a nacionalização dos maiores bancos, lança[ndo] as bases da ‘economia mista’ ” (VACCA, 2012, p. 229-230); por outro, a estrutura social italiana, com os seus elementos parasitários e sua estrutura econômica, não favoreceria o desenvolvimento, seria necessário um Estado que interviesse e controlasse diretamente os seus investimentos conforme Di Benedetto: “Por força desse seu primado, o político é forçado a reconverter-se em instrumento de controle autoritário sobre a produção no momento de difusão universal das forças produtivas” (DI BENEDETTO, 2001, p. 13).

A crença na economia programática, como solução para os problemas da sociedade industrial é amplamente discutida. Deste modo, o corporativismo apresenta-se como uma política econômica que está interligada ao fordismo e é uma condição para que este seja inserido em um país ainda não industrializado e com uma composição demográfica não sadia, como a Itália. Conforme Gagliardi, a relação entre americanismo e corporativismo nos *Cadernos* é sustentada de forma dubitativa em três momentos: o primeiro, a interpretação de que existem no corporativismo correntes progressistas e conservadoras quanto a incorporação do fordismo na Itália; a segunda, é que o aparelho corporativo é constituído de forma lenta²² e gradual; e o terceiro, é que o corporativismo é apresentado como uma política demagógica utilizada pelo fascismo para conquistar a adesão das classes médias. O fascismo, desta forma, reveste-se numa competente política cultural para ampliar sua base de massas, atrai a desconfiada classe média concebendo-se como uma possível solução alternativa entre o capitalismo e o socialismo. Gagliardi considera a contraditoriedade das ações fascistas como um elemento necessário do regime:

Em poucas palavras, a função demagógica da ideologia corporativa relaciona-se com uma possível função modernizadora do aparelho corporativo, e a conservação dos traços de atraso do capitalismo italiano mostra-se ligada à adaptação à economia programada e ao fordismo. Parece um quadro contraditório, mas não é. Ao contrário, reside precisamente nesta ambivalência um elemento qualificador da interpretação gramsciana do corporativismo (GAGLIARDI, 2010, p. 249).

Para erigir-se como Estado, o fascismo, utilizando a expressão de Togliatti, se utiliza de uma “ideologia camaleão”. A realidade do corporativismo é composta de aspectos diversos, que não se complementam. Por isso a dificuldade na compreensão de suas

²² “O hiato entre teoria e propaganda, por um lado, e as realizações concretas, por outro, é certamente indiscutível: basta pensar na distância entre o projeto ambicioso de criar um novo sistema de representação baseado nas categorias produtivas e o alcance concreto do aparelho legislativo e institucional realizado com a criação do Conselho Nacional das Corporações (1930) e das vinte e duas corporações (1934). No entanto, aquele hiato é considerado por Gramsci não como o resultado de um fracasso, mas como um aspecto constitutivo da realidade concreta do corporativismo fascista, a ser relacionado, antes de mais nada, à pluralidade de interesses sociais a que o regime se refere” (GAGLIARDI, 2010, p. 233).

estratégias. O próprio Gramsci concebe o fenômeno de forma fragmentária, em diversas notas e tentando interconectá-las – e não só devido às dificuldades da compreensão da vida nacional e do mundo exterior ao cárcere. Gagliardi sustenta que cada estratégia utilizada serve para a realização de um fim, isto é, responde às exigências de um dado setor da sociedade:

[...] a “polícia econômica” e, portanto, “a incorporação” dos sindicatos regulam a litigiosidade das classes trabalhadoras, permitindo fazer do salário e do mercado de trabalho variáveis que podem ser administradas inteiramente pela contraparte empresarial ou, politicamente, pelo governo; a ideologia e a política cultural contribuem para formar ou reforçar a mentalidade “antiplutocrática” capaz de consolidar o consenso das camadas médias na difícil situação da crise econômica; a criação de um contexto institucional apropriado para iniciar na Itália processos de modernização capitalista corresponde às exigências das elites industriais e financeiras, às voltas com a crescente pressão da concorrência internacional (GAGLIARDI, 2010, p. 250).

Desta forma, apresentando-se como um resoluto agente para solucionar a luta de classes, a estratégia do corporativismo fascista era esvaziar e extinguir os sindicatos. Assim, a partir das leis fascistas é efetivada uma série de restrições à luta da classe trabalhadora, a lei de 3 de abril de 1926, por exemplo, surge para colocar o movimento anticapitalista da classe subalterna em ilegalidade, elimina-se o direito a fazer greves e a classe trabalhadora é impossibilitada de ação pela proibição do sindicalismo livre antifascista. O Estado incorpora em sua estrutura administrativa as organizações de luta da classe trabalhadora, constituindo assim, novas instituições legais. Numa pequena nota o pensador marxista deslinda: “Na investigação sobre as condições econômicas e sobre a estrutura da economia italiana, usar como enquadramento o conceito de “aparelhamento nacional”. Estabelecer este conceito exatamente etc.” (GRAMSCI, 2014, v.5, p. 208). Esta inserção das organizações legalmente reconhecidas, segundo Gagliardi, é o primeiro pilar da estrutura corporativa. Esta dupla medida de repressão e incorporação esfacela os sindicatos, ao mesmo tempo que legitima estas associações institucionalmente. Gramsci articula este “aparelhamento nacional”, desta forma:

A questão da existência de uma Itália real e uma Itália legal se reapresenta de uma outra forma, nos acontecimentos de 1924-1926, até a supressão de todos os partidos políticos com a afirmação de se ter, afinal, alcançado a identidade entre o real e o legal, porque a sociedade civil, em todas as suas formas, estava enquadrada por uma só organização política de partido estatal (GRAMSCI, 2014, v. 5, p. 109).

Mesmo com a coerção do aparelhamento nacional, o horizonte do colaboracionismo de classes não é tangível, isto porque não é resolvida a emblemática questão da sociedade

capitalista, a existência de duas classes antagônicas: o assalariado e o beneficiário dos lucros. Gramsci percebeu que “[...] o corporativismo é a política econômica com que o fascismo poderia conduzir a Itália para uma forma de ‘economia programática’ que não colocasse em discussão as relações de poder fundamentais entre as classes.” (VACCA, 2012, p. 226-227). Mais ainda, o pensador marxista precisa que o americanismo exige uma estrutura social e de um determinado Estado, o “Estado liberal”. Buci-Glucksmann, afirma que este Estado liberal não é o “da fase concorrencial do modo de produção capitalista, e sim o *Estado (liberal) dos monopólios*” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 402). A burguesia, para chegar a este desenvolvimento regride à fase econômico-corporativa do Estado e isto quer dizer que, esta, “volta à ‘concepção do Estado como pura força’. A partir do início do século XX, a burguesia não é mais capaz de expandir-se nem dentro do Estado nem internacionalmente; ao contrário, ‘desagrega-se’, e as frações dominantes voltam à política de poder” (VACCA, 2012, p. 224). O exercício da hegemonia se dá como forma de extrema coerção:

O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura. As ditaduras contemporâneas abolem legalmente até mesmo estas novas formas de autonomia e se esforçam por incorporá-las à atividade estatal: a centralização legal de toda vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna “totalitária”. (GRAMSCI, 2014, v.5, p. 139).

Mas o processo de reconstrução das economias nacionais no período pós Primeira Guerra Mundial se daria como uma *revolução passiva*, e a economia mundial deveria ser salva graças às elites mais avançadas. Portanto, seria retomado o crescimento da economia e o desenvolvimento das forças produtivas. Nas notas do Caderno 22, já na definição dos problemas a serem enfrentados acerca das novidades do mundo produtivo, Gramsci enumera uma série de questões dentre elas “[...] questão de saber se o desenvolvimento industrial e produtivo deve ter seu ponto de partida a partir de fora, através da construção cautelosa e maciça de uma estrutura jurídica formal que guie a partir de fora os desenvolvimentos necessários do aparelho produtivo” (GRAMSCI, 2014, v. 4, p. 242). A resposta a esta questão não é absolutamente negativa; mas por sua análise marxista, Gramsci considera a primazia da economia para a definição de novas realidades. Contudo, no desenrolar de seu texto ele considera a relevância da forma jurídica: “A forma jurídica possível é uma das condições, não a única condição nem mesmo a mais importante: é apenas a mais importante das condições

imediatas” (GRAMSCI, 2014, v. 4, p. 258). Utilizando-nos da explicação de Gagliardi²³, podemos afirmar que o corporativismo constitui, deste modo, a forma econômica da *revolução passiva* representada pelo fascismo. Daí inferirmos o caráter dialético da interpretação gramsciana, a complexa relação entre estrutura e as superestruturas, estas que também se “movem” historicamente. Gramsci assim afirma sobre a forma superestrutural desta *revolução passiva*:

A hipótese ideológica poderia ser apresentada nestes termos: ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro (GRAMSCI, 2013, v.1, p. 299).

Contudo, a *revolução passiva* representada pelo fascismo não é viável a longo prazo, para ser efetiva uma verdadeira reforma industrial, é necessária uma reforma agrária, o que a burguesia não estaria disposta a compactuar. Gramsci concebeu que o fascismo ainda representava a predominância do capital financeiro, Buci-Glucksmann sublinha que “toda a sua teorização baseia-se em uma problemática ampliada do Estado: Estado/classe (primazia de uma fração)/ base histórica, que lhe permite justamente ver no fascismo um novo modo de organização *da sociedade* e, por conseguinte, uma *mudança de forma do Estado*” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 405).

O corporativismo, por esta via interpretativa, se insere num âmbito mais geral de reconfigurar as modalidades de exercício do poder político. Para além do corporativismo do Estado fascista, o corporativismo de Estado tem um caráter mais duradouro, o que Gramsci não via, necessariamente, na ditadura fascista: “É o fascismo, e não o corporativismo, que tem um ‘caráter ‘transitório’ (no sentido de que não marca época, não no sentido de ‘curta duração’)” (GAGLIARDI, 2010, p. 256). Deste modo, existe uma espécie de distinção entre o corporativismo de Estado, próprio das ditaduras, do fascismo; e àquele corporativismo societal, que denota que se configurou uma forma duradoura, um novo tipo de capitalismo, o capitalismo avançado, dos monopólios e da prevalência do capital financeiro.

As notas que engendram um novo conceito de Estado em Gramsci são fundamentadas em seu panorama, isto é, do fascismo enquanto forma política que se propagava e como um

²³ Cf. GAGLIARDI, 2010, p. 240. “O corporativismo constitui, então, a forma econômica assumida pela revolução passiva. Ele (e nisso reside seu caráter de revolução passiva) seria efetivamente capaz de realizar uma profunda mudança da estrutura econômica, sem alterar as preexistentes hierarquias sociais”.

elemento necessário para a modernização dos Estados que eram compostos por uma estrutura social e industrial que não permitiam estas modernizações. A burguesia mantém o seu domínio, mas de uma forma mais cruel, através de uma *revolução passiva* que, como observado por Buci-Glucksmann²⁴, diferentemente das anteriores, que incorporavam as frações opositoras, agora as eliminavam. Outrossim, mais um elemento fundamental que o pensamento do filósofo sardo ocasiona é que mesmo num momento de extrema coerção, Gramsci afirma que o Estado, mesmo o fascista é, ao mesmo tempo, consensual, isto é, também legitimado pela sociedade civil. Aliás, a coerção atravessa a sociedade civil, com seus aparelhos privados de coerção e consenso, isto é, de hegemonia.

Ademais, prosseguimos no estudo do fascismo enquanto um movimento político que possui uma nova forma organizativa. Assim, no próximo capítulo trataremos da noção de *guerra de posição*, que exprime a estratégia política para o enfrentamento deste fenômeno político e, ao mesmo tempo, da própria hegemonia burguesa. O estudo deste conceito, por sua vez, se relaciona com a temática do moderno Príncipe, o partido político, que na perspectiva gramsciana, é um organismo coletivo capaz de elaborar elementos de nova cultura para combater o fascismo.

²⁴ A estudiosa esclarece: “Se todas as ‘revoluções passivas’ basearam-se historicamente em uma *absorção* progressiva da direção das classes antagônicas, quanto ao fascismo, ele *as decapta* politicamente pela força e pela repressão. A hipótese de uma ‘revolução passiva’, situando o fascismo ‘no prolongamento de uma tendência de longa duração da classe dominante italiana’, só pode situar-se exclusivamente no plano da política econômica. Se Gramsci insiste nos elementos de coerção política e organização ideológica de massa próprios ao corporativismo, nem por isso ele exclui a eventualidade dessa ‘revolução passiva econômica’. Simplesmente, ela não é viável a longo prazo”.(BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 404-405).

3 UM NOVO ESPECTRO RONDA A EUROPA, O ESPECTRO DO FASCISMO

Nas notas do Caderno 10, Gramsci dedica-se a analisar alguns pontos da obra de Benedetto Croce (1866-1952) e desta diligência resulta numa série de apontamentos. Neste capítulo, inicialmente, pretende-se compreender a crítica que o pensador sardo empreende a este intelectual italiano, que é um notável adversário dos pensadores da filosofia da práxis. São várias as obras e também vários os artigos de Croce que abordam as temáticas que Gramsci se propôs a estudar nos *Cadernos*. Para nosso propósito, qual seja, examinar o fascismo em termos de um elemento de *guerra de posição*, as anotações que aqui mais nos interessam são aquelas dedicadas à crítica das obras croceanas *Storia d'Italia dal 1871 al 1915* e *Storia d'Europa del secolo XIX*. Contudo, não nos limitaremos a estas notas neste espaço, visto que Gramsci discorre acerca da problemática da *guerra de posição* em parágrafos e Cadernos diversos, esta problematização é apenas o nosso ponto de partida.

Segundo Gramsci, para compreender a sua época, seria necessário recorrer tanto aos desfechos da história italiana quanto aos da história europeia. A formação do Estado italiano, com o movimento político do *Risorgimento*, como exposto no primeiro capítulo de nossa pesquisa, deu-se através de um processo que não conseguira organizar as massas populares, foi uma *revolução-restauração*, uma *revolução passiva*. Na França, diversamente, verificou-se factualmente um processo revolucionário. Estes processos revolucionários estão interconectados, não é possível falar sobre a unificação italiana sem remeter-se à Revolução Francesa, é necessário perceber os estilhaços dela que atingem os outros processos revolucionários europeus com “os exércitos republicanos e napoleônicos, sacudindo poderosamente os velhos regimes e determinando não a sua derrocada imediata, como na França, mas a corrosão ‘reformista’ que durou até 1870.” (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 298).

Gramsci avalia que as obras de Benedetto Croce, de maneira tendenciosa, desinteressam-se destes momentos de luta política, “[...] do momento no qual se elaboram, se unificam e se alinham as forças em contraste, do momento no qual um sistema ético-político se dissolve e um outro se elabora a ferro e fogo, no qual um sistema de relações sociais se desagrega e decai e um outro sistema surge e se afirma” (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 298). Croce apresenta a história apenas como expansão do momento cultural ou ético-político, que, como observou Bianchi (2006), é quando os novos grupos dirigentes já haviam consolidado uma nova fase hegemônica. Por isso, como sublinhou Ciccarelli: “[...] a leitura crociana da história em termos culturais e ético-políticos não apreende o elemento de luta que conduziu à formação da ordem política europeia” (CICCARELLI, 2009, p. 384, tradução nossa).

Esta orientação presente na obra croceana, conforme Gramsci, esconde uma tendência ideológica que está relacionada à posição de Croce frente ao próprio fascismo; Croce, embora se apresente como um opositor do regime de Mussolini, talvez, de modo inconsciente, contribuiu para reforçá-lo ideologicamente. Em diversas cartas²⁵ “endereçoas à sua cunhada”, Tatiana Schucht, o pensador irá apontar o que de fato significa o suposto “afastamento” de Croce dos problemas da vida nacional daquele tempo do fascismo. Giuseppe Vacca relata que: “Através de tais cartas, Gramsci informava Togliatti sobre o avanço dos seus estudos e da sua reflexão sobre o fascismo, a história da Itália, a social-democracia e a cultura europeia, o estado do marxismo e outros temas de grande relevância política” (VACCA, 2010, p. 383). Transcrevemos um longo trecho de uma destas cartas destinada à Tatiana, com data de 6 de junho de 1932 que, vigorosamente, esclarece o discurso contido nos *Cadernos*:

[...] De qualquer modo, acredito que você talvez exagere a posição de Croce no momento presente, considerando-o mais isolado do que está. Não devemos nos deixar enganar pela efervescência polêmica de escritores mais ou menos diletantes e irresponsáveis. Croce expôs boa parte de suas atuais concepções na revista *Política*, dirigida por Coppola e pelo ministro Rocco, e não só Coppola, acredito, mas muitos outros estão convencidos da utilidade da posição tomada por Croce, que cria a situação em que é possível a educação real para a vida estatal dos novos grupos dirigentes surgidos no pós-guerra. Se estudar toda a história italiana a partir de 1815, verá que um pequeno grupo dirigente, com método, conseguiu absorver em seu círculo todo o pessoal político gerado pelos movimentos de massa, de origem subversiva. De 1860 até 1876, o Partido de Ação, mazzianiano e garibaldino, foi absorvido pela Monarquia, deixando um resíduo insignificante que continuou a viver como Partido Republicano mas tinha um significado mais folclórico do que histórico-político. O fenômeno foi chamado “transformismo”, mas não se tratava de um fenômeno isolado; era um processo orgânico que substituíra, na formação da classe dirigente, o que na França tinha acontecido durante a Revolução e com Napoleão, e na Inglaterra com Cromwell. De fato, mesmo depois de 1876 o processo continua, molecularmente. Assume uma dimensão imponente no pós-guerra, quando parece que o grupo dirigente tradicional não tem condições de assimilar e digerir as novas forças geradas pelos acontecimentos. Mas este grupo dirigente é mais *malin* e capaz do que se podia pensar: a absorção é difícil e custosa, mas mesmo assim acontece, por muitos caminhos e métodos; seu ensinamento produz, talvez, a maior quantidade de “sucos

²⁵ A este respeito, cf. VACCA, Giuseppe. *Vida e pensamento de Antonio Gramsci: 1926-1937*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2012; especialmente no décimo terceiro capítulo, o referido autor elucida “O código Croce”, mas também sublinha que existem outras várias discussões de grande importância nas *Cartas do cárcere*: “A outra observação a ser feita é que reler a correspondência sobre Croce segundo o perfil da comunicação em código não esgota a questão: as cartas de Gramsci divagam sobre temas complexos de história da cultura e da filosofia da práxis, e seria errado reduzir sua densidade à política em sentido estrito. No entanto, aqui teremos de deter a atenção nos temas que fazem da correspondência o caso mais conspícuo de comunicação política entre Gramsci e Togliatti, bem como no papel de Sraffa, que foi o intermediário e o artífice” (p. 301).

gástricos” apropriados para o trabalho de digestão. Colocada numa perspectiva histórica, da história italiana, naturalmente, a ação de Croce surge como o mecanismo mais poderoso que o grupo dominante hoje possui e, acredito, acertadamente valoriza, para “afastar” as forças novas a seus interesses vitais (não só imediatos, mas também futuros), apesar de algumas aparências superficiais. (GRAMSCI, 2005, v. 2, p.209-210).

Portanto, na consideração gramsciana, as posições intelectuais de Croce revelavam que este pensador intentou solucionar de modo reformista a questão sobre o fascismo. A ideia de Croce, em verdade, seria a posição de resguardar o antigo estado das coisas, manter intactas as condições sociais, voltar à “normalidade”. A liberdade deveria ser resgatada morosamente, em pequenas doses, sem o terror da movimentação e da ação consciente das massas populares. Também o posicionamento de Croce no período do segundo pós-guerra nos interessa para a compreensão da repugnância de Gramsci à posição de Croce. Como nos esclareceu Renzo De Felice, Croce interpretou o fascismo em termos de uma “doença moral da Europa”:

Na Itália, como é universalmente sabido, tal interpretação foi formulada por Benedetto Croce, primeiro num artigo de Novembro de 1943, para o *New York Times*, depois no discurso pronunciado em 28 de Janeiro de 1944, em Bari, no Primeiro Congresso dos Comitês [sic] de Libertação e finalmente, de uma forma mais difusa, numa entrevista de Março de 1947. Nessas ocasiões, Croce expôs os dois aspectos fundamentais dessa tentativa de interpretação do fascismo: *primo*, que o fascismo “não foi pensado, nem querido, nem apoiado por nenhuma classe social em particular” e “foi uma perda de consciência, uma depressão cívica e uma embriaguês produzidas pela guerra”; *secondo*, que esse desvario e essa embriaguês não se verificaram apenas em Itália, mas sim em quase todos os povos que participaram na guerra de 1914-18; vieram ao de cima “mercê de ilusões, enganos e ameaças” na Itália, mas não só na Itália. Porque, “enquanto tendência, impulso, aspiração, expectativa”, o fascismo foi um fenómeno[sic] mundial, “tal como, em todo o mundo contemporâneo, se celebrou a figura do Super-homem e do Duce”. Enquanto tal, o fascismo foi um “parêntesis” que corresponde a um período de maré baixa “na consciência da liberdade”. (DE FELICE, 1978, p. 35-36).

Posto isso, deslocamo-nos para o ponto principal aqui proposto, a explicitação da nova estratégia intervista por Gramsci, a *guerra de posição*. O conceito de *guerra de posição* traduz as transformações ocorridas na arte militar em critérios de análise de ciência política. Assim como na arte militar houve uma mudança profunda na estratégia utilizada pelos exércitos, a passagem da guerra manobrada ou de movimento à *guerra de posição*, o mesmo ocorreu na política. Este acontecimento, como entrevera o pensador sardo, é a questão de teoria política posta pelo período pós-guerra mais importante e difícil de ser resolvida de forma correta.

A *guerra de posição* em Gramsci é uma estratégia revolucionária a ser posta em prática nos países capitalistas “ocidentais”, e, como ressaltou Vacca, “[...] Oriente e Ocidente não devem ser entendidos como categorias geopolíticas, mas morfológicas” (VACCA, 2012, p. 212). Ou seja, Oriente e Ocidente em Gramsci figuram o estágio de evolução da formação capitalista de um Estado²⁶. Para os Estados de capitalismo avançado a estratégia possível é a *guerra de posição*, quanto aos Estados em que o mesmo é incipiente, a estratégia seria a *guerra manobrada*. O filósofo exprime a experiência revolucionária ocorrida na Rússia de 1917, desta maneira:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional. (GRAMSCI, 2012, v.3, p.266).

A guerra de movimento ocorrida na Rússia de 1917, mostrou que o espectro que assombrava a Europa no século XIX, o socialismo, já era tangível. A deflagração da Primeira Guerra Mundial, impulsionou um concomitante período de crescimento tanto das forças nacionalistas quanto das forças socialistas, o que colocou novas problemáticas para o próprio movimento socialista que, a partir deste momento, precisou refletir sobre a questão do socialismo em relação à nação e ao movimento internacional, e também sobre a atitude que cada partido socialista assumiria diante da guerra. Como afirmou Panaccione, nos escritos de Gramsci do período pós-guerra é ressaltada a importância da nação como elemento fundamental para a compreensão das possibilidades revolucionárias e o papel hegemônico representado pela própria Rússia:

Para Gramsci, não é diretamente a guerra, mas sua consequência mais importante, a atualidade da revolução – testemunhada por aquilo que aconteceu e continua a acontecer na Rússia, por aquilo que acontece ou está prestes a acontecer em várias partes da Europa –, o que assinala a passagem, no primeiro ano do pós-guerra, da lógica de uma visão da história que atribui diferentes papéis às principais forças de classe e conflito, e conclama cada qual a desempenhar o próprio papel, para uma outra lógica que não mais respeita os papéis distribuídos e com que o proletariado assume o caráter de

²⁶ A este respeito cf. LOSURDO, Domenico. *Antonio Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”*. Tradução de Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 2006. O estudioso faz uma notável observação da concepção da relação Oriente e Ocidente em Gramsci: “Certamente, o grande revolucionário reconhece o grau diferente e superior de desenvolvimento histórico do Ocidente com relação ao Oriente. Mas seria totalmente errado pretender deduzir do atraso político-social da Rússia seu atraso teórico. Proceder de tal modo seria dar prova de mecanicismo, e contra o mecanicismo é implacável a polêmica de Gramsci, plenamente consciente das desigualdades, dos desequilíbrios e das contradições que podem subsistir entre desenvolvimento econômico-social, desenvolvimento político e desenvolvimento cultural.” (p.273).

força dirigente e se encarrega de tarefas diretamente construtivas: para estas tarefas, a principal referência é a relação com a nação. (PANACCIONE, 2010, p. 73).

A problemática da nação, como já destacamos, está interconectada aos acontecimentos russos. A perspectiva Oriente e Ocidente é fundamental para a questão: por que a revolução socialista ocorreu primeiramente em um país “oriental”, atrasado? A questão relaciona-se com as estratégias revolucionárias propostas na época. Gramsci reconhece Trotsky como o teórico do ataque frontal, da guerra manobrada, que não conseguira abarcar as especificidades “ocidentais”. O pensador é severo, contudo, sua apreciação da teoria da “revolução permanente” de Trotsky demonstra sua lucidez: “As debilidades teóricas desta forma moderna do velho mecanicismo são mascaradas pela teoria geral da revolução permanente, que não passa de uma previsão genérica apresentada como dogma e que se destrói por si mesma, pelo fato de que não se manifesta efetivamente.” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 320). Trotsky é a representação de um internacionalismo que não apreendeu os significados dos acontecimentos históricos e das possibilidades de ação de um movimento que impulsiona uma classe internacional, que, ao mesmo tempo, está interconectada às suas especificidades nacionais.

Diversamente, Gramsci destaca a importância tanto teórica, quanto prática de Lênin, que soube “manter saudáveis e profundas raízes na realidade nacional da qual provinha” (LOSURDO, 2006, p. 274). Ele considera que Lênin parece ter entendido a necessária mudança da estratégia, em sua concepção da luta pela hegemonia, compreendeu o trabalho nacional da política, quando lançou a “tática da frente única”. Contudo, observou Gramsci, Lênin não teve tempo de aprofundar sua fórmula, “[...] mesmo considerando que ele só podia aprofundá-la teoricamente, quando, ao contrário, a tarefa fundamental era nacional, isto é, exigia um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e de fortaleza representados pelos elementos de sociedade civil, etc.” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 266).

Nos referimos a algumas estratégias revolucionárias do movimento comunista, agora questionamos: e, para Gramsci, como a situação internacional deveria ser considerada em seu aspecto nacional? O filósofo considera que uma classe de caráter internacional deve se nacionalizar, num certo sentido, para poder tornar-se dirigente ou continuar a dirigir:

Realmente, a relação “nacional” é o resultado de uma combinação “original” única (em certo sentido), que deve ser compreendida e concebida nesta originalidade e unicidade se se quer dominá-la e dirigi-la. Por certo, o desenvolvimento é no sentido do internacionalismo, mas o ponto de partida é “nacional”, e é deste ponto de partida que se deve partir. Mas a perspectiva é internacional e não pode deixar de ser. É preciso, portanto, estudar exatamente a combinação de forças nacionais que a classe internacional

deverá dirigir e desenvolver segundo a perspectiva e a classe dirigente só será dirigente se interpretar exatamente esta combinação, da qual ela própria é componente, e só como tal pode dar ao movimento uma determinada orientação, de acordo com determinadas perspectivas. (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 318-319).

O pensador ainda enriquece seu arcabouço conceitual quando interpreta que o conceito de *revolução passiva* está interligado à passagem da guerra manobrada à *guerra de posição*. Gramsci questiona: “[...] existe uma identidade absoluta entre guerra de posição e revolução passiva? Ou, pelo menos, existe ou pode ser concebido todo um período histórico no qual os dois conceitos devem se identificar, até o ponto em que a guerra de posição volte a se transformar em guerra manobrada?” (GRAMSCI, 2014, v. 5, p. 316-317). Esta indagação gramsciana verte-se em uma nova importância que deve ser imputada ao fenômeno dos “transformismos” para a formação de novos desenvolvimentos históricos. A partir disto, ele reflete sobre a situação nacional italiana, em que o “transformismo” ocorrido com a unificação nacional formou novas classes dirigentes expandindo-se e incorporando a si novas camadas aliadas. As *revoluções passivas*, tanto o fascismo quanto o *Risorgimento*, representavam em si “progressos” históricos, ainda que se tenham realizado em bases conservadoras.

A *revolução passiva* é um processo que tem início no século XIX, realizou algumas tarefas históricas e, simultaneamente, freou as forças subalternas; o *Risorgimento* e o fascismo são formas deste mesmo processo que foi teorizado por Gramsci em seus apontamentos; são novas formas de luta pela hegemonia, também elementos de uma *guerra de posição*. A hipótese que Gramsci lança é a seguinte:

[...] Na Europa de 1789 a 1870, houve uma guerra de movimento (política) na Revolução Francesa e uma longa guerra de posição de 1815 a 1870; na época atual, a guerra de movimento ocorreu politicamente de março de 1917 a março 1921, sendo guiada por uma guerra de posição cujo representante, além de prático (para a Itália), ideológico (para a Europa), é o fascismo. (GRAMSCI, 2013, v.1, p. 300).

Nesta consideração gramsciana percebemos que o fascismo é um elemento de *guerra de posição* que, a partir de uma *revolução passiva* prática na Itália – diretamente, o corporativismo de Estado busca impulsionar a economia e, ao mesmo tempo, também é elemento político; na Europa o fascismo também impulsiona ideologicamente as medidas corretivas na economia e as novas formas de governo das massas. Como elucidado por Ruy Braga o fascismo se torna uma estratégia de passivização de movimentos revolucionários, é a resposta política imediata à Revolução Bolchevique que “[...] buscaria absorver a crise de

direção da ‘nova’ classe estatal, partindo da reorganização da sociedade civil e da hegemonia através da violência contra as massas e suas organizações de classe, ‘decaptando-as por toda uma época histórica’ ” (BRAGA, 1996, p 174).

É preciso reconhecer que a categorização do advento do fascismo por Gramsci em termos de elemento de *guerra de posição*, de reação da burguesia, não esgota a questão, pois o filósofo comunista vai além. Por isso, o elemento principal, que agrega um original sentido à compreensão do fascismo é a categoria de *revolução passiva* que, deste modo torna-se central e, portanto, um elemento orgânico, aglutinador de todas as suas outras categorias. Fabio Frosini assim reitera a importância desse conceito:

[...] a política do fascismo não é considerada por Gramsci como completamente reduzível à categoria de “reação”, e tampouco àquela, muito mais complexa e avançada, cunhada em 1935 pelo próprio Togliatti graças ao estímulo que provinha de Gramsci, de “regime reacionário de massas”. Essa era, ao contrário, para o autor dos *Cadernos* um laboratório em que não somente se definiria a nova estratégia da burguesia para sair da crise orgânica do pós-guerra, mas que modificava de modo decisivo – para responder a pergunta lançada pelo proletariado – as mesmas categorias teóricas de tipo “liberal”, que constituíram a ossatura do poder moderno. (FROSINI, 2011, p. 30, tradução nossa).

O período posterior a 1870 – que foi marcado pelo processo de revolução liberal – resultou numa modificação profunda nas relações organizacionais do Estado, tanto as internacionais como nacionais, como demonstrado no capítulo precedente, as relações estatais tornaram-se mais complexas. A fórmula política da “revolução permanente”, vitoriosa na Rússia, era própria de um tempo em que não havia os grandes partidos políticos de massas e os grandes sindicatos econômicos, esta agora é superada pela fórmula da “hegemonia civil”. Para o filósofo, o Estado oitocentescos ainda estava pouco desenvolvido, havia o monopólio de algumas cidades sobre o campo e também “maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal”. Gramsci ajuíza:

[...] a fórmula da “revolução permanente”, própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula da “hegemonia civil”. Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc. (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 24).

A situação político-histórica se modificou e a estratégia política para o Ocidente tornou-se um processo árduo, de mobilização e controle de amplas massas, que buscam inserção nos Estados de capitalismo avançado. Ciccarelli (2009) observa que Gramsci estabeleceu um modo dialético de conceber a guerra, que não é apenas o contrário da paz; é uma variável subordinada a um conjunto de fatores políticos e sociais, que, mesmo em seus momentos agudos também pode estabelecer um novo equilíbrio político, por isto, a conhecida fórmula de Gramsci dos “equilíbrios instáveis”.

Como sublinhou Buci-Glucksmann: “Gramsci parte das necessidades da luta antifascista para explorar *uma estratégia de longa duração, uma ofensiva de tipo novo*, que representará uma exploração dos caminhos da revolução no Ocidente” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 319). A *guerra de posição* é uma estratégia possível para que as classes subalternas enfrentem o fascismo, mas, concomitantemente é mais ampla que isto, é uma estratégia para derrotar o capitalismo nos países “ocidentais” desenvolvidos. Gramsci parte de uma visão realista das possibilidades revolucionárias, não supervaloriza a vitória da Revolução de Outubro, o processo é complexo e orgânico. Todavia, o levante de uma nova ordem social figurada neste acontecimento levou a classe burguesa a reconsiderar sua atuação política. Gramsci fixa: “Na política o assédio é recíproco, apesar de todas as aparências, e o simples fato de que o dominante deve ostentar todos os seus recursos demonstra o cálculo que ele faz do adversário” (GRAMSCI, 2012, v.3, p.258-259). O fascismo também é sacrifício para a burguesia, é uma estratégia árdua organizar e conter as massas ainda sob a sua direção. Por isso, como afirmou Buci-Glucksmann, é preciso uma reação das classes subalternas:

[...] o fascismo só existe em um mundo onde a questão do socialismo já foi colocada e não pode deixar de colocar-se: daí a oposição entre essas forças historicamente incuráveis (burguesia/proletariado). Isso significa também que essa oposição se aprofunda com a instalação do fascismo: a classe operária é a única capaz de dirigir uma luta antifascista (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 394).

Deste modo, nos *Cadernos*, o conceito de *guerra de posição* ressignifica a estratégia política proposta para a filosofia da práxis e será um instrumento de ação para as classes subalternas; todavia, também era a estratégia da classe dominante. Portanto, a *guerra de posição* é uma estratégia tanto da classe dominante quanto das classes subalternas, que deveriam compreender essa estratégia e colocá-la em prática, pois a sua classe antagônica já havia compreendido isto, ou seja, o fascismo é um movimento político estratégico, apoiado pelas classes dominantes do início do século XX, para conter os avanços das lutas dos

subalternos: “[...] se a revolução passiva determina em Gramsci as formas de um processo de transformação, a guerra de posição determina as formas do choque de classe em relação a este processo, e isto seja para a burguesia, seja para o proletariado” (DE FELICE, 1978, p. 202).

Ainda, o conceito de *guerra de posição* apreende uma importante constatação de Gramsci: a de que tanto o Exército quanto a sociedade civil são atravessadas pela dialética dirigentes-dirigidos. Por isto, o filósofo soube entrever a relevância da direção política seja para um Exército, seja para a luta política. Gramsci considera a direção política elemento fundamental das guerras modernas, sejam estas guerras de movimento ou guerras de posição:

A direção política justa é necessária inclusive num exército de mercenários profissionais. [...] A questão se torna mais complexa e difícil nas guerras de posição, feitas por massas enormes que só com grandes reservas de força moral, podem resistir ao grande desgaste muscular, nervoso, psíquico: só uma habilíssima direção política, que saiba levar em conta as aspirações e os sentimentos mais profundos das massas humanas, impede sua desagregação e desmantelamento. (GRAMSCI, 2014, v. 5, p. 103).

Em suma, a passagem da guerra manobrada à *guerra de posição* não significa a absoluta exclusão da guerra manobrada. Contudo, esta está cada vez mais reduzida às funções táticas do que estratégicas, e isto foi percebido pelos próprios técnicos militares. E esta primazia deve ocorrer também na arte e na ciência política, nos Estados de capitalismo avançado. Por isso, uma direção política eficaz das massas subalternas modernas é um elemento eficaz para a derrubada do fascismo e, ainda mais, para derrubar o intrincado Estado burguês. Este elemento que direciona e unifica as massas, para Gramsci é o partido político, o moderno Príncipe, conceito sobre o qual nos debruçaremos nas páginas seguintes de nossa pesquisa.

3.1 O moderno Príncipe ou “Instruí-vos, agitai-vos e organizai-vos”

Em 1º de maio de 1919 sai o primeiro número da revista *L'Ordine Nuovo*, que tinha por subtítulo “Resenha semanal de cultura socialista”, Gramsci era o secretário de redação e, um dos seus cofundadores, juntamente com Angelo Tasca, Palmiro Togliatti e Umberto Terracini. Neste primeiro número, encontramos as palavras de ordem: “Instruí-vos, porque precisamos da vossa inteligência. Agitai-vos, porque precisamos do vosso entusiasmo. Organizai-vos, porque careceremos de toda a vossa força”²⁷. Em nosso entendimento, estas

²⁷ Sobre estas conhecidas palavras de ordem cf. a *Cronologia* da vida de Antonio Gramsci (especialmente na p. 52), que foi elaborada por Carlos Nelson Coutinho, este texto está situado no primeiro volume dos *Cadernos do cárcere*.

palavras exprimem, precisamente, o que Gramsci imputará como a tarefa do partido político nas notas que escreveu nos cárceres. Assim, nesta parte de nosso estudo investigaremos como o filósofo comunista, retomando a obra de Maquiavel, relaciona sua teoria à temática do partido político moderno.

Nas notas do Caderno 13, *Breves notas sobre a política de Maquiavel*, Gramsci enceta a problemática afirmando que a obra de Nicolau Maquiavel (1469-1527), *O Príncipe*, tem por característica principal ser um livro “vivo” e, deste modo, ser uma obra com caráter de “manifesto político”. Com esta interpretação o pensador chega à identificação do florentino como um “filósofo da práxis”. Isto significa que Maquiavel representava uma nova concepção de filosofia política, sua obra deve ser interpretada como uma apreensão da realidade e de suas contraditórias condições, contudo, para além disto, é uma obra que assimila as necessidades do momento histórico e fornece uma conduta de ação para atingir este determinado fim, conforme Gramsci: “Maquiavel é um homem inteiramente de seu tempo e sua ciência política representa a filosofia da época que tende à organização das monarquias nacionais absolutas, a forma política que permite e facilita um novo desenvolvimento das forças produtivas burguesas”. (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 30).

Conforme as indicações do próprio Gramsci, no início do século XX verificou-se uma retomada do pensamento de Maquiavel. Mais que uma homenagem ao filósofo por mais um “centenário de sua morte”, sua teoria do Estado moderno tornou-se objeto de estudo das mais variadas correntes teóricas daquele tempo, de correntes fascistas e até mesmo das antifascistas. Gramsci, neste impulso, também procura deslindar a vivacidade da filosofia de Maquiavel e, como observou a estudiosa do pensamento gramsciano, Francesca Izzo (2010), embora o pensador comunista tenha se interessado constantemente pelo estudo da obra de Maquiavel na juventude, a figura dele está inicialmente ausente do plano dos *Cadernos*. Contudo, depois que Gramsci lê um número da *Rivista d'Italia* que, segundo a autora supracitada, é inteiramente dedicado a celebrar o quarto centenário da morte de Maquiavel; o filósofo estranha como os escritores dos artigos deste número da revista centraram-se na identificação de Maquiavel com o “maquiavelismo” e não deram a devida importância ao Maquiavel teórico do desenvolvimento dos Estados europeus. Reavivar os escritos de Maquiavel, para Gramsci, consistiria em utilizar as categorias políticas do secretário florentino para analisar os fenômenos contemporâneos e a partir disto criar novas categorias que os apreendessem. Assim, o pensador comunista revigora a ideia da figura do príncipe na identificação deste com o partido político da época moderna, ele teoriza:

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 16).

O partido político é para Gramsci o elemento equilibrador dos diversos interesses em luta pela hegemonia e, deste modo, só pode ser um organismo coletivo. Ele é o resultado do desenvolvimento do próprio Estado moderno. Como notou Umberto Cerroni, em seu livro, *Teoria do partido político*, o Estado burguês, fundamentado na não aceitação do associacionismo e da igualdade de direitos dos indivíduos, precisou se adaptar às exigências daqueles que não tinham os seus direitos reconhecidos. Enquanto o Estado se desenvolveu abolindo algumas autonomias de classe, estas buscaram se organizar como partidos para a afirmação de suas garantias.

O partido político é um organismo coletivo, porque a própria política moderna assim é constituída: a função diretiva na época moderna passa dos indivíduos singulares aos organismos coletivos. Por isso, Gramsci concebe que o partido político também é a “nomenclatura de uma classe”, o partido é a expressão de uma dada classe social que luta por fazer-se Estado. Como afirmara Filippini: “O partido é por isso, sobretudo, o organizador da fase hegemônica nas relações de força” (FILIPPINI, 2009, p. 618, tradução nossa). Em consequência disto, Gramsci concebe que a história de um partido identifica-se com a história de um país, de um Estado e as suas relações de classe: “[...] é a partir do modo de escrever a história de um partido que resulta o conceito que se tem sobre o que é um partido ou sobre o que ele deve ser” (GRAMSCI, 2012, v.3. p. 89).

O pensador comunista compreende que um partido político tem um dever a ser realizado na história de um Estado, este ponto verifica ao mesmo tempo a sua necessidade, pois partidos formados de forma arbitrária, sem objetivos históricos concretos perdem-se em sua demagogia e não conseguem “fazer-se história”. Ele questiona: “Quando um partido se torna historicamente ‘necessário’? Quando as condições de seu ‘triunfo’, de seu inevitável tornar-se Estado estão pelo menos em via de formação e deixam prever normalmente seus novos desenvolvimentos.” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 320). Em vista disto, Gramsci é rigoroso quanto à consideração de um organismo que seja “integralmente” um partido, que possa se fazer Estado, não apenas “governo”, que realmente exerça a direção hegemônica de uma classe. Como já observamos, o partido político se desenvolve com o Estado e este

desenvolvimento cria novos encargos que devem exigir deste mesmo partido novas formas de ação. Nas palavras de Gramsci:

No mundo moderno, um partido é integralmente tal – e não, como sucede, fração de um partido maior – quando é concebido, organizado e dirigido através de modos e formas capazes de se desenvolverem integralmente num Estado (integral, e não num Governo tecnicamente entendido) e numa concepção do mundo. O desenvolvimento do partido em Estado reage sobre o partido e exige dele um aperfeiçoamento e uma reorganização contínua, assim como o desenvolvimento do partido e do Estado em concepção do mundo, isto é, em transformação total e molecular (individual) dos modos de pensar e de atuar, reage sobre o Estado e sobre o partido, obrigando-os a se reorganizarem continuamente e colocando-os diante de problemas novos e originais a serem resolvidos. (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 359).

Se comumente identificamos o partido político moderno a uma “máquina organizativa mais um programa político” – como observou Cerroni (1982) –, Gramsci irá ampliar consideravelmente esta noção. Para o filósofo, um jornal, por exemplo, pode também desempenhar um papel de partido político, além de informações políticas e culturais esse ainda direciona politicamente os seus leitores, ele sublinha: “Na Itália, pela falta de partidos organizados e centralizados, não se pode prescindir dos jornais: são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos” (GRAMSCI, 2014, v. 2, p. 216).

Cerroni afirma que Gramsci elucida que “[...] talvez uma tendência do mundo moderno seja a de exprimir uma relação entre política e cultura cada vez mais articulada, na medida em que as atividades operativas tendem a se concentrar nos partidos, enquanto as atividades culturais tendem a se concentrar em outras instituições” (CERRONI, 1982, p. 22) Gramsci entende que um partido é essencialmente político e sua atividade cultural é, por isso mesmo, uma “atividade de política cultural”, que deve ser aplicada partindo de uma técnica de ação, que observa as necessidades das massas que se agregam a estes mesmos partidos. Por isso, o partido é, ainda, um elemento de elaboração e difusão de novas culturas e visões de mundo. Se um “partido” não consegue demonstrar esta capacidade de criação, de inovação, ele é apenas a “fração de um partido maior”, assim explica Cerroni:

Precisamos, pois, ter presente, como observou Gramsci, que o partido político pode ter duas variantes: um partido político dotado de uma certa organicidade geral – mesmo que aproximativa –, de uma mescla entre política e cultura, entre política e concepção do mundo, e um partido político que é, na realidade, apenas um sub-partido (Gramsci o denomina de “fração de um partido maior”), um sub-partido dotado apenas de uma sub-cultura e que pressupõe ou exige tacitamente, de um “partido maior”, a exposição e funcionamento no que se refere à concepção do mundo e da vida. (CERRONI, 1982, p. 22).

Gramsci lista três elementos que são fundamentais para que um partido exista: o primeiro é um elemento difuso, de massas, que precisa ser centralizado, organizado; o segundo, é o “elemento de coesão principal”, centralizador do conjunto das forças, que direciona a massa; e o terceiro, é um elemento médio que possa estabelecer a articulação entre os outros dois elementos, “que os ponha em contato não só ‘físico’, mas moral e intelectual.” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p.321). Gramsci ressalta que o segundo elemento é fundamental, sem ele os elementos do primeiro e terceiro elemento não podem tornar-se elementos do segundo tipo.

A luta entre os partidos sempre suprime este segundo elemento – dos intelectuais, dos capitães – que, se não prepara os que irão continuar na direção do partido sem a sua presença, deixa as forças soltas no ar, o filósofo afirma: “Como na luta deve-se sempre prever a derrota, a preparação dos próprios sucessores é um elemento tão importante quanto tudo o que se faz para vencer.” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 322). Como destacou Liguori, Gramsci “[...] não aparenta fazer um juízo muito otimista sobre a capacidade dos subalternos de saírem por si sós do próprio estado de subalternidade, de desafiarem por si sós a classe hegemônica” (LIGUORI, 2014, p. 13).

O moderno *Príncipe* nos escritos gramscianos também designa o título de um “livro”²⁸, uma obra política, em caráter de manifesto, que seja capaz de formar de modo qualitativo para uma ação que visa um determinado fim histórico; neste sentido é que o filósofo concebe que o moderno *Príncipe* deve ter uma parte dedicada ao *jacobinismo* em sua expressão integral. Conforme Gramsci, o jacobinismo foi histórica e conceitualmente um espécime de movimento em que atuou e se formou uma *vontade coletiva*, e ele elucida: “é preciso também definir a vontade coletiva como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo.” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 17). Mais especificamente, Gramsci concebe que uma vontade política é avaliada pelo seu caráter de possibilidade, pela eficácia de sua finalidade aplicada à realidade: “O atributo de ‘utópico’

²⁸ Aqui reproduzimos uma nota ao texto de Francesca Izzo, em que a supracitada estudiosa exprime esta complexa e imprescindível distinção na compreensão do texto gramsciano: “Um das dificuldades, não adequadamente destacada e resolvida no plano interpretativo, do Caderno 13, no qual o nexu Maquiavel-moderno *Príncipe* é amplamente desenvolvido, refere-se à duplicidade da argumentação de Gramsci. De modo contínuo, o discurso sobre o moderno *Príncipe*, no sentido de partido político, desliza e entrelaça-se com o metadiscurso sobre a eventual obra que deverá tratar do tema, isto é, sobre o moderno *Príncipe*. Não é fácil distingui-los, mas é indispensável. Quanto ao primeiro aspecto, trata-se da unificação de intelectuais (encarnação da racionalidade e previsibilidade do processo histórico) e massas (espontaneidade) na criação e organização permanente da vontade coletiva; quanto ao segundo, é questão do ‘manifesto político’, da dramaticidade da exposição, ou seja, não uma listagem didática de princípios e critérios de ação, e burocrática recitação de programas, mas exposição de uma concreta vicissitude histórica, de cuja dialética surja a indicação do instrumento e do programa” (IZZU, 2010, p. 359).

não é próprio da vontade política em geral, mas das vontades particulares que não sabem ligar o meio ao fim e, portanto, não são nem mesmo vontade, mas veleidade, sonhos, desejos, etc.” (GRAMSCI, 2012, v.3, p.246).

O autor dos *Cadernos* entende que Maquiavel escreveu livros de “ação política imediata”; não foi um utópico, visava à construção real de um Estado, não o teorizou em fórmulas prontas. Ele escreveu *O Príncipe*, para quem “não sabia”, sua obra não era “um livro secreto que circulava entre os iniciados”; sua intenção era, portanto, a da educação política de “quem não sabia”. O próprio Secretário florentino reconheceu que os princípios políticos que elaborou conceitualmente foram sempre aplicados pelos grandes homens da história. Em suma, para Gramsci, Maquiavel “[...] não pretendia ‘apenas’ ensinar aos príncipes as ‘máximas’ que eles conheciam e utilizavam. Ao contrário, pretendia ensinar a ‘coerência’ na arte de governo, e coerência empregada para um certo fim: a criação de um Estado unitário italiano.” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 353). E a coerência, acentua Gramsci, é uma forma necessária para que uma determinada linha política seja efetiva. Assim também deve ser a ação do moderno Príncipe: educar quem não sabe; promover o autoconhecimento das classes subalternas, de sua tarefa histórica.

Gramsci também retoma a teorização original de Maquiavel ao perceber que uma *vontade coletiva* nacional-popular só é possível quando as grandes massas camponesas também irrompem na vida política, ele afirma que “Isso é o que Maquiavel pretendia através da reforma da milícia, isso é o que os jacobinos fizeram na Revolução Francesa” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 18). E, como demonstrado no item anterior da pesquisa, toda a história a partir de 1815 representa a luta das classes tradicionais para impedir a formação de uma vontade coletiva nacional-popular. Deste modo, o moderno Príncipe é o organismo responsável pela formação de uma vontade coletiva nacional-popular e, por isso, ainda, deve assumir a tarefa de uma *reforma intelectual e moral*:

[...] O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna. (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 18).

A *reforma intelectual e moral*, para Gramsci, é formulada em termos concretos; não pode existir uma reforma estritamente cultural, esta deve ocorrer a partir de uma reforma econômica, visto que é impossível a elevação civil das camadas subalternas sem uma reforma econômica, o pensador assim explica: “[...] uma reforma intelectual e moral não pode deixar

de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda a reforma intelectual e moral” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 19).

Gramsci observa que os partidos políticos, no mundo moderno, participam ativamente da elaboração e difusão das concepções do mundo, pois esses elaboram a ética e a política adequadas a estas próprias concepções do mundo. Esses, também tem a função de selecionar a massa atuante, inovar e substituir antigos modos de agir e de pensar: “Por isso, pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias, isto é, o crisol da unificação de teoria e prática entendida como processo histórico real” (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 105).

A partir da explosão da *crise orgânica* do Estado burguês e o emergir da pretensa solução fascista, foram criadas novas atribuições para o moderno Príncipe e este deve lutar: “A tarefa que está diante dele requer a elaboração de uma hegemonia no plano global da cidade sobre o campo [...] e a reforma intelectual e moral, ou seja, uma ética de massas adequada” (IZZIO, 2010, p. 355). Os fins e os meios deveriam ser adequados a essas transformações ocorridas na sociedade dos homens, só assim seria possível uma mudança de fato.

O moderno Príncipe, como partido das classes subalternas deve ser um “centro hegemônico de cultura”, deve desenvolver um trabalho “educativo-formativo”. Como notou Guido Liguori, “[...] sem os partidos, seja como for que se queira imaginar, os grupos subalternos permanecem tais. Sem partido não há possibilidade de real desafio hegemônico” (LIGUORI, 2014, p. 24). Logo, o partido político tem a função de mediar o político, o social e o econômico, não se limita a noção de governo. Como é um gérmen de um Estado novo, deve impor-se na luta para tornar-se a classe dirigente e dominante, hegemônica, fundadora de um novo Estado:

A conquista hegemônica de uma classe representa a transformação, a construção de uma nova sociedade, de uma nova estrutura econômica, de uma nova organização política e também, de uma nova orientação ideológica e cultural. Tem consequências no nível material da economia, da política, da moral, do conhecimento e da filosofia. E, para isso se faz fundamental uma reforma intelectual e moral, pois, sem ela, não se mantém a transformação (SAID, 2009, p. 87-88).

Conforme Cerroni, Gramsci coloca a questão quadros-massas de um modo totalmente novo. Isto advém de sua teoria que identifica o partido político ao intelectual orgânico coletivo: “um organismo inteiramente ‘público’, mas que não deve se burocratizar, pois a

burocratização significa que a máquina deixa de ser um programa vivo, ou que o programa deixa de ser operativo.” (CERRONI, 1982, p. 36). O moderno Príncipe deve elaborar dirigentes qualificados que possam, por sua vez, alargar estes quadros, multiplicar os dirigentes necessários para direcionar um grupo social que, conforme assinala Gramsci, se transforme em “exército político organicamente preparado”. Portanto, o intelectual orgânico coletivo deve elevar culturalmente os “simples” e tornar possível o intercâmbio entre intelectuais-massas. Umberto Cerroni resume desta forma o que significa o partido político para Gramsci:

Em suma, o partido que chamaremos de tipo gramsciano deve ter quadros não contrapostos à massa e uma massa não contraposta aos quadros; portanto, deve substancialmente ter *quadros que querem transformar a massa em quadros* e uma *massa que aspira subir ao nível dos quadros*. A relação entre quadros e massas não é carismática, de abstrata confiança e tampouco de obediência hierárquico-militar. Não é nem o partido-igreja, nem o partido-estado maior e tampouco um clube de “homens de qualidade”. Trata-se de um modelo que não está fundamentado sobre um mero esquema organizativo, mas sobre a idéia geral de que é possível suprimir a divisão entre governantes e governados e aquela entre intelectuais e simples, entre quem pensa e quem trabalha (CERRONI, 1982, p. 38).

Em síntese, podemos afirmar que Gramsci soube compreender a desigualdade na luta pela disputa da hegemonia no início do século XX. A situação se acirrou ainda mais com o advento do fascismo, que buscava aniquilar a atividade do partido. O moderno Príncipe, assim, como o novo sujeito histórico, deveria ampliar as suas estratégias de ação para que os “meios fossem adequados ao fim” e o fim deste organismo político, em última instância, seria o comunismo. Isto posto, estendemos a pesquisa em torno da questão do partido político de tipo gramsciano, considerando-o em relação a análise que o pensador faz nas anotações a respeito da fórmula do “partido totalitário”.

3.2 Do Partido Nacional Fascista ou do não partido

Nesta seção prosseguimos no estudo da problemática do fascismo em relação ao conceito gramsciano de partido político. Como apontado na seção precedente, pretendemos investigar como Gramsci, em seus escritos, trata da questão do Partido Nacional Fascista (PNF); do seu real significado político. Assim, encetamos a discussão proposta nesta parte de nossa pesquisa retomando à questão do partido político e as relações de forças.

Como já delineamos, Gramsci teoriza que as relações internacionais seguem as relações sociais fundamentais; isto é, toda inovação estrutural muda as relações de forças

internacionais. Conforme Izzo (2014), a época em que Gramsci elaborou a sua obra foi marcada por uma tendência de um cosmopolitismo da economia e uma nacionalização da política; e é por isto, precisamente, que o filósofo concebe que as relações internacionais reagem passiva e ativamente sobre as relações políticas e, dentre essas, está a questão da hegemonia dos partidos. Quando uma nação está subordinada à hegemonia econômica das outras, pode existir um partido que representa, exatamente, esta subordinação internacional. Este partido pode se dizer “nacionalista”, no entanto, isto pode significar apenas um “nome”, pois esse pode representar exatamente forças econômicas internacionais, uma classe internacional, como Gramsci elucida:

Quanto mais a vida econômica imediata de uma nação se subordina às relações internacionais, tanto mais um determinado partido representa esta situação e a explora para impedir o predomínio dos partidos adversários [...]. Desta série de fatos, pode-se chegar à conclusão de que, com frequência, o chamado “partido estrangeiro” não é propriamente aquele que é habitualmente apontado como tal, mas precisamente o partido mais nacionalista, que, na realidade, mais do que representar as forças vitais do próprio país, representa sua subordinação e servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas. (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 20).

Se, como notamos anteriormente, Gramsci também considerava os partidos como “a nomenclatura de uma determinada classe”, que é sempre internacional, resulta que um partido que se concebe como aquele que “representa a nação”, não uma “classe”, pode ser fortalecido e corresponder às expectativas de uma classe internacional dominante. Deste modo, se o partido das classes subalternas era apontado pelos fascistas como um inimigo da nação italiana, na verdade, era o PNF que correspondia a este partido estrangeiro. Deformando a teoria da *luta de classes* de Marx, os fascistas apresentavam uma luta entre as nações, países proletários contra países capitalistas²⁹. Se de fato existiam grandes potências, nações hegemônicas, isto não significava que não existia, no capitalismo mundializado, a classe hegemônica em um país “subalterno”. Por isso, a insistência gramsciana no princípio do “equilíbrio instável”; na vida real da nação não existe esta uniformidade pregada pelos liberais e, tampouco a dos fascistas. Esta desfiguração da luta de classes, proposta pelos fascistas, leva

²⁹ A este respeito, Cf. LOSURDO, 2006, p. 71-75. O teórico afirma que esta deturpação da teoria da luta de classes de Marx inicia já em 1909 com Salvemini, por um lado e Corradini, por outro. Estes defendiam a tese da luta entre as nações proletárias e capitalistas para justificar o seu apoio à guerra, o que depois fora incorporado pelos fascistas: “[...] Criticada por Gramsci, que repele explicitamente a ‘teoria da ‘nação proletária’ em luta contra as nações plutocráticas e capitalistas’ (Q, 914), a ideologia de Corradini é depois herdada pelo fascismo. No segundo conflito mundial, Bottai vê contrapor-se, de um lado, o ‘sangue das nações proletárias [...], sangue de emigrantes espalhados por todas as estradas do mundo em benefício de todas as plutocracias’, e de outro ‘o ouro dos beatos proprietários, dos traficantes de carne branca’.” (p. 75).

à interpretação de que não existiam classes sociais na Itália, o que é utilizado para fortalecer o movimento fascista na transformação da multiplicidade em “massa”.

Em vista disto, dessa incompreensão “de si”, Gramsci concebe que ninguém é desorganizado e sem partido, um indivíduo convive diariamente numa luta de hegemonias. Existe sempre uma multiplicidade de sociedades particulares que, de modo geral, cimentam uma dada concepção do mundo numa visão hegemônica, que é dominante numa determinada época. Os indivíduos estão sempre participando destas “sociedades particulares” que estão amiúde em “contraste entre si”. A aparente unicidade completa, uma conformidade total, não é possível mesmo nos limites impostos por um partido “totalitário”.

A este respeito, como nos indicou Liguori (2007), é pertinente esclarecer que o termo “totalitário” em Gramsci frequentemente tem conotação “positiva”, demonstra algo construído de modo orgânico. Todavia, o filósofo também utiliza o termo em significação “pejorativa”, geralmente nas anotações referentes ao fascismo ou a União Soviética (embora ele conceba que estes regimes políticos são diferentes em suas devidas particularidades). Assim, Gramsci considera que uma política “totalitária” tende a suprimir as organizações que a ela representam “perigo” e impedir que estas forças inimigas se organizem, o filósofo explica:

Uma política totalitária tende precisamente: 1) a fazer com que os membros de um determinado partido encontrem neste único partido todas as satisfações que antes encontravam numa multiplicidade de organizações, isto é, a romper todos os fios que ligam estes membros a organismos culturais estranhos; 2) a destruir todas as outras organizações ou a incorporá-las num sistema cujo único regulador seja o partido. Isto ocorre: 1) quando um determinado partido é portador de uma nova cultura e se verifica uma fase progressista; 2) quando um determinado partido quer impedir que uma outra força, portadora de uma nova cultura, torne-se “totalitária”; verifica-se então uma fase objetivamente regressiva e reacionária, mesmo que a reação não se confesse como tal (como sempre sucede e procure aparecer como portadora de uma nova cultura) (GRAMSCI, 2012, v.3, p.257).

Esta política reacionária e regressiva é, de fato, representada pelo fascismo; este se tornou uma substancial força de combate às forças comunistas, a força progressista, portadora de uma “nova cultura”. Colocando na ilegalidade todos os outros organismos de representação das classes, destruindo e incorporando-os em suas novas associações coercitivas é que foi possível ao movimento fascista manter-se no poder.

Conforme Cerroni, a existência dos partidos políticos não está condicionada à existência dos parlamentos, o estudioso elucida: “[...] se é verdadeiro que uma parte da atividade do partido político se desenrolará em razão da existência do Estado representativo,

isto não significa que o partido político possa ser colocado em correlação exclusiva com a existência de corpos representativos.” (CERRONI, 1982, p. 13). Como expomos no item anterior de nosso estudo, o conceito de partido em Gramsci é amplo e está relacionado com o desenvolvimento do Estado, contudo, não são as instituições deste que o define. Fato notável, em relação aos fascistas é que, se de início eles diziam ser contra o parlamentarismo, é a partir desse que eles se inserem na luta política³⁰. Neste sentido, podemos inferir que o entendimento do partido político, em termos mais amplos, também permite perceber que, mesmo o fascismo colocando o movimento comunista e também os outros partidos na ilegalidade, a atividade de partido pode continuar a existir por outros meios. E, como acrescentou Gramsci, a função política de um partido único e totalitário no governo, é modificada, é uma função política apenas indiretamente; suas funções são técnicas, de propaganda, de polícia. Nas palavras do pensador:

De resto, o fenômeno apresenta aspectos interessantes nos países onde existe um partido único e totalitário de Governo: porque tal partido não desempenha mais funções simplesmente políticas, mas só técnicas, de propaganda, de polícia, de influência moral e cultural. A função política é indireta, já que, se não existem outros partidos legais, existem sempre outros partidos de fato ou tendências que não podem ser legalmente reprimidas, contra os quais se polemiza e se luta como num jogo de cabra-cega. De qualquer modo, é certo que em tais partidos as funções culturais predominam, dando lugar a uma linguagem política de jargão: isto é, as questões políticas revestem-se de formas culturais e, como tais, se tornam insolúveis. (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 355).

O PNF de início, se entendia como uma “milícia voluntária a serviço da Nação”, e já, a partir daí, se concebia como um partido diferente dos tradicionais: um partido privilegiado. Utilizava o terrorismo e se coloca acima das leis. Se, como notamos anteriormente, Gramsci concebe que o partido é gérmen de um Estado – é importante destacar que o pensador comunista não interpreta o fascismo como portador de uma nova cultura e como fundador de um novo Estado *original* –, assim se conceberam os fascistas quando já haviam se tornado um partido de massas, como elucida Emilio Gentile:

O PNF se propunha a adotar a diplomacia parlamentar e o terrorismo esquadrista, reclamando publicamente a liberdade de agir dentro e fora da lei, com aberto desprezo pelas regras do jogo da democracia parlamentar. O

³⁰ Cf. GENTILE, 1988. O referido estudioso afirma que: “Entre 1920 e 1921, o fascismo torna-se um movimento de massa. A sua força e o seu crescimento deveram-se ao *squadrisimo*, que se afirmou como movimento armado, organizado militarmente, na obra de destruição das organizações socialistas e, posteriormente, católicas. Nas eleições de maio de 1921, o fascismo levou ao parlamento 35 deputados, mas nem por isto abandonou sua inata aversão ao sistema parlamentar: ‘Nós desprezamos o parlamento, – escreve Italo Balbo, em seu diário de 1922 antes da Marcha sobre Roma – mas devemos nos servir dele’.” (p. 24-25).

PNF, com as esquadrinhas armadas, os “grupos competentes” com funções técnicas e administrativas, o apoio dos sindicatos próximos, constituídos em janeiro de 1922, e as associações dos *Fasci* femininos e da Vanguarda Fascista, que organizava os jovens estudantes, considerava-se já o núcleo de um novo Estado no Estado existente, arrogando-se o direito de substituir o Estado no combate àqueles que ele definia como “os inimigos da nação”. A vontade de discriminar entre italianos “nacionais” e italianos “antinacionais”, disse Mussolini na véspera da Marcha sobre Roma, seria um atributo específico do Estado fascista. (GENTILE, 1988, p. 29-30).

Neste fito, advertimos que Gramsci destacou que nas análises políticas, tanto do presente quanto dos eventos passados, “é preciso distinguir e avaliar diversamente, por um lado, os empreendimentos e as organizações de voluntários e, por outro, os empreendimentos e as organizações de blocos sociais homogêneos” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 81). O filósofo considerava que na Itália, devido à passividade e o apoliticismo das grandes massas sociais frequentemente se recrutava “voluntários”, que aderiam a um movimento político de forma inconsciente dos seus fins; agregava-se grupos diversos, seja pequena e média burguesia rural, assalariados rurais e *lumpemproletariado*, para “qualquer iniciativa vagamente subversiva”. A história e a composição social italiana demonstrara a falta de homogeneidade na constituição dos partidos políticos: “Na análise dos partidos políticos italianos, pode-se ver que eles sempre foram formados por ‘voluntários’ ou, num certo sentido, por pessoas deslocadas, e jamais, ou quase nunca, por blocos sociais homogêneos.” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 82). O “partido” de Mussolini aproveita exatamente desta falta de coesão para a sua ascensão.

Uma fórmula degenerativa do partido político, conforme Cerroni, é aquela que concebe como função política primordial a *necessidade* de “comandar as massas”. O supracitado estudioso da política afirma que esta fórmula significa uma visão “niilista da política e depreciativa das massas, fundando o partido político sobre o hierarquismo absoluto, sobre a disciplina militaresca, sobre uma organização substancialmente antipolítica, sectária, policialesca e iniciatória” (CERRONI, 1982, p.32- 33). No que tange a esta fórmula, é difícil não nos remetermos à máxima de Benito Mussolini sobre o que é o PNF, frequentemente ele a proferia em seus discursos à multidão, era assim que ele pregava: “O Partido Nacional Fascista é um exército, ou, se se deseja, é uma Ordem. Nele se entra somente para servir e para obedecer.” (MUSSOLINI, 1937, p. 133, tradução nossa). Mais uma vez, retomamos a teoria do partido político gramsciano, em que o pensador considera a existência de duas formas de partido; o “partido orgânico” e o “partido de massas de manobra”. Este último trata-se da forma política do partido fascista. O filósofo explica:

Apresentam-se, portanto, duas formas de “partido” que, como tais, ao que parece, fazem abstração da ação política imediata: o partido constituído de uma elite de homens de cultura, que têm a função de dirigir, do ponto de vista da cultura, da ideologia geral, um grande movimento de partidos afins (que são, na realidade, frações de um mesmo partido orgânico); e, no período mais recente, o partido não de elite, mas de massas, que como massas não têm outra função política senão a de uma fidelidade genérica, de tipo militar, a um centro político visível ou invisível (frequentemente, o centro visível é o mecanismo de comando de forças que não desejam mostrar-se sob plena luz, mas apenas operar indiretamente por interposta pessoa e por “interposta ideologia”). A massa é simplesmente de “manobra” e é “ocupada” com pregações morais, incentivos sentimentais, mitos messiânicos de expectativa de épocas fabulosas nas quais todas as contradições e misérias do presente serão automaticamente resolvidas e sanadas. (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 355-356).

Quando no poder, notou Togliatti, em suas *Lições sobre o fascismo*, o PNF deixou de ser um partido, “nele não se discutia mais”, ele se tornou uma burocracia que dirigia de cima. Era numericamente³¹ enorme a massa de participantes do PNF, contudo, isto não significava que eram politicamente ativos. A maioria foi coagida direta ou indiretamente para a adesão ao partido fascista. Não havia mais nenhuma democracia interna no partido fascista, este tornou-se uma burocracia que era composta pelos grupos dirigentes da burguesia italiana, como notou Togliatti:

O Partido Fascista deixa, em substância, de ser um partido. Vocês vêem aí o desenvolvimento dialético: de uma posição a outra ele muda lentamente, passando a um grau superior. O Partido Fascista deixou de ser um partido; não se discute mais nele.

Não existem mais discussões políticas. Quando o Partido Fascista faz uma mudança em sua política, seus membros a lêem nos jornais, como qualquer outro cidadão. Eles não participam em qualquer medida da determinação política. Perdeu-se qualquer forma de democracia interna. Ele está organizado à base de um esquema burocrático, de cima.

Na cúpula há o Diretório, eleito pelo Grande Conselho do fascismo, que nem sequer é uma organização de partido, mas sim uma organização estatal, na qual se encontram representantes do partido, do Estado, das finanças, da indústria, etc. O Grande Conselho é a característica da organização dos grupos dirigentes da burguesia italiana ligados ao fascismo (TOGLIATTI, 1978, p. 37).

³¹ Aqui reproduzimos uma nota de Palmiro Togliatti, contida no apêndice às *Lições sobre o fascismo*, artigo que tem por título *Onde está a força do fascismo italiano?*; que precisa os números dos inscritos nas diversas formas de organização do fascismo: “Segundo as últimas estatísticas [1934], as organizações fascistas incluem doze milhões de membros, assim repartidos: Partido Fascista, 1.096.000; Juventude fascista, 336.000; *Balila* e jovens italianos (rapazes até os 15 anos), 3.659.000; Grupos universitários, 53.000; Associação fascista dos mestres (*istitutori*), 83.000; Associações fascistas dos empregados do Estado, 110.000; Associação dos operários das indústrias do Estado, 32.000; Associação fascista dos ferroviários, 9.000; Associação dos empregados nos correios e telégrafos, 48.000; Sindicatos fascistas (com 1.659.000 operários industriais), 4.042.000; *Dopolavoro*, 2.000.000; Caixas mútuas, 1.200.000” (TOGLIATTI, 1978, p. 117).

Neste sentido, é necessário entender que Gramsci afirma que os partidos políticos, tanto o dos grupos dominantes, quanto o dos grupos subalternos, exercem uma função de polícia, “de defesa de uma determinada ordem social”. Para o pensador, esta função pode ser progressista ou reacionária. Ele explica que “é progressista quando aspira a manter na órbita da legalidade as forças reacionárias alijadas do poder e a elevar ao nível da nova legalidade as massas atrasadas. É reacionária quando aspira a reprimir as forças vivas da história e a manter uma legalidade ultrapassada, anti-histórica, tornada extrínseca”. (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 312). Assim, a função de polícia do “partido” fascista é regressiva, esse é um puro executor que não opina na direção política, “é tecnicamente um órgão de polícia e seu nome de partido político é uma metáfora de caráter mitológico.” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 312).

Por isto, o filósofo também define que um partido progressista funciona no sentido de um *centralismo democrático*; e um partido reacionário, funciona no sentido de um *centralismo burocrático*. O centralismo democrático para Gramsci, é um centralismo em “movimento”, porque o partido que assim se organiza leva em conta as necessidades das massas e tem uma direção política orgânica. No centralismo burocrático, que é o caso do “partido” fascista, cria-se privilégios para poucos, centraliza-se as decisões e o “partido” é apenas um executor. Gramsci explicita que:

O centralismo democrático oferece uma fórmula elástica, que se presta a muitas encarnações; ela vive na medida em que é interpretada e adaptada continuamente às necessidades: ela consiste na pesquisa crítica do que é igual na aparente diversidade e, ao contrário, é diverso e até mesmo oposto na aparente uniformidade, para organizar e conectar estritamente o que é semelhante, mas de modo que a organização e a conexão surjam como uma necessidade prática e “indutiva”, experimental, e não como o resultado de um processo racionalista, dedutivo, abstrato, ou seja, próprio dos intelectuais puros (ou dos puros asnos). Este esforço contínuo para distinguir o elemento “internacional” e “unitário” na realidade nacional e local é, na verdade, a ação política concreta, a única atividade que produz o progresso histórico. Ele requer uma unidade orgânica entre teoria e prática, entre camadas intelectuais e massas populares, entre governantes e governados. (GRAMSCI, 2012, v.3, p. 93).

Assim, o partido progressista, que se move no sentido do centralismo democrático é o moderno Príncipe que, como vimos, é responsável por uma reforma intelectual e moral, pela elevação cultural das massas populares, que alarga os quadros “qualificados” e que torna possível a relação entre as massas, a direção e o elemento mediador. A tarefa do partido dos subalternos é de suma importância para que as massas possam ter uma consciência política de si, saber de qual força hegemônica elas são participantes.

Se, como afirmou Gramsci, os partidos nascem e se constituem como organizações para dirigir as classes em momentos cruciais, existe um momento em estes partidos falham em sua tarefa, e isto significa uma fraqueza sua, que esses não souberam adaptar-se às novas exigências impostas pelo desenvolvimento histórico. A crise orgânica do início do século XX, sentida como uma crise de hegemonia, levou ao trágico desfecho do fascismo; uma solução coercitiva para a recuperação do consenso da burguesia. A compreensão do fascismo em termos de uma luta pela hegemonia, que pressupõe a luta das duas forças sociais modernas, classes dominantes e classes subalternas, permite uma visão que parte do desenvolvimento histórico real. O fascismo não é o partido da burguesia, mas foi utilizado como uma fração deste partido que o reforçou. Conforme Gramsci, a classe dirigente tradicional, em um momento de crise: “[...] faz talvez sacrifícios, expõe-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e dele se serve para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos nem adequadamente treinados” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 61). Eis a função do não-partido fascista que tentamos demonstrar nestas linhas; romper qualquer unidade do partido dos subalternos, tornar a multidão uma massa politicamente amorfa. Como vimos, esta função é degenerativa, não cria novos quadros para a direção do partido e por isto mesmo, não se mantém.

Isto posto, no próximo capítulo, pretendemos avançar em nosso estudo buscando compreender os conceitos de *intelectual orgânico*, *nacional-popular* (romantismo e futurismo), *filosofia da práxis* e *ideologia*; na intenção de aperfeiçoar nossas considerações acerca de como o fascismo foi concebido na obra gramsciana.

4 A CRÍTICA LITERÁRIA E DA CULTURA: FASCISMO, UMA NOVA CULTURA?

Nesta última parte de nosso estudo apresentamos um recorte do que poderíamos incluir na chamada “teoria das superestruturas”³² de Gramsci. Assim, iniciamos esta seção refletindo sobre as suas concepções de *nacional-popular*, *intelectual orgânico* e *romantismo* – acerca deste ponto, faremos uma rápida alusão ao futurismo; noções que estão em intrínseca relação com o seu conceito de *hegemonia*. Ainda que brevemente, nos arriscamos na escolha destes conceitos para conectá-los à temática do fascismo na obra gramsciana do período carcerário.

O termo *nacional-popular*, como denotou Durante (2009), surgiu como uma expansão da noção de “povo-nação”. Isto é, primeiramente, em sua obra do período dos cárceres, o filósofo utiliza a expressão povo-nação, depois a alarga com o adjetivo “popular nacional”, isso ocorre porque em várias notas Gramsci percebeu que em diversas línguas os termos “popular” e “nacional” são indicados pela mesma palavra; especialmente em russo, *narodnik*³³. Contudo, é no Caderno 21, *Problemas da cultura nacional italiana. Iª Literatura popular*, que o pensador inverte os termos para definir o seu conceito de *nacional-popular*. Esse conceito vai sendo formulado, nos apontamentos de Gramsci, no conhecido modo de proceder em suas análises, embasado na relação nacional-internacional. Pensando em sua realidade nacional, Gramsci percebeu que o conceito de *nacional-popular* ainda era uma fórmula abstrata, exatamente pela falta de ligação entre os intelectuais e o povo italiano:

Deve-se observar o fato de que, em muitas línguas, “nacional” e “popular” são sinônimos ou quase (é o caso em russo; é o caso em alemão, onde *volkisch* tem um significado ainda mais íntimo, de raça; é o caso nas línguas eslavas em geral; em francês, “nacional” tem um significado no qual o termo “popular” já é mais elaborado politicamente, porque ligado ao conceito de “soberania”: soberania nacional e soberania popular têm ou tiveram igual valor). Na Itália, o termo “nacional” tem um significado muito restrito ideologicamente e, de qualquer modo, não coincide com “popular”, já que na Itália os intelectuais estão afastados do povo, ou seja, da “nação”; estão

³² Aqui aludimos a uma afirmação de Liguori: “Gramsci – podemos dizer – é o maior marxista das superestruturas, das quais investiga a importância, a complexidade, as articulações internas. Nem por isso perde de vista o papel determinante da estrutura, ainda que no contexto de uma concepção dialética da relação entre ambas” (LIGUORI, 2007, p. 20).

³³ Sobre a influência desta palavra russa na elaboração do termo *nacional-popular* Frosini notou que: “Quando Gramsci o introduz, nos *Cadernos do Cárcere*, não o fará de maneira a se desviar de uma linha traçada anteriormente: de fato, “povo nação” (e o adjetivo correspondente, “popular nacional” ou “nacional popular”), como foi notado, é extraído por Gramsci da palavra russa *narodnik*, que significa, ao mesmo tempo, *popular* e *nacional*: indica o povo não como ideal abstrato ou mito, mas como “massa popular” de estratos subalternos, e nesta massa dos subalternos destaca a realidade da nação, também esta entendida não como mito (como no discurso nacionalista), mas como articulação histórica concreta de uma unidade linguística e de cultura.” (FROSINI, 2014b, p. 11).

ligados, ao contrário, a uma tradição de casta, que jamais foi quebrada por um forte movimento político popular ou nacional vindo de baixo: a tradição é “livresca” abstrata, e o intelectual moderno típico sente-se mais ligado a Annibal Caro ou a Ippolito Pindemonte do que a um camponês da Púglia ou da Sicília. O termo “nacional” de uso corrente está ligado na Itália a esta tradição intelectual e livresca: daí a facilidade tola (e, no fundo, perigosa) de chamar de “antinacional” qualquer pessoa que não tenha esta concepção arqueológica e carcomida dos interesses do país (GRAMSCI, 2002, v. 6, p. 41-42).

A utilização do conceito de *nacional-popular*, neste sentido, é um instrumento que permite a Gramsci analisar a produção cultural dos intelectuais italianos de modo a perceber as relações políticas implícitas neste terreno. A atividade de crítica literária de Gramsci está em estreita conexão com a sua teoria política e os seus conceitos de análise histórica. Assim, os apontamentos sobre a literatura popular, os romances de folhetim, entre outras formas “artísticas”, são escritos que devem levar em conta o papel histórico-político das correntes literárias nos processos de formação dos Estados nacionais modernos, como observou Mussi (2014). Por este motivo, Gramsci teorizou que a falta de homogeneidade da vida cultural italiana se verificou pela ausência de uma *reforma intelectual e moral* ampla, na forma de uma “revolução popular”, ou seja, que de fato conseguisse envolver o elemento popular; algo que se verificasse como um processo revolucionário como os ocorridos nos países germânicos, com a Reforma protestante e na França, com a Revolução Francesa.

Nestes limites, o pensador elabora uma série de questões para deslindar nos seus escritos dos cárceres, questionamentos que não nos são possíveis retratar em sua totalidade, mas que alguns estão mais propriamente interconectados aos nossos propósitos, dentre estes questionamento estão: “por que a literatura italiana não é popular na Itália?”; “existe uma literatura popular italiana?”; “existiu ou não um romantismo italiano?” e a questão da “popularidade” do *Risorgimento*.

Partimos da problemática da “popularidade” do *Risorgimento*. Quando o autor dos *Cadernos* questiona se a “popularidade” deste evento só teria sido alcançada no período posterior a Primeira Guerra Mundial e “com as reviravoltas subsequentes”, Gramsci se refere ao fato de que os italianos conheciam bem mais o processo revolucionário francês e suas figuras históricas que o próprio processo de unificação nacional da península itálica. Que significado este fato teria em termos culturais? Isto denotava que a cultura francesa era a cultura hegemônica europeia e, por isso, a cultura italiana também era dependente dessa. A Itália moderna, constituindo-se em um processo de *revolução passiva*, não conseguiu vincular o elemento popular em suas bases, não produziu uma nova cultura, que se estabelecesse pelas necessidades e aspirações populares. A “classe culta italiana, em sua atividade intelectual,

estava separada do povo-nação”, dirá Gramsci: “A questão não nasceu hoje; ela se pôs desde a fundação do Estado italiano, e sua existência anterior é um documento para explicar o atraso da formação política nacional unitária da península” (GRAMSCI, 2002, v. 6, p.43).

A partir desta análise, Gramsci relaciona a temática do *nacional-popular* à questão dos intelectuais, que, por sua vez, está intrinsecamente ligada ao seu conceito de Estado. Por isto, saltamos para as anotações do Caderno 12, *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*, em que Gramsci amplia o seu conceito de *intelectual*, a partir da sua concepção mais “ampla” do Estado, como Estado integral (cf. item 2.3 de nossa pesquisa). Esse conceito é complexo, conforme o pensador, porque todas as formas do processo histórico tiveram diversas acepções do que seriam os “intelectuais”, o que decorre do fato de que cada novo Estado gera uma nova camada de intelectuais. Assim, Gramsci concebeu algumas percepções “regulares” na constituição dos intelectuais, estas são duas: a primeira é que todo grupo social tem uma ou mais camadas de “[...] intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 2014, v. 2, p. 15); portanto, todo grupo social essencial elabora os seus *intelectuais orgânicos*. Contudo, ele reitera que nem sempre uma classe ou fração de uma classe consegue elaborar os seus próprios intelectuais. A segunda característica, resultante da primeira, é que esse grupo social “novo” encontra uma série de “tipos” de intelectuais das formas precedentes; estas categorias de intelectuais “preexistentes” são a expressão da “continuidade histórica”.

Gramsci observa que esses intelectuais “preexistentes” identificam-se com os *intelectuais tradicionais* pois eles “sentem com espírito de grupo”, mas, ao mesmo tempo, se reconhecem como “autônomos e independentes de um determinado grupo social dominante”. Grupos estes que assimilam e conquistam “ideologicamente” esses intelectuais tradicionais. Neste ponto, o autor dos *Cadernos* reconhece que todos os autores da filosofia idealista se percebem assim, “autônomos”, e faz referência ao próprio Croce. A este respeito, é oportuno transcrevermos um longo trecho de uma carta enviada à Tatiana, com data de 7 de setembro de 1931, em que o autor esboça a sua teoria mais ampla dos intelectuais e do Estado, o pensador elucida:

O projeto de estudo que fiz sobre os intelectuais é muito amplo e, na realidade, não acredito que existam na Itália livros sobre este tema. Existe, por certo, muito material erudito, mas disperso num número infinito de revistas e arquivos históricos locais. Por outro lado, eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de

Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercidas através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais (Ben. Croce, por exemplo, é uma espécie de papa laico e é um instrumento muito eficaz de hegemonia, ainda que vez por outra possa divergir deste ou daquele governo, etc.). A partir desta concepção da função dos intelectuais, a meu ver, fica clara a razão ou uma das razões da queda das comunas medievais, isto é, do governo de uma classe econômica, que não soube criar sua própria categoria de intelectuais e, assim, exercer uma hegemonia, além de uma ditadura; os intelectuais italianos não tinham um caráter popular-nacional, mas cosmopolita, de acordo com o modelo da Igreja, e para Leonardo era indiferente vender ao Duque Valentino os projetos das fortificações de Florença. As comunas, portanto, foram um Estado sindicalista, que não conseguiu superar esta fase e se tornar Estado integral, como em vão indicava Maquiavel, que, através da organização do Exército, queria organizar a hegemonia da cidade sobre o campo e, por isso, pode ser chamado de primeiro jacobino italiano (o segundo foi Carlo Cattaneo, mas com muitas quimeras na cabeça). Daí decorre que o Renascimento deve ser considerado um movimento reacionário e repressivo, quando comparado com o desenvolvimento das comunas, etc. Faço-lhes estas observações para convencê-la de que todo período da história decorrida na Itália, do Império Romano até o *Risorgimento*, deve ser considerado deste ponto de vista monográfico. (GRAMSCI, 2005, v. 2, p. 84-85).

Como explicou Buci-Glucksmann (1980), a ampliação do conceito de *intelectual* e do próprio conceito de Estado³⁴ em Gramsci, é algo vigorosamente expansivo porque o pensador engloba, de modo inaudito, na mesma categoria – a de intelectuais – tanto os “agentes produtores de ideologias ou de conhecimento” (que são os intelectuais tradicionais) quanto os funcionários do aparelho estatal e os executores de trabalhos técnicos. Por isso, numa visão democrática, mas, ao mesmo tempo, realista; Gramsci reiterava que “[...] seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2014, v. 2, p.18). Por esta compreensão de Gramsci, os intelectuais diferenciavam-se dos outros homens apenas porque eles exerciam uma capacidade “dirigente e técnica” e, por esta razão, são organizadores de “massa de homens”, esta é a função do novo intelectual na sociedade moderna. Em termos gramscianos:

³⁴ A estudiosa explica que o conceito de intelectual se expande porque houve uma expansão do próprio conceito de Estado, o que colocou novas tarefas para a classe que pretendia tornar-se Estado: “[...] elaborar intelectuais políticos, capazes de desenvolver uma luta de classe hegemônica em *todos os aparelhos de hegemonia* da classe dominante. Capazes de assumir *todas* as funções de uma sociedade integral (tanto econômicas quanto políticas culturais). A *hegemonia real*, a capacidade de dirigir de maneira orgânica, e não administrativa ou burocrática (sem falar na maneira tristemente policial...), depende disso. Projeto irrealizável sem uma análise aprofundada da sociedade e do Estado.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 57).

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanentemente”, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político). (GRAMSCI, 2014, v. 2, p.54).

Buci-Glucksmann (1980), ainda elucida que Gramsci concebe que o *intelectual orgânico* do proletariado deve ser um “intelectual político do proletariado”. Não são os intelectuais em si mesmos e de forma isolada que podem permitir que as classes subalternas constituam-se em uma classe hegemônica (dirigente e dominante), mas é o partido político, o moderno Príncipe, que é o órgão responsável por organizar este movimento. A estudiosa argumenta que a acepção gramsciana, desse modo, efetiva uma distinção no modo de ser e de atuar dos *intelectuais orgânicos* da burguesia e os do proletariado:

[...] a relação intelectual/classe revela-se diferente quando se trata da burguesia e do proletariado. No primeiro caso, os intelectuais desempenham um papel direto na *constituição de classe*. No segundo, eles desempenham um papel essencial, mas em processo político mais amplo: o da *organização política de classe*, da dialética que une direção consciente e espontaneidade, própria ao partido como “intelectual coletivo”. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 50).

Portanto, a pesquisa sobre a história dos intelectuais está ligada ao estudo da “história da cultura”. É por este motivo que Gramsci relaciona a temática dos intelectuais a do *nacional-popular*. Se retomarmos a inquirição gramsciana acerca da existência de uma literatura *nacional-popular* italiana, a resposta a este questionamento, como já delineado precedentemente, é que não existia uma literatura italiana que fosse popular em sentido estrito. Gramsci notou que não existiam “romances de folhetim, de aventuras, científicos, policiais, etc.” amplamente elaborados pelo povo italiano e difundidos nele. Contudo, a questão era que o povo italiano lia este tipo de literatura traduzida de outras línguas, sobretudo, a francesa. Mas o pensador ainda insiste no questionamento: na Itália existia uma produção deste tipo de literatura? O filósofo responde afirmativamente: existia, mas “o romance popular de produção nacional ou [era] o anticlerical ou [eram] as biografias de bandidos. Mas se verifica[va] um primado italiano no melodrama, que é o romance popular musicado.” (GRAMSCI, 2002, v. 6, p. 34-35).

Na Itália, tanto os intelectuais laicos quanto os religiosos católicos fracassaram na incumbência de criar um “humanismo moderno”, não conseguiram educar e elaborar uma nova intelectualidade e consciência moral do povo-nação. A razoável difusão da literatura dos

literatos católicos não significava que estes religiosos conseguiram transpor a barreira entre intelectuais e povo-nação, Gramsci constata: “Ninguém deve se deixar iludir pela razoável difusão obtida por certos livros católicos: ela se deve à vasta e poderosa organização da Igreja, não a uma força de expansividade interna: os livros são apresentados nas inúmeras cerimônias e são lidos por castigo, imposição ou desespero.” (GRAMSCI, 2002, v. 6, p. 44-45).

Dentre estas produções literárias conhecidas como “romantismo” na obra gramsciana, destacamos a crítica que o pensador faz ao futurismo³⁵, a escolha justifica-se na medida em que este movimento artístico está intrinsecamente ligado ao nosso objetivo de demonstrar como aparece a temática do fascismo em seus escritos do cárcere. Contudo, sumariamente, apresentamos como a temática aparece na interpretação do autor desde o período da juventude, pois ele estava sempre atento às novidades culturais.

Como sintetizou Musitelli (2009), o tema do futurismo aparece em três momentos da obra de Gramsci. O primeiro é em 1913, quando num artigo do *Corriere universitario*, o jovem Gramsci elogiava e creditava ao futurismo ser um impulso adequado aos “fermentos revolucionários daquele tempo”. O segundo momento é no período pós-guerra, Gramsci escreveu um artigo crítico, de “consciência dos limites de classe do fenômeno”, no *L'Ordine Nuovo* (em 5 de janeiro de 1921); e numa carta à Trotsky (em 1922), segundo a referida estudiosa, o pensador demonstrou a contradição do primeiro momento, “revolucionário”, do futurismo italiano e o fato da adesão dos futuristas à guerra e ao fascismo³⁶. O terceiro momento, é o período do cárcere, em que Gramsci utilizou o termo “de forma mais livre e extensiva” que o movimento literário de Marinetti, ele referia-se ao “movimento cultural do Norte” e aos movimentos culturais que se caracterizavam pela “oposição ao classicismo tradicional”. Musitelli (2009), ainda esclarece que o futurismo era considerado por Gramsci como uma forma de “romantismo contemporâneo”, isto refere-se à relação entre cidade e

³⁵ Carlos Nelson Coutinho explica quem foi Marinetti e os temas principais do futurismo: “Filippo Tommaso Marinetti (1876-1944), poeta e romancista, é o fundador do futurismo, cujo manifesto aparece em 1909, no *Figaro* francês. Os temas da nova escola são a velocidade, a máquina, a cidade, a mística do super-homem. Politicamente, Marinetti apoia entusiasmadamente a intervenção italiana na Primeira Guerra com um livro de poesias, *Guerra sola igiene del mundo*, e depois adere ao fascismo, considerado como extensão política do futurismo” (GRAMSCI, 2002, v. 6, p. 328-329).

³⁶ A respeito do futurismo e o fascismo, vale a leitura do artigo *Marinetti e o futurismo*, publicado originalmente no livro *La scena contemporanea*, em Lima, Peru, 1925; Mariátegui afirmou a ligação entre o fascismo e o futurismo nos seguintes termos: “A seita futurista se encontra ainda em plena atividade. Marinetti volta a soar buliciosamente na Itália como motivo de seu livro sobre *Futurismo e Fascismo*. Num escrito desse livro, já publicado em sua revista *Noi*, reafirma sua filiação nietzscheana e romântica. Preconiza o advento pagão de uma “Artecracia”. Sonha com uma sociedade organizada e regida por artistas, em vez desta sociedade organizada e regida por políticos. Opõe à ideia coletivista da Igualdade a ideia individualista da Desigualdade. Arremete contra a Justiça, a Fraternidade e a Democracia.” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 239-240).

campo e Norte e Sul do país. Também a temática aparece nas reflexões sobre os limites de classe da cultura e da literatura italiana, a supracitada estudiosa afirma:

[...] o futurismo aqui se configura como exemplo de reação àquela insuficiente correspondência entre arte e vida, entre arte, aspirações e sentimentos do povo-nação, que aos olhos de G.[ramsci] constituía a contradição não resolvida da cultura italiana e a causa de sua antiga e persistente impopularidade. (MUSITELLI, 2009, p. 341, tradução nossa).

O pensador procura analisar o fascismo baseando-se no critério da capacidade deste fenômeno de dar uma base sólida à unificação nacional e isto ocorre a partir da sua noção de “bloco nacional intelectual e moral”, como explicou Frosini: “A existência de uma literatura popular, e por outro lado, a popularidade da literatura, formam juntas um revelador importantíssimo da existência real ou, ao contrário, somente fictícia, deste ‘bloco’, ou seja, da capacidade do fascismo de ‘unificar’ realmente a nação.” (FROSINI, 2014a, p. 57-58, tradução nossa). O fascismo, como já delineado, procurou realizar a unidade nacional, a unidade entre cidade e campo³⁷, a partir dos projetos de modernização e também em vias culturais.

Gramsci concebia que teorizar, isto é, fazer uma crítica literária, também deveria ter “finalidades inerentes à luta cultural”. O destaque entre intelectuais e o povo que se verificava na Itália de seu tempo revelava que não existia “no país um bloco nacional intelectual e moral, nem hierárquico nem (muito menos) igualitário” (GRAMSCI, 2002, v. 6, p. 42-43). Os intelectuais ainda estavam destacados do elemento popular e o povo italiano sofria a hegemonia intelectual e moral dos estrangeiros. Esta fratura na composição social italiana não é resolvida pelo fascismo, mesmo que eles se apresentassem como portadores de uma nova cultura “originalíssima”, ainda eram subordinados à vida cultural francesa. Gramsci assevera:

[...] Este fato põe um problema essencial de vida nacional. Se é verdade que todo século ou fração de século tem sua literatura, nem sempre é verdade que esta literatura seja produzida na própria comunidade nacional. Todo povo tem sua literatura, mas ela pode vir-lhe de um outro povo, isto é, o povo em questão pode ser subordinado à hegemonia intelectual e moral de outros povos. É este, com frequência, o mais gritante paradoxo de muitas tendências monopolistas de caráter nacionalista e repressivo: o de que, enquanto se constroem grandiosos planos de hegemonia, não se percebe que

³⁷ A este respeito temos, de modo exemplar, a “batalha do trigo”, campanha lançado por Mussolini em 1925 para fazer crescer a produção dos cereais e também a política da “bonificação integral”, de 1928, que visava recuperar as principais zonas pantanosas. Giardina, também nota que: “Diante das potências mercantis e plutocráticas, o fascismo valorizava a índole agrícola da Itália (herdeira da romana), que, sem renunciar à modernização industrial, colocava o trabalho dos campos entre os valores sociais mais altos. A presença desses valores favorecera, na Itália fascista, a identificação entre o povo e o Estado, enquanto as assim chamadas democracias, dominadas pelos negócios, miravam exclusivamente a vantagem dos mais ricos.” (GIARDINA, 2008, p. 67).

se é objeto de hegemonias estrangeiras; do mesmo modo como, enquanto se fazem planos imperialistas, na realidade se é objeto de outros imperialismos etc. De resto, não se sabe se o centro político dirigente não entenda muito bem a situação de fato e não busque superá-la: mas é certo que os literatos, neste caso, não ajudam o centro dirigente político em tais esforços e seus cérebros vazios empenham-se na celebração nacionalista para não sentirem o peso da hegemonia da qual se depende e pela qual se é oprimido. (GRAMSCI, 2002, v. 6, p. 127-128).

Gramsci também afirmou que a arte é sempre ligada a uma determinada “cultura ou a uma civilização”. Não basta criar “novos” artistas, deve-se reformar a cultura para a criação de uma nova arte. Por isto, em diversas notas dos *Cadernos* o pensador demonstrou sua crítica aos futuristas, mesmo naquela forma que ele via como “mais avançada”. O futurismo localiza-se exatamente entre as tendências culturais que não conseguem impor-se como um fato cultural necessário, que inove realmente a cultura. Uma obra de arte não é popular apenas pela sua beleza ou por se dizer inovação, o autor dos *Cadernos* considerava que “[...] é necessário um determinado conteúdo intelectual e moral que seja a expressão elaborada e completa das aspirações mais profundas de um determinado público, isto é, da nação-povo numa certa fase de seu desenvolvimento histórico.” (GRAMSCI, 2002, v. 6, p. 39). O futurismo, como já indicamos, é um “romantismo” ou um “*Sturm und Drang* popular”³⁸, como advertiu Gramsci:

Ligação entre o “futurismo” e o fato de que algumas destas questões foram mal postas e não resolvidas, particularmente o futurismo em sua forma mais inteligente, a dos grupos florentinos de *Lacerba* e da *Voce*, com seu “romantismo” ou *Sturm und Drang* popular. Última manifestação “super-regionalista”. Mas tanto o futurismo de Marinetti e o de Papini quanto o super-regionalismo chocaram-se, entre outras coisas, com este obstáculo: a ausência de caráter e de firmeza de seus protagonistas e a tendência carnavalesca e palhaçal dos pequenos burgueses intelectuais, áridos e céticos. (GRAMSCI, 2002, v. 6, p. 35-36).

O futurismo, especialmente o do grupo de Marinetti, buscava a aniquilação do passado, negava a produção cultural humana produzida historicamente, com seu desejo de uma ruptura brusca com o passado para a criação de algo “novo”, surgido das novidades da *societas rerum*, a partir de um impulso artístico violento. A este respeito, é oportuno

³⁸ Em uma nota na tradução dos *Cadernos*, explica-se a origem da expressão: “A expressão *Sturm und Drang* [Tempestade e impulso], tomada de uma tragédia de Friedrich Klinger (1752-1831), indica o movimento alemão pré-romântico, surgido por volta de 1770, que se caracterizava pelo radicalismo de sua oposição à arte estabelecida; no início de suas carreiras, Goethe e Schiller participaram do movimento. Ao falar de um “*Sturm und Drang*” do futurismo, Gramsci alude à sua fase inicial fortemente iconoclasta; mais tarde, os principais futuristas italianos aderiram ao fascismo.” (GRAMSCI, 2014, v. 2, p. 290-291).

transcrevermos parte do primeiro *Manifesto futurista*, lançado em 1909 no jornal parisiense *Figaro*³⁹, por Marinetti que assim o enunciou:

7. Não há mais beleza, a não ser na luta. Nenhuma obra que não tenha um caráter agressivo pode ser uma obra-prima. A poesia deve ser concebida como um violento assalto contra as forças desconhecidas, para obrigá-las a prostrar-se diante do homem.

8. Nós estamos no promontório extremo dos séculos!... Por que haveríamos de olhar para trás, se queremos arrombar as misteriosas portas do Impossível?

O Tempo e o Espaço morreram ontem. Nós já estamos vivendo no absoluto, pois já criamos a eterna velocidade onipresente.

9. Nós queremos glorificar a guerra – única higiene do mundo – o militarismo, o patriotismo, o gesto destruidor dos libertários, as belas idéias pelas quais se morre e o desprezo pela mulher.

10. Nós queremos destruir os museus, as bibliotecas, as academias de toda natureza, e combater o moralismo, o feminismo e toda vileza oportunista e utilitária. (MARINETTI, apud BERNARDINI, 1980, p. 34).

A proposição de que uma nova cultura se estabelece constituindo-se pelas necessidades e aspirações populares, como delineou Mussi⁴⁰ (2014), não leva a teoria gramsciana da cultura a um tipo de “populismo”. Partir das necessidades das classes populares, de um novo sujeito histórico, significava captar os elementos progressistas destas e elevá-los a um nível superior, realizar uma *reforma intelectual e moral*: “[...] a época atual não dispõe de uma literatura aderente a suas necessidades mais profundas e elementares, já que a literatura existente, salvo raras exceções, não se liga à vida popular-nacional, mas a grupos restritos que não passam de presunçosas nulidades da vida nacional.” (GRAMSCI, 2002, v. 6, p. 126). Igualmente, significaria perceber os desníveis intelectuais culturais e morais como um dado histórico de um determinado momento, nunca como uma necessidade absoluta, de prova da inferioridade de alguns perante outros que “sabem de tudo” – como na sociedade capitalista moderna. Como ainda explanou Daniela Mussi:

³⁹ Em um texto que compõe a introdução da publicação brasileira dos manifestos futuristas, escrito por Haroldo de Campos, este faz uma notável observação: “O Futurismo, embora vincado em suas fronteiras nacionais de *italianidade* patriótica, se propunha objetivos supra-nacionais (não por acaso o seu *Manifesto-Fundação* foi publicado em francês, em 1909, no *Figaro de Paris*, *capital cosmopolita da cultura e umbigo incontestado do mundo nas primeiras décadas do século*)” (BERNARDINI, 1980, p. 25-26.)

⁴⁰ A estudiosa recompõe o trabalho de crítica literária e da cultura em Gramsci, ela explica: “Na reconstrução da polêmica com Benedetto Croce nos *Cadernos*, Gramsci pensou a literatura e a crítica literária de um ponto de vista político-pedagógico – certamente não “populista” –, retomado para tal de uma interpretação original do crítico Francesco De Sanctis. Para Gramsci, De Sanctis pensava a “questão literária” com vistas a orientar a formação de novos e melhores dirigentes político críticos e, ao mesmo tempo, como crítica da tradição cosmopolita da vida intelectual italiana e do folclore e subalternidade comum às massas oprimidas. Ao atualizar as ideias do crítico *ottocentesco*, Gramsci colocava a necessidade de superar a degradada formação do Estado nacional-popular italiano, esmagado em suas mais altas pretensões pela restauração política da tradição cosmopolita entre os intelectuais, por um lado, e pelo caráter reacionário do Estado fascista, por outro” (MUSSI, 2014, p. 25).

A vida intelectual para Gramsci, [...] não era o resultado do pensamento deste ou daquele indivíduo, mas uma produção ativa, contínua do cérebro coletivo que se chama povo, produção impregnada de todos os elementos, forças e interesses da vida; neste cérebro ela deveria procurar sua legitimidade, a sua base de operação. Nesse caso, a relação de unidade/distinção entre intelectuais e povo era vista não como fato, mas como um problema histórico. (MUSSI, 2014, p. 171).

Nestas poucas linhas não projetamos superestimar a temática do futurismo na obra gramsciana, o fato é que este movimento artístico e cultural é um elemento considerável para a compreensão do próprio fascismo. Temos no futurismo, a documentação de uma manifestação histórica, como a vanguarda artística fascista, que fora exaltada pelo próprio fascismo e, inclusive, influenciou a produção artística de outros países. De modo a comprovar esta importância, temos, exemplarmente, a “Exposição da Revolução Fascista” – em comemoração aos dez anos do fascismo (1932) –, visitada por milhares de cidadãos italianos, bem como por estrangeiros; mais um fato que também reforça a ideia do consenso, da participação ativa da população para o advento fascista.

Essencial é termos em mente que o fascismo, na visão gramsciana, não é um elemento de uma nova cultura, não é uma nova hegemonia, que surgira das necessidades e aspirações populares. O movimento futurista, neste sentido, é pequeno burguês, mesmo em sua parte mais avançada é um “romantismo”; ainda é uma utopia de uma nova cultura que rompe os laços com o passado cultural para a criação de algo “novo”, mas que em verdade não é uma criação original, como criticou Gramsci: “O preconceito mais comum é o de que a nova literatura deva se identificar com uma escola artística de origem intelectual, como foi o caso do futurismo. A premissa da nova literatura não pode deixar de ser histórico-política, popular” (GRAMSCI, 2002, v. 6, p. 264). Frente a estes movimentos culturais intelectualistas, os grupos sociais subalternos deveriam reagir; o moderno Príncipe aqui, mais uma vez, torna-se elemento central, é através de uma *reforma intelectual e moral* que os subalternos poderiam impor-se como uma nova cultura. Como notou Frosini (2014a), “esta seria uma real emancipação, isto é, uma *autoemancipação*”; e, também, como observamos no capítulo precedente, para “alargar” cada vez mais as fileiras de novas camadas de intelectuais qualificados e advindos do elemento popular. Logo, passamos às considerações sobre os conceitos de *filosofia da práxis* e de *ideologia* em Gramsci, para enfim, finalizarmos nossas considerações acerca da temática do fascismo na obra do pensador da Sardenha.

4.1 Filosofia da práxis e ideologia

Nesta última seção de nosso estudo, apresentamos um estudo sumário do que Gramsci concebeu como *filosofia da práxis*, o que, como veremos, aparece como a *ideologia* necessária para o combate às ideologias burguesas, instrumento teórico que pode possibilitar a elaboração de uma nova cultura e, conseqüentemente, uma superior concepção de mundo das classes subalternas. Como explicou Dainotto (2009), a expressão *filosofia da práxis* aparece primeiramente em uma nota do Caderno 5, quando Gramsci reputou a Maquiavel ser o “primeiro filósofo da práxis”. Relacionada ao marxismo, como ainda notou o referido estudioso da obra gramsciana, o conceito de *filosofia da práxis* remonta à obra de Antonio Labriola (1843-1904), *Discorrendo di socialismo e di filosofia* (1897), em que este importante pensador italiano afirma que “a filosofia da práxis [...] é o âmago do materialismo histórico” (LABRIOLA apud DAINOTTO, 2009, p. 312, tradução nossa).

Desenvolvendo esta percepção de Labriola, Gramsci tenta demonstrar em suas notas que a *filosofia da práxis* se colocava como um fato inovador e uma filosofia independente. A respeito do termo, também cogitou-se que Gramsci utilizou a expressão “filosofia da práxis” para driblar a censura fascista, visto que utilizar o termo “materialismo histórico” seria uma atividade “suspeita”. Mas o emprego do termo teve a indicação da criação de um conceito original, como ainda notou Dainotto (2009), “o termo não é apenas um sinônimo, porque é uma verdadeira revisão do materialismo histórico e, ao mesmo tempo, uma sua distinção do materialismo vulgar”. Sobre esta última função, de distinção, ela é uma crítica, sobretudo, ao livro *A Teoria do Materialismo Histórico: Manual Popular de Sociologia Marxista*, de Nikolai Ivanovich Bukharin (1888-1938), publicado em 1921. Como sintetizou Said, a proposta gramsciana era um combate “[...] contra qualquer mistificação do socialismo, criticado por ele como economismo, determinismo cego e mecânico, retornando à concepção crítica de Labriola sobre o positivismo marxista.” (SAID, 2009, p. 14). A partir destas coordenadas, avancemos na investigação do texto gramsciano.

Se, como apontamos, Gramsci concebe que a filosofia da práxis é uma ideologia, a pergunta que, inicialmente, nos guiará é: O que Gramsci entende por *ideologia*? A resposta é um problema que o próprio autor reconheceu como necessário para repensar o materialismo histórico. Conforme Liguori (2007), Gramsci provavelmente não leu a *Ideologia alemã*⁴¹,

⁴¹ Liguori afirma que: “[...] Gramsci provavelmente não conhece *A ideologia alemã*. Do livro, escrito por Marx e Engels em 1845-1846 mas só editado em 1932, o primeiro capítulo, ‘Feuerbach’, fora ‘publicado pela primeira vez em língua russa em 1924 e, logo depois (1926), em alemão’. Será que Gramsci pôde lê-lo ou ler alguma revisão a respeito? Resta o fato de que não há vestígio disso na sua obra.” (LIGUORI, 2007, p. 77-78).

obra em que Marx e Engels fixaram o conceito de *ideologia* – como nos explica o referido estudioso – de forma “negativa”. É a partir da leitura de outros textos dos fundadores do materialismo histórico que Gramsci chega à sua formulação desse conceito, nas palavras de Liguori: “Combinando uma leitura ‘ampla’ do ‘Prefácio’ de 1859 com as fundamentais *Teses sobre Feuerbach* e a lição do último Engels, é que Gramsci chega nos *Cadernos* à sua concepção *positiva* da ideologia” (LIGUORI, 2007, p. 80).

Resumidamente, podemos afirmar que a concepção negativa da ideologia é uma visão distorcida da realidade, a redução das superestruturas a meras “aparência e ilusão”, à “falsa consciência”; o próprio Gramsci, algumas vezes, utiliza o termo neste sentido, quando ridiculariza os “adversários”, chamando-os de “ideólogos” (românticos). Já a visão positiva, que é a inovação de Gramsci, é a identificação da ideologia como uma *concepção de mundo*, um instrumento utilizado por todas as classes na luta pela hegemonia. Ainda, como notou Liguori (2007), o conceito de ideologia se articula com vários outros, formando uma “rede conceitual” na qual, mesmo que sejam utilizados, por vezes, como sinônimos, podem, ao mesmo tempo, ser estudados de forma separada, são estes: “ideologia, filosofia, visão ou concepção do mundo, religião, conformismo, senso comum, folclore, linguagem” (p. 91).

Referindo-se ao texto do *Prefácio de 1859*, Gramsci questiona: “[...] no terreno ideológico o homem adquire consciência das relações sociais”: dizer isto não é afirmar a necessidade e a validade das ‘aparências’?” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 27-28). É, portanto, deste modo que o filósofo recupera uma noção não lida pelo marxismo, do caráter “terreno” das ideologias, elas têm função real na vida dos homens. Como observou Frosini (2014c), Gramsci entende Marx como um homem político, o marxismo tanto é uma filosofia para a revolução quanto é revolucionária, pois propõe uma nova forma de fazer filosofia. Nesse sentido, a 11ª Tese sobre Feuerbach, “Os filósofos se limitaram a *interpretar* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é *transformá-lo*.” (MARX; ENGELS, 1987); não significa, para o pensador sardo, uma primazia absoluta da ação, mas uma nova forma de pensamento que parte das condições reais e que, interpretando-as, procura transformar os homens, sua relação com seus pares e sua relação com o próprio mundo. O filósofo reitera: “Para a filosofia da práxis o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se se faz esta separação, cai-se numa das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido.” (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 175). O conhecimento, seja ele “livresco” ou da realidade, é algo que tanto os fundadores do materialismo histórico, quanto Gramsci imputaram como fator relevante para o momento da ação:

O conhecimento ou a falta de conhecimento da realidade no terreno das ideologias faz parte de uma dinâmica social, na qual está sempre em jogo o exercício de um domínio de classe, ou a luta para se subtrair a este domínio, ou para eliminá-lo totalmente. O conhecimento está sempre imerso na luta, mesmo quando pretende se livrar desta. (FROSINI, 2014c, p. 574).

Para Gramsci, toda filosofia que se transformou em um movimento cultural, que reage na vida das massas, torna-se uma ideologia. O modo que o grupo portador desta ideologia escolhe difundir-la determina uma série de fatores políticos na vida real das massas: “Existirá uma dicotomia entre os homens que sabem e aqueles que pouco devem saber?”. Ainda mais, para o filósofo, uma filosofia só se torna histórica na medida em que reage na vida dos “simples”, que consegue traduzir a linguagem científica numa linguagem compreensível para o senso comum. Giuseppe Staccone, intérprete da obra gramsciana afirmou que o conceito de ideologia em Gramsci, é constituído de três elementos complementares, a ideologia:

1) [...] é uma realidade ontológica, pois constitui uma superestrutura da sociedade humana; 2) possui uma dimensão *cognitiva* enquanto nela os homens adquirem consciência do seu universo de relações e, numa fase crítica superior, das contradições sociais; 3) finalmente, torna-se referência *axiológica*, enquanto orienta as vontades para a ação (STACCONE, 1993, p. 78-79).

Assim entendida, como referência axiológica para a orientação das vontades para a ação dos homens, voltamos à questão crucial da filosofia da práxis: a identificação de teoria e prática, a práxis. Gramsci acredita que “criar uma nova cultura”, requer que esta seja difundida, socializada, isto é, “transformá-la em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral” (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 96).

Posto isto, Gramsci pensa a própria função da filosofia da práxis, como uma filosofia de massas e para as massas, uma polêmica com as filosofias tradicionais. Diferentemente destas últimas, a filosofia da práxis tem todos os elementos “[...] fundamentais para construir uma total e integral organização prática da sociedade, isto é, para tornar-se uma civilização total e integral” (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 152). Assim, esta nova filosofia “[...] só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente)” (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 101). Como uma crítica ao senso comum e às filosofias dos intelectuais, deve educar as massas. Ainda, a elaboração de uma concepção de mundo que atenda às necessidades das classes subalternas é, para Gramsci, um fato político, ele afirma em uma nota do Caderno 16 que a filosofia da práxis: “[...] é uma filosofia que é também uma política e uma política que é também uma filosofia.” (GRAMSCI, 2014, v. 4, p. 37). Por

consequente, nas notas do Caderno 11, *Introdução ao estudo da filosofia*, o pensador explicita a função deste elemento cultural:

[...] a filosofia da práxis não busca manter os “simples” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 103).

Gramsci considera que todas as pessoas possuem uma concepção de mundo. O homem da massa atua, está inserido num processo histórico, em concepções que lhe foram impostas e, assim, se expressa em várias concepções de mundo contraditórias. Deste modo, para o autor dos *Cadernos*, pela nossa própria concepção de mundo pertencemos sempre a um determinado grupo, que, por isso, compartilhamos um certo modo de agir e de pensar. Ele afirma “somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte?” (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 94). Ao mesmo tempo, como homens-massa, estamos imersos em uma multiplicidade de concepções de mundo que exprimem a consciência contraditória, a falta de coerência de um pensamento que fora acolhido sem uma reflexão crítica. Por isto, o filósofo sugere: “O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica” (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 94).

Neste propósito, temos a *filosofia da práxis*, que, como já delineamos, é a filosofia baseada na vida dos homens reais, que ao reproduzirem a sua vida, fazem a história. Conforme Gramsci, todas as outras filosofias que existiram até agora foram as manifestações das íntimas contradições que dilaceram a sociedade. A filosofia da práxis, então, se reveste numa nova concepção de mundo das classes subalternas, uma nova força hegemônica que está se formando. Conforme Vacca (2014), a teoria da hegemonia coloca problemas fundamentais tanto para os sujeitos singulares, “ter consciência de qual força hegemônica que se é”; quanto para o sujeito coletivo, formando uma vontade coletiva, através do partido político, para chegar aos seus fins históricos. Igualmente, coloca a problemática da formação dos intelectuais das classes subalternas, que existem em número reduzido.

O contraste entre o pensar e o agir das amplas massas, significa que existem duas concepções de mundo. As massas, embora, embrionariamente, possuem a sua concepção de

mundo, mas esta ainda não pode se colocar de modo duradouro, porque as massas ainda estão subalternas, dependentes das concepções de mundo de outros grupos sociais. Nestas entrelinhas, está a questão do conformismo, que como já observamos, é uma espécie de direção, de concepção do mundo. Gramsci, deste modo, afirma que o conformismo sempre existiu, mas que no mundo moderno trata-se da luta entre dois conformismos, “de uma luta pela hegemonia, de uma crise da sociedade civil” (GRAMSCI, 2012, v.3, p.264).

Como tentamos demonstrar em nosso estudo (cf. 3.1), a empreitada do intelectual orgânico coletivo, o partido político, é dar uma direção consciente aos movimentos de massas, “é elevá-los a um plano superior, inserindo-os na política”. Os movimentos de massas surgidos em momentos de crise, ditos “espontâneos”, devem ser direcionados pela classe que quer tornar-se hegemônica; o que deveria ter acontecido antes da chegada do fascismo ao poder. Gramsci afirma: “Os movimentos ‘espontâneos’ dos estratos populares mais amplos tornam possível o advento ao poder da classe subalterna mais avançada em razão do enfraquecimento objetivo do Estado. Este é ainda um exemplo ‘progressista’, mas no mundo moderno são mais frequentes os exemplos regressivos.” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 200). Como explicou Guido Liguori:

[...] o pensamento “dá força” e “organiza” no momento em que “se organiza”, ou melhor, “é organizado”, também no que diz respeito às classes subalternas que querem se tornar hegemônicas, a partir daquele “centro homogêneo de um modo de pensar e de operar” [...], que, para Gramsci, é o partido. Eis porque se pode dizer que existe nos *Cadernos* uma teoria “materialista” da ideologia. (LIGUORI, 2007, p. 91).

Em relação ao estado em que se encontrava a discussão teórica do materialismo histórico, Gramsci concebe que o desenvolvimento do conceito político de hegemonia, proposto por Lênin, além de representar um progresso “político-prático”, é “um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos.” (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 103-104). No período pós-guerra e frente à crise hegemônica da burguesia, era necessário refletir sobre a própria concepção de mundo que se queria imprimir, como ainda indicou Buci-Glucksmann, “[...] a crise de hegemonia não é uma espécie de crise revolucionária que anda mal. Coloca novos problemas no plano político, mas também no plano do materialismo histórico.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1978, p. 126-127).

Em uma pequena nota Gramsci introduz a questão da tradutibilidade das linguagens científicas e filosóficas, como uma tarefa para a filosofia da práxis, o pensador reporta à

expressão a Lênin: “Em 1921, tratando de problemas de organização, Vilitch escreveu ou disse (mais ou menos) o seguinte: não soubemos ‘traduzir’ nas línguas europeias a nossa língua.” (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 185). Gramsci acredita que duas culturas nacionais, expressões de “civilizações fundamentalmente similares” podem ser tradutíveis reciprocamente. Ele utiliza o exemplo da linguagem político-jurídica na França e a linguagem filosófica, teórica da Alemanha. Estas expressam momentos do mesmo processo de desenvolvimento histórico, como este ocorreu em cada realidade nacional. Uma questão aparece nestas entrelinhas: Como poderia ter sido realizada uma revolução na Itália, evitando o fascismo? Para o pensador, filosofia, política e economia formam um bloco, que demonstra a tradução de uma atividade na outra, formando uma concepção de mundo:

Filosofia – Política – Economia. Se estas três atividades são os elementos constitutivos de uma mesma concepção do mundo, deve existir necessariamente, em seus princípios teóricos, convertibilidade de uma na outra, tradução recíproca na linguagem específica própria de cada elemento constitutivo: um está implícito no outro e todos, em conjunto, formam um círculo homogêneo. (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 209).

É refletindo sobre as relações entre estrutura e superestrutura, sobre a importância das ideologias, que Gramsci apresenta outra distinção. Existem ideologias “historicamente orgânicas”, que são necessárias a uma determinada estrutura, são expressões homogêneas de uma determinada classe e ideologias arbitrárias, que não correspondem às exigências de um período histórico, estas são eliminadas pela concorrência histórica, explica o pensador:

A adesão ou não-adesão de massas a uma ideologia é o modo pelo qual se verifica a crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar. *As construções arbitrárias são mais ou menos rapidamente eliminadas pela competição histórica, ainda que por vezes, graças a uma combinação de condições imediatas favoráveis, consigam gozar de certa popularidade*; já as construções que correspondem às exigências de um período histórico complexo e orgânico terminam sempre por se impor e prevalecer, ainda que atravessem muitas fases intermediárias nas quais a sua afirmação ocorre apenas em combinações mais ou menos bizarras e heteróclitas. (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 111, grifo nosso).

Desta anotação podemos refletir sobre o fascismo, com sua “ideologia camaleão”, esse movimento ideológico conseguiu responder temporariamente a algumas questões impostas pelo desenvolvimento histórico, mas a sua “visão de mundo”, não era uma necessidade do desenvolvimento histórico. Tanto é assim que Gramsci elege Croce, o filósofo neoliberal, como o seu maior adversário teórico; não foi Giovanni Gentile, o filósofo fascista. Todavia, o pensador afirma que um “anti-Croce” deve também ser um “anti-Gentile”; isto é, a filosofia

da práxis é um elemento de combate ao liberalismo e também ao fascismo, ele afirma: “Um Anti-Croce deve ser também um Anti-Gentile; o atualismo gentiliano dará os efeitos de claro-escuro ao quadro, efeitos necessários para dar-lhe maior relevo.” (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 304-305).

Para Gramsci, a filosofia de Croce deve ser estudada com atenção, pois ela pode ser uma resposta ao economicismo e ao fatalismo mecanicista. Gramsci critica os materialistas históricos – expoentes do materialismo mecânico – que buscam explicar toda mudança da política e da ideologia como uma expressão imediata da estrutura. Croce se percebe como uma superação da filosofia da práxis, contudo, ele consegue “derrotar” apenas estas “correntes teóricas” da filosofia da práxis. A respeito disto, é relevante indicar que Gramsci depreciou, numa carta à cunhada Tatiana – de 1º de janeiro de 1930 – a posição crítica de Croce contra Lunatcharski, no VII Congresso de Oxford, sobre se seria possível uma “teoria estética do materialismo histórico”. Para Croce, o materialismo histórico é uma doutrina metafísica, teológica, que tem a economia como um Deus metafísico e, por isso, não é capaz de fazer uma teoria estética, porque só vê economia em tudo⁴². Mas a crítica de Croce ao materialismo mecanicista é uma falha lógica que tem uma necessidade prática, conforme Frosini, este ato significa que: “Ele entende derrotar o marxismo sob suas formas mais elementares, porque não deseja ou não pode considerar a URSS ser um ponto de referência cultural completamente alternativo à forma da cultura, de que ele é o máximo representante” (FROSINI, 2012, p.147, tradução nossa).

Compreender o fascismo era uma necessidade da filosofia da práxis, e Gramsci neste ponto foi intensamente coerente: buscou compreender a história passada e a história de seu tempo presente: “Por certo, a filosofia da práxis se realiza no estudo concreto da história

⁴² Para uma análise mais elaborada da temática cf. FROSINI, Fabio. Croce, fascismo, comunismo. *Il canocchiale*, v. 48, p. 141-162, 2012. Ainda, na edição brasileira das *Cartas do cárcere*, especialmente na carta enviada à cunhada Tania, em 1º de dezembro de 1930; temos uma nota que reproduz o trecho da nota publicada em *La Nuova Italia* que Gramsci não descarta que seja de autoria do próprio Croce. Reproduzimos aqui a nota: “No referido número de *La Nuova Italia*, uma nota não assinada reproduz, além de notícias sobre o VII Congresso Internacional de Filosofia, realizado em Oxford em setembro de 1930, trecho da carta de ‘um dos participantes’ da discussão entre Croce e Lunatcharski: ‘Devo [...] observar ao Sr. Lunatcharski que, contrariamente à sua crença de que o materialismo histórico é uma concepção decididamente antimetafísica e sumamente realista, tal doutrina é, pior do que metafísica, diretamente teológica, dividindo o processo unitário do real em estrutura e superestrutura, númeno e fenômeno, e pondo na base, como númeno, um Deus oculto, a Economia, que manipula todos os cordéis e é a única realidade sob as aparências da moral, da religião, da filosofia, da arte e assim por diante. Por isso, o materialismo histórico é radicalmente impotente até para tentar uma teoria da poesia e da arte, uma vez que qualquer um de seus conceitos a este propósito, qualquer princípio que enuncie não pode ser nunca estético, mas sempre econômico: ele vê economia por toda parte e não vê arte ou outra forma espiritual em parte alguma’.” (GRAMSCI, 2005, v. 1, p. 459).

passada e na atividade atual de criação de uma nova história.” (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 151). Por isso, Gramsci se fixa no estudo da filosofia de Croce, destinando uma reflexão crítica na redação de suas notas, inclusive em um especial, Caderno 10, *A filosofia de Benedetto Croce*. Também reforça em várias notas a importância deste filósofo: “A influência de Croce é menos ruidosa do que a de Gentile, porém mais profunda e arraigada” (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 376). Este fato explica-se no seguinte: “Se o liberalismo é a ideologia ‘orgânica’ da burguesia, o fascismo não é o seu oposto, mas representa *uma variante*, que um liberal como Croce compreende e justifica a ‘função’ histórica enquanto ‘mediação’ entre revolução e reação” (FROSINI, 2011, p. 32, tradução nossa).

Portanto, voltamos à questão que apontamos no terceiro capítulo de nosso estudo, Croce como aquele que oferece uma justificação teórica para o fascismo, em seu modo de conceber reformisticamente a derrocada do fascismo. Croce, em sua fase de crítica ao materialismo histórico, fortalece o que ele diz ser contrário, o fascismo. Ainda, sobre esta atividade crítica de Croce, Gramsci a considerará indevida, pois, como já apontamos, este pensador centrou sua análise no materialismo mecanicista, atribuindo a Marx a teoria da ideologia apenas como “falsa consciência”. Gramsci defende-se desta crítica explicando que o que mais desenvolvido teve na filosofia da práxis foi justamente pensar os fenômenos e a importância da direção cultural e moral da sociedade:

Pode-se dizer que não só a filosofia da práxis não exclui a história ético-política, como, ao contrário, sua mais recente fase de desenvolvimento consiste precisamente na reivindicação do momento de hegemonia como essencial à sua concepção estatal e à “valorização” do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural como necessária, ao lado das frentes meramente econômicas e políticas. (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 295).

O erro seria pensar a história em termos da história ético-política apenas, como o fez Croce, demonstrando um fragmento de história: “[...] A história de Croce representa ‘figuras’ desossadas, sem esqueleto, de carnes flácidas e fracas, mesmo que sob as tinturas das belezas literárias do escritor” (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 308-309). A história ético-política é uma parte da história, fazer história integral pressupõe compreender o bloco-histórico, uma relação dialética entre estrutura-superestrutura, os aspectos econômico-sociais *mais* os ético-políticos. Assim, a filosofia da práxis é uma crítica ao conformismo da classe burguesa que tenta lutar para conservar o seu domínio. As classes subalternas ainda não perceberam que podem controlar os processos revolucionários no mundo da produção, ser autônomos também na criação de uma nova concepção de mundo, de um mundo cultural (superestrutural) novo. Na discussão do conceito de hegemonia, Gramsci demonstra como a hegemonia de um

determinado grupo social sobre toda a sociedade é um fato que demonstra um “equilíbrio de compromisso”:

[...] O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2012, v.3, p. 49).

A hegemonia não é um resultado automático do processo histórico, as classes que se tornaram hegemônicas, que se “fizeram Estado”, passaram por processos de lutas, autoeducação e direção política. Gramsci problematiza a questão da conquista da hegemonia por um viés filosófico e político, mas, não há uma visão teleológica da história, conforme Bodei: “Atrás da história não há uma ‘mão invisível’ que empurra os homens e as coisas, mas há a capacidade de decidir, de conhecer, de agir de modo a mudar as situações e as relações de força.” (BODEI, 1978, p. 87). Gramsci tem uma visão realista da extrema dificuldade da realização da tarefa histórica das classes subalternas, a criação de uma “nova civilização” foi sempre um processo penoso, como ele constatou nos apontamentos do Caderno 22:

Até agora, todas as mudanças no modo de ser e viver tiveram lugar através da coerção brutal, ou seja, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade: a seleção ou “educação” do homem adequado aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de produção e de trabalho, ocorreu com o emprego de inauditas brutalidades, lançando no inferno das subclasses os débeis e os refratários, ou eliminando-os inteiramente. (GRAMSCI, 2014, v. 4, p. 262-263).

A filosofia da práxis é uma ideologia, uma cultura em preparação, que se desenvolverá com o desenvolvimento das relações sociais, o ponto de partida é o mundo da produção, mas não somente ele. Gramsci afirma: “O desenvolvimento das forças econômicas em novas bases e a instauração progressiva da nova estrutura sanarão as contradições que não podem deixar de existir; e, tendo criado um novo ‘conformismo’ a partir de baixo, permitirão novas possibilidades de autodisciplina, isto é, de liberdade até individual” (GRAMSCI, 2012, v.3, p.264-265). Como observou Nicola Badaloni, a práxis revolucionária não pode abdicar de uma atividade teórica, por isto, “[...] Gramsci insiste tanto sobre a necessidade de fazer germinar da crença popular do ‘coletivo’ um novo individualismo, como efeito de um conhecimento científico e de uma prática crítica que o pressupõe como dado” (BADALONI, 1978, p. 20).

O autor dos *Cadernos* também afirmou que o conceito de homem deve ser reformado. A pergunta principal da filosofia é: O que é o homem?; e respondê-la é ver a própria humanidade por uma perspectiva diferente. O homem não se define “por si só”, a individualidade não é “todo” o homem. Os homens se relacionam de maneira orgânica, não por justaposição, não são “relações mecânicas”, são relações ativas e conscientes, Gramsci afirma:

[...] deve-se conceber o homem como uma série de relações ativas (um processo), no qual, se a individualidade tem a máxima importância, não é todavia o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. [...] Se a própria individualidade é o conjunto destas relações, construir uma personalidade significa adquirir consciência destas relações; modificar a própria personalidade significa modificar o conjunto destas relações. (GRAMSCI, 2013, v. 1, p. 413).

Do mesmo modo, Gramsci se esforçou para modificar a própria personalidade, se fortalecer, em sua vida e obra do tempo em que esteve nos cárceres do fascismo, trabalhou diligentemente para deixar algo “para sempre”; premissa para sua estratégia política para criar uma filosofia que pudesse ser “norma de ação” para as classes subalternas, para educá-las, na finalidade de revolucionar o mundo cultural existente. Este foco, no final de sua vida, é impossibilitado pela capacidade que os fascismos têm de anular a dignidade humana. Gramsci neste tempo, se sentira aniquilado⁴³ pelas injustiças que sofrera, por pensar a possibilidade de um mundo diferente, que permitisse o desenvolvimento de uma nova individualidade humana, que não fosse marcada pelo individualismo do mundo burguês. Por isto ele enuncia frequentemente em seus escritos: “É preciso [...] dirigir violentamente a atenção para o presente assim como é, se se quer transformá-lo. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade” (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 299).

⁴³ Numa carta de 2 de julho de 1933, para a cunhada ele afirma: “Estou imensamente cansado. Sinto-me separado de tudo e de todos. Ontem, durante a visita, tive a comprovação disso. Devo dizer que a visita me pesava como um suplício e não via a hora de terminar. Quero dizer a verdade com toda a franqueza e brutalidade, se esta for a palavra mais apropriada. Não tenho mais nada a dizer a você nem a ninguém. Estou vazio. Em janeiro, tive a última tentativa de vida, o último espasmo de vida. Você não compreendeu. Ou não me fiz compreender, nas condições em que devo me movimentar e falar. Agora, não há mais nada a fazer. E, acredite, se alguma outra vez acontecer na vida uma experiência como a que teve comigo, o tempo é a coisa mais importante: ele é um simples pseudônimo da própria vida. Abraços,/Antonio/Talvez seja bom você reler minha carta de setembro de 1932, porque este período começou a partir de então. Irá se convencer de que, de minha parte, tudo foi feito para lhe dar uma idéia exata de minhas condições tanto físicas quanto psíquicas. Se acreditou que se tratava de literatura, equivocou-se. De resto, já me habituei a pagar pessoalmente, mesmo quando, por incapacidade minha, não consegui fazer com que me entendessem ou levassem a sério e minhas indicações fossem seguidas. Precisamente por isso estou no cárcere há sete anos e *sacrifiquei minha vida*.” (GRAMSCI, 2005, v.2, p. 346-347, grifo nosso). Já numa carta de 29 de outubro de 1933 à cunhada Tatiana, ele se mostra moralmente reforçado: “Hoje muitas coisas mudaram em mim e, se fisicamente estou reduzido a um trapo, talvez moralmente esteja mais forte do que podia imaginar, porque me acostumei a só contar comigo mesmo e a prever, com bastante frieza, que posso me encontrar isolado e afastado de todos.” (GRAMSCI, 2005, v. 2, p. 375).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O marxismo de Gramsci nos ensinou que a humanidade deve ser concebida como uma construção histórica, disse ele: “toda a história é testemunha do presente”. Era preciso, em seu tempo, e ainda no nosso, ser mais que “a cara da época”. Seu esforçado trabalho nas prisões fascistas oferece-nos questionamentos fundamentais para pensarmos a condição humana nos tempos de capitalismo avançado; momento de inovações políticas e econômicas que, cada vez mais, constituem-se de elementos que, se por um lado, podem tornar a vida humana melhor, por outro, fundamentam-se em critérios que naturalizam as desigualdades e exclui uma grande parcela da humanidade dessas conquistas produzidas pelo trabalho coletivo.

Na análise dos problemas gerados pela grande crise orgânica do sistema capitalista, que também era uma crise hegemônica, Gramsci percebeu que era necessário avaliar a situação nas suas raízes mais profundas, isto é, deveria ser estudado o mundo da produção e, ainda, as suas formas estruturais. Ele procedeu em suas investigações buscando compreender as relações em seus vários níveis e nexos, especialmente a relação nacional-internacional. O que estava ocorrendo no mundo naquele período? A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Revolução Russa (1917), a ascensão do fascismo na Itália, após a Marcha sobre Roma (1922), a Grande Depressão (Crise de 1929), entre tantos outros fenômenos. Como estavam organizadas as forças sociais e quais eram os projetos que estes grupos ofereciam para solucionar este momento caótico?

A classe burguesa estava organizando uma resposta com a difusão dos novos métodos de produzir. O americanismo se expandia como uma pretensa solução para a crise econômica e levava consigo novas formas de organização social, que foram se impondo sobre a classe trabalhadora de forma brutal. A Itália também buscava incorporar estas novidades na maneira de produzir, mas na velha Europa, como afirmou Gramsci, esta incorporação precisou ser dirigida numa absoluta coerção; pois as classes subalternas, embora isto ainda não fosse suficiente para que se impusessem, já possuíam uma forma de organização e resistiram a estas formas até serem derrotadas, ou melhor, incorporadas pelo fascismo.

Nestes limites, Gramsci apresentou o americanismo e o fascismo como elementos de uma guerra de posição, eram respostas ao movimento revolucionário das classes subalternas ocorrido na Rússia. O fascismo e o americanismo são fenômenos que buscaram desorganizar as classes subalternas, obstruíram o seu protagonismo na história. Fascismo e americanismo, assim, são formas de passivização de um movimento de fato revolucionário, são revoluções passivas. Assim, ao questionamento que norteou este trabalho – como Gramsci caracterizou o

fascismo em suas obras do período em que esteve nos cárceres? – respondemos: sobretudo, como uma revolução passiva.

A percepção de Gramsci, na análise do fascismo e de outros fenômenos, como uma revolução passiva gerou, por sua vez, a concepção de que estes fenômenos estavam sendo utilizados como estratégias que reforçavam o poder da classe burguesa. Esta que, como concebeu Gramsci, estava disposta a se expor “a um futuro sombrio” e a se “sacrificar temporariamente”. O fascismo aparece como uma terceira via, mas, como tentamos demonstrar, era mais um aspecto desfigurado da própria classe burguesa, que inclusive esteve disposta a financiá-lo. Surgira um líder, que antes engrossara as fileiras da classe trabalhadora, para guiar esse movimento reacionário. O cesarismo no mundo moderno, como nos ensinou Gramsci, é de tipo novo: busca apropriar-se das próprias estruturas do Estado burguês e incorpora as associações que lhe fazem resistência e tornou possível a polícia política. O fascismo chega ao poder graças aos “acordos” entre as classes e as frações de classes reacionárias, a média e a pequena burguesia rural são as grandes impulsionadoras deste fenômeno.

Gramsci propõe que as classes subalternas necessitam de organização e, por isso, ele elaborou uma estratégia para isto: a guerra de posição. Uma estratégia de longo fôlego, para a qual é preciso organização, instrução e muita força coletiva. O fascismo foi derrotado, não era uma nova concepção do mundo que fosse historicamente necessária, capaz de “fazer época”. Todavia, o maior antagonista das classes subalternas persiste, a classe burguesa. Portanto, a estratégia gramsciana ainda é atual e extremamente importante para a luta política das classes subalternas, especialmente nos momentos de crise hegemônica que podem ser significativos em termos de avanços e retrocessos em todos os aspectos da vida humana; assim como foram perniciosos os fascismos e as guerras do século passado para toda a nossa civilização.

É organizando-se a partir de uma concepção de mundo própria, a filosofia da práxis, que as classes subalternas devem, através do intelectual orgânico coletivo, o partido político, expandir os seus intelectuais e difundir uma nova visão de mundo, que combata à concepção burguesa individualista. Esta pode ser possível através de uma reforma intelectual e moral que seja capaz de elevar materialmente as massas à uma concepção de vida superior e criar uma nova forma de viver.

Em suma, a sociedade de massas criada pela burguesia não permitiu que a humanidade pudesse desenvolver formas que a conduzisse a uma liberdade real. O que ocorre é que, cada vez mais, o homem, em seu individualismo, se esquia da atividade de pensar, de reproduzir a

sua vida material de forma consciente. O que pretendemos demonstrar neste estudo foi que a obra de Gramsci é um potencial instrumento teórico para que as classes subalternas possam elaborar um conformismo próprio, de tipo novo, em que não seja naturalizada a dicotomia entre os homens e que possibilite que essas possam criar uma fisionomia própria.

Finalizamos este estudo reproduzindo um trecho da carta de Gramsci à sua mãe, Giuseppina Marcias Gramsci (1861-1932), com data de 10 de maio de 1928, em que ele expressa toda a sua firmeza e convicção na defesa da concepção de mundo que ele escolheu:

Querida mamãe, não queria repetir o que escrevi muitas vezes para tranquilizá-la sobre minhas condições físicas e morais. Para ficar realmente tranquilo, gostaria que não se assustasse ou se perturbasse muito, seja qual for a condenação que me dêem. Que compreendesse bem, até mesmo com o sentimento, que sou um preso político e serei um condenado político, que não tenho nem terei do que me envergonhar nesta situação. Que, no fundo, eu mesmo quis a prisão e a condenação, de certo modo, porque nunca quis mudar minhas opiniões, pelas quais estaria disposto a dar a vida e não só a ficar na prisão. Que, por isso, só posso estar tranquilo e satisfeito comigo mesmo. Cara mamãe, gostaria de abraçá-la bem apertado para que sentisse quanto lhe quero bem e como queria consolá-la por este sofrimento que lhe dei: mas não podia agir de outra maneira. A vida é assim, muito dura, e os filhos devem às vezes trazer grandes sofrimentos para suas mães, se querem conservar sua honra e sua dignidade de homens. (GRAMSCI, 2005, v. 1, p. 268).

REFERÊNCIAS

- AGNELLI, Giovanni. *Entrevista sobre o capitalismo moderno*. Entrevistador: Arrigo Levi. Tradução de José Alberto de Lima Campos. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1986.
- BADALONI, Nicola. Liberdade individual e homem coletivo em Gramsci. In: FERRI, Franco (Org.). *Política e História em Gramsci*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978. p. 9-69.
- BERNARDINI, Aurora Fornoni. *O futurismo italiano: Manifestos*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- BIANCHI, Alvaro. Revolução passiva: o pretérito do futuro. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.23, 2006. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo127A_Bianchi_23.pdf>. Acesso em 10 jan. 2015.
- BODEI, Remo. Gramsci: vontade, hegemonia, racionalização. In: FERRI, Franco (Org.). *Política e História em Gramsci*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978. p.71-115.
- BOITO JUNIOR, Armando. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista [Comentário em comemoração ao sesquicentenário da publicação de O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte]. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.15, 2002, p.127-139. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/comentario14comentario2.pdf>. Acesso em 15 jan. 2015.
- BRAGA, Ruy. Risorgimento, fascismo e americanismo: a dialética da passivização. In: DIAS, Edmundo Fernandes et al. (Org). *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado: por uma teoria marxista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva. In: FERRI, Franco (Org.). *Política e História em Gramsci*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978. 117-148.
- CERRONI, Umberto. *Teoria do partido político*. Tradução de Marcos Aurélio Nogueira e Silvia Anette Kneip. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- CICCARELLI, Roberto. Guerra; Guerra di movimento; Guerra di posizione. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dizionario gramsciano:1926-1937*. Roma: Carocci, 2009. p. 376-385.
- DAINOTTO, Roberto. *Filosofia della praxis*. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dizionario gramsciano:1926-1937*. Roma: Carocci, 2009. p. 312-315.

DE FELICE, Franco. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. In: FERRI, Franco (Org.). *Política e História em Gramsci*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978. p.189-257.

DE FELICE, Renzo. *Explicar o fascismo*. Tradução de Carlos Veiga Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1978.

_____. O fascismo como problema interpretativo. In: TRINDADE, Helgio (Org.). Tradução de Fátima Conceição Murad. *A Itália de Mussolini e a origem do fascismo*. São Paulo: Ícone, 1988. p.67-88.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* 3. ed. Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2013.

DI BENEDETTO, Donatella. Americanismo e corporativismo em Gramsci. *Novos Rumos*, Marília, ano 16, n. 35, 2001, p. 11-19. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2217/1835>>. Acesso em 17 fev. 2015.

DURANTE, Lea. Nazionale-popolare. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dizionario gramsciano: 1926-1937*. Roma: Carocci, 2009. p. 573-576.

FILIPPINI, Michele. Partito. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dizionario gramsciano: 1926-1937*. Roma: Carocci, 2009. p. 617-620.

FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Tradução de Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Pensamento crítico, 30).

FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade de Henry Ford: as obras de Henry Ford; minha vida e minha obra, hoje e amanhã, minha filosofia da indústria*. Tradução de Monteiro Lobato. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2012.

FROSINI, Fabio. Fascismo, parlamentarismo e lotta per il comunismo in Gramsci. *Critica marxista: analyse e contributi per ripensare la sinistra*, n. 5, 2011, p. 29-35. Disponível em: <https://www.academia.edu/1175647/Frosini_FASCISMO_PARLAMENTARISMO_E_LOTTA_PER_IL_COMUNISMO_IN_GRAMSCI_Critica_marxista_2011_5>. Acesso em: 26 jun. 2015.

_____. Croce, fascismo, comunismo. *Il canocchiale*, v. 48, p. 141-162, 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/6903362/Croce_fascismo_comunismo._IL_CANNOCCHIALE_vol._48_2012_pp._141-162>. Acesso em: 26 jun.2015.

_____. Gramsci e il fascismo: la letteratura e il “nazionale-popolare”. In: PALA, Mauro. *Narrazioni egemoniche: Gramsci, letteratura e società civile*. Bologna: Società editrice il Mulino, 2014a. p. 57-87.

_____. Prefácio. In: MUSSI, Daniela. *Política e literatura: Antonio Gramsci e a crítica italiana*. São Paulo: Alameda, 2014b.

_____. Ideologia em Marx e em Gramsci. *Educação e filosofia*, Uberlândia-MG, v. 28, n. 56, p. 559-582, jul./dez. 2014c.

GAGLIARDI, Alessio. O problema do corporativismo no debate europeu e nos Cadernos. In: AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio; VACCA, Giuseppe (Orgs.). *Gramsci no seu tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p.233-261.

GENTILE, Emilio. Itália fascista: do partido armado ao estado totalitário. In: TRINDADE, Helgio (Org.). Tradução de Fátima Conceição Murad. *A Itália de Mussolini e a origem do fascismo*. São Paulo: Ícone, 1988. p. 7-65.

GIARDINA, Andrea. O mito fascista da romanidade. *Estudos avançados*, vol. 22, n.62, p. 55-76, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a05v2262.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: Introdução ao estudo da filosofia; A filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. v. 1.

_____. *Cadernos do cárcere*: Os intelectuais; O princípio educativo; Jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 2.

_____. *Cadernos do cárcere*: Maquiavel; Notas sobre o Estado e a política. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. 3.

_____. *Cadernos do cárcere*: Temas de cultura; Ação católica; Americanismo e fordismo. Tradução de Luiz Sérgio Henriques e Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 4.

_____. *Cadernos do cárcere*: O *Risorgimento*; Notas sobre a história da Itália. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 5.

_____. *Cadernos do cárcere*: Literatura; Folclore; Gramática. Tradução de Luiz Sérgio Henriques e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 6.

_____. *Cartas do cárcere*: 1926-1930. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v.1.

_____. *Cartas do cárcere*: 1931-1937. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v.2.

GUARNIERI, Carlo. Cesarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Coordenação e tradução de João Ferreira. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1. p. 159-162.

HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

IZZO, Francesca. Maquiavel como filósofo da práxis. In: AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio; VACCA, Giuseppe (Orgs.). *Gramsci no seu tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p.339-370.

_____. Democracia, cosmopolitismo e sujeito histórico. *Educação e filosofia*, Uberlândia-MG, v. 28, n. 56, p. 583-601, jul./dez. 2014.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. 280p.

_____. Partido e subalternos em Gramsci e hoje. In: SAID, Ana Maria (Org.). *Pensar a sociedade contemporânea: a atualidade do pensamento de Marx e Gramsci*. Uberlândia: Edufu, 2014.

LOSURDO, Domenico. *Antonio Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”*. Tradução de Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MANGONI, Luisa. Cesarismo, bonapartismo, fascismo. *Studi Storici*, anno 17, No. 3, p. 41-61, Jul./Sep. 1976. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20564439>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *As origens do fascismo: textos de José Carlos Mariátegui*. Organização e tradução de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Alameda, 2010.

MARX, Karl. Prefácio de 1859. In: *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 127-132. (Os Pensadores).

_____. *O 18 de Brumário e Cartas a Kugelmann*. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MELLO, Alex Fiuza de. *Mundialização e política em Gramsci*. São Paulo: Cortez, 1996. (Coleção questões da nossa época; v. 58).

MILIBAND, Ralph. Bonapartismo. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 65-66.

MUSITELLI, Marina Paladini. Futurismo. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dizionario gramsciano: 1926-1937*. Roma: Carocci, 2009. p. 339-341.

MUSSI, Daniela Xavier Haj. *Política e literatura: Antonio Gramsci e a crítica italiana*. São Paulo: Alameda, 2014.

MUSSOLINI, Benito. *Vomere e spada: pensiere e massime*. 2. ed. Milano: Ulrico Hoepli, 1937.

PANACCIONE, Andrea. Gramsci e o socialismo europeu entre guerra e pós-guerra. In: AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio; VACCA, Giuseppe (Orgs.). *Gramsci no seu tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p.63-86.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Prefácio: José Carlos Mariátegui e as origens do fascismo. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *As origens do fascismo*. São Paulo: Alameda, 2010.

PINTO, Geraldo Augusto. *Organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PISTONE, Sérgio. Bonapartismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Coordenação e tradução de João Ferreira. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1. p. 118-119.

QUINTANA, Mario. *Mario Quintana: poesia completa*. Organização de Tania Franco Carvalhal. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2008.

SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Coordenação e tradução de João Ferreira. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1. p. 466-475.

SAID, Ana Maria. *Uma estratégia para o Ocidente: o conceito de Democracia em Gramsci e o PCB*. Uberlândia: Edufu, 2009.

SPAGNOLO, Carlo. Fascismo. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dizionario gramsciano: 1926-1937*. Roma: Carocci, 2009. p. 293-297.

STACCONE, Giuseppe. *Gramsci – 100 anos: Revolução e política*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de administração científica*. Tradução de Arlindo Vieira Ramos 7. ed. São Paulo: Atlas, 1976.

TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o fascismo*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira. São Paulo: Livraria editora ciências humanas, 1978.

VACCA, Giuseppe. Togliatti e Gramsci. In: _____; AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio (Orgs.). *Gramsci no seu tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p.371-397.

_____. *Vida e pensamento de Antonio Gramsci: 1926-1937*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

_____. La Filosofia della praxis di Antonio Gramsci. *Educação e filosofia*, Uberlândia-MG, v. 28, n. 56, p. 535-557, jul./dez. 2014.

ANEXO A – Fundação e Manifesto do Futurismo

FUNDAÇÃO E MANIFESTO DO FUTURISMO

F. T. MARINETTI

20 de fevereiro de 1909

Havíamos velado a noite inteira – meus amigos e eu – sob lâmpadas de mesquita com cúpulas de latão perfurado, estreladas como nossas almas, porque como estas irradiadas pelo fulgor fechado de um coração elétrico. Tínhamos conculcado opulentos tapetes orientais nossa acídia atávica, discutindo diante dos limites extremos da lógica e enegrecendo muito papel com escritos frenéticos.

Um orgulho imenso intumescia nossos peitos, pois nós nos sentíamos os únicos, naquela hora, despertados e eretos, como faróis soberbos ou como sentinelas avançadas, diante do exército de estrelas inimigas, eu olhavam furtivas de seus acampamentos celestes. Sós com os foguistas que se agitam diante dos fornos infernais dos grandes navios, sós com os negros fantasmas que remexam nas barrigas incandescentes das locomotivas atiradas a uma louca corrida, sós com os bêbados gesticulantes, com um certo bater de asas ao longo dos muros da cidade.

Sobressaltamo-nos, de repente, ao ouvir o rumor formidável dos enormes bondes de dois andares, que passam chacoalhando, resplandecentes de luzes multicores, como as aldeias em festa que o Pó, transbordando, abala e arranca inesperadamente, para arrastá-las até o mar, sobre as cascatas e entre redemoinhos de um dilúvio.

Depois o silêncio escureceu mais. Mas, enquanto escutávamos o extenuado murmúrio de orações do velho canal e o estalar de ossos dos palácios moribundos sobre as barbas de úmida verdura, nós escutamos, subitamente, rugir sob as janelas os automóveis famélicos.

– Vamos, disse eu; vamos amigos! Partamos! Finalmente a mitologia e o ideal místico estão superados. Nós estamos presentes a assistir ao nascimento do Centauro e logo veremos voar os primeiros Anjos! Será preciso sacudir as portas da vida para experimentar seus gonzos e ferrolhos! ... Partamos! Eis, sobre a terra, a primeiríssima aurora! Não há nada que iguale o resplendor da espada vermelha do sol que esgrima pela primeira vez nas nossas trevas milenares! ...

Aproximamo-nos das três feras bufantes, para apalpar amorosamente seus tórridos peitos. Eu estendi-me em meu carro, como um cadáver no leito, mas logo em seguida ressuscitei sob o volante, lâmina de guilhotina que ameaçava meu estômago.

A furiosa vassoura da loucura nos arrancou de nós mesmos e nos enxotou pelas ruas, íngremes e profundas como leitos de torrentes. Aqui e ali uma lâmpada doente, atrás dos vidros de uma janela, nos ensinava a desprezar a falaz matemática dos nossos olhos morredouros.

Eu gritei: – O faro, o faro só basta às feras!

E nós, como jovens leões, perseguíamos a Morte, com sua pele preta maculada de pálidas cruces, que corria pelo vasto céu violáceo, vivo e palpitante.

Mas nós não tínhamos uma Amante ideal que erguesse até as nuvens sua sublime figura, nem uma Rainha cruel a quem oferecer nossos cadáveres, contorcidos como anéis bizantinos! Nada, para querer morrer, a não ser o desejo de livrar-nos finalmente de nossa coragem demasiado pesada!

E nós corríamos, esmagando nas soleiras das portas os cães de guarda que se arredondavam embaixo de nossos pneus ardentes, como os colarinhos embaixo do ferro de passar roupa. A Morte, domesticada, ultrapassava-me em cada curva, para oferecer-me a pata

com graça, e de vez em quando se estirava no chão, com um barulho de maxilares estridentes, enviando-me, de cada poça, olhares aveludados e acariciantes.

– Saíamos da sabedoria como de casca horrível, e atiremo-nos, como frutos apimentados de orgulho, dentro da boca imensa e retorcida do vento! ... Entreguemo-nos como pasto ao Desconhecido, não por desespero, mas somente para encher os poços profundos do Absurdo!

Mal tinha pronunciado essas palavras, quando virei bruscamente sobre mim mesmo, com a mesma embriaguez insensata dos cães que querem morder a cauda, e eis que de repente vejo dois ciclistas que vêm ao meu encontro, titubeando como dois raciocínios, ambos persuasivos, apesar de contraditórios.

Seu estúpido dilema discutia sobre o meu terreno...

Que chateação! Arre! ... Cortei o assunto, e, de desgosto, atirei-me de rodas para cima num fosso...

Oh! fosso materno, quase cheio de água barrenta!

Lindo fosso de oficina! Eu saboreei avidamente tua lama fortificante, que me lembrou a senta mama preta de minha ama sudanesa...

Quando me levantei – trapo sujo e malcheiroso – debaixo do carro virado, senti o coração perpassado, deliciosamente, pelo ferro incandescente da alegria!

Uma multidão de pescadores armados de vara e de naturalistas podágricos tumultuava em volta do prodígio. Com cuidado paciente e metuculoso, aquela gente preparou altas armaduras e enormes redes de ferro para pescar meu carro, parecido com um grande tubarão encalhado. O carro emergiu lentamente do fosso, abandonando no fundo, como escamas, a sua pesada carroçaria de bom senso e o seu fofo acolchoado de comodidade.

Pensavam que tivesse morrido o meu lindo tubarão, mas uma carícia minha bastou para reanimá-lo, ei-lo ressuscitado, ei-lo correndo novamente, sobre suas poderosas nadadeiras!

Então, com o rosto coberto da boa lama das oficinas, mistura de escórias metálicas, de suores inúteis, de fuligens celestes – nós, contundidos e de braços enfaixados mais impávidos, ditamos nossas primeiras vontades a todos os homens vivos da terra:

Manifesto do Futurismo

1. Nós queremos cantar o amor ao perigo, o hábito da energia e da temeridade.
2. A coragem, a audácia, a rebelião serão elementos essenciais de nossa poesia.
3. A literatura exaltou até hoje a imobilidade pensativa, o êxtase, o sono. Nós queremos exaltar o movimento agressivo, a insônia febril, o passo de corrida, o salto mortal, o bofetão e o soco.
4. Nós afirmamos que a magnificência do mundo enriqueceu-se de uma beleza nova: a beleza da velocidade.

Um automóvel de corrida com seu cofre enfeitado com tubos grossos, semelhantes a serpentes de hálito explosivo... um automóvel rugidor, que parece correr sobre a metralha, é mais bonito que a *Vitória de Samotrácia*.

5. Nós queremos entoar hinos ao homem que segura o volante, cuja haste ideal atravessa a Terra, lançada também numa corrida sobre o circuito da sua órbita.
6. É preciso que o poeta prodigalize com ardor, fausto e munificência, para aumentar o entusiástico fervor dos elementos primordiais.
7. Não há mais beleza, a não ser na luta. Nenhuma obra que não tenha um caráter agressivo pode ser uma obra-prima. A poesia deve ser concebida como um violento assalto contra as forças desconhecidas, para obrigá-las a prostrar-se diante do homem.

8. Nós estamos no promontório extremo dos séculos!... Por que haveríamos de olhar para trás, se queremos arrombar as misteriosas portas do Impossível?

O Tempo e o Espaço morreram ontem. Nós já estamos vivendo no absoluto, pois já criamos a eterna velocidade onipresente.

9. Nós queremos glorificar a guerra – única higiene do mundo – o militarismo, o patriotismo, o gesto destruidor dos libertários, as belas idéias pelas quais se morre e o desprezo pela mulher.

10. Nós queremos destruir os museus, as bibliotecas, as academias de toda natureza, e combater o moralismo, o feminismo e toda vileza oportunista e utilitária.

11. Nós cantaremos as grandes multidões agitadas pelo trabalho, pelo prazer ou pela sublevação; cantaremos as marés multicores e polifônicas das revoluções nas capitais modernas; cantaremos o vibrante fervor noturno dos arsenais e dos estaleiros incendiados por violentas luas elétricas; as estações esganadas, devoradoras de serpentes que fumam; as oficinas penduradas às nuvens pelos fios contorcidos de suas fumaças; as pontes, semelhantes a ginastas gigantes que cavalgam os rios, faiscantes ao sol com um luzir de facas; os piróscafos aventureiros que farejam o horizonte, as locomotivas de largo peito, que pateiam sobre os trilhos, como enormes cavalos de aço enleados de carros; e o vôo rasante dos aviões, cuja hélice freme ao vento, como uma bandeira, e parece aplaudir como uma multidão entusiasta.

É da Itália, que nós lançamos pelo mundo este nosso manifesto de violência arrebatadora e incendiária, com o qual fundamos hoje o “*Futurismo*”, porque queremos libertar este país de sua fétida gangrena de professores, de arqueólogos, de cicerones e de antiquários.

Já é tempo de a Itália deixar de ser um mercado de belchiores. Nós queremos libertá-la dos inúmeros museus que a cobrem toda de inúmeros cemitérios.

Museus: cemitérios!... Idênticos, na verdade, pela sinistra promiscuidade de tantos corpos que não se conhecem. Museus: dormitórios públicos em que se descansa para sempre junto a seres odiados ou desconhecidos! Museus: absurdos matadouros de pintores e escultores, que se vão trucidando ferozmente a golpes de cores e de linhas, ao longo das paredes disputadas!

Que se vá lá em peregrinação, uma vez por ano, como se vai ao Cemitério no dia de finados... Passe. Que uma vez por ano se deponha uma homenagem de flores diante da Gioconda, concedo...

Mas não admito que se levem a passear, diariamente pelos museus, nossas tristezas, nossa frágil coragem, nossa inquietude doentia, mórbida. Para que se envenenar? Para que apodrecer?

E o que mais se pode ver, num velho quadro, senão a fatigante contorção do artista que se esforçou para infringir as insuperáveis barreiras opostas ao desejo de exprimir inteiramente seu sonho?... Admirar um quadro antigo equivale a despejar nossa sensibilidade numa urna funerária, no lugar de projetá-la longe, em violentos jatos de criação e de ação.

Vocês querem, pois, desperdiçar todas as suas melhores forças nesta eterna e inútil admiração do passado, da qual vocês só podem sair fatalmente exaustos, diminuídos e pisados?

Em verdade eu lhes declaro que a frequência diária aos museus, às bibliotecas e às academias (cemitérios de esforços vãos, calvários de sonhos crucificados, registro de arremessos truncados!...) é para os artistas tão prejudicial, quanto a tutela prolongada dos pais para certos jovens ébrios de engenho e de vontade ambiciosa. Para os moribundos, para os enfermos, para os prisioneiros, vá lá: – o admirável passado é, quiçá, um bálsamo para seus males, visto que para eles o porvir está trancado... Mas nós não queremos mais nada com o passado, nós, jovens e fortes *futuristas*!

E venham, pois, os alegres incendiários de dedos carbonizados! Ei-los! Ei-los!... Vamos! Ateiem fogo às estantes das bibliotecas!... Desviem o curso dos canais, para inundar os museus!... Oh! a alegria de ver boiar à deriva, laceradas e desbotadas sobre aquelas águas, as velhas telas gloriosas!... Empunhem as picaretas, os machados, os martelos e destruam sem piedade as cidades veneradas!

Os mais velhos dentre nós têm trinta anos: resta-nos portanto pelo menos uma década, para cumprir nossa obra. Quando tivermos quarenta anos, outros homens mais jovens e mais válidos que nós, atirar-nos-ão ao cesto, como manuscritos inúteis. – Nós o desejamos!

Virão contra nós nossos sucessores; virão de longe, de todo lado, dançando sobre a cadência alada de seus primeiros cantos, estendendo dedos aduncos de depredadores, e farejando caninamente, às portas das academias, o bom cheiro de nossas mentes em putrefação, já prometidas às catacumbas das bibliotecas.

Mas nós não estaremos lá... Eles nos encontrarão, finalmente – numa noite de inverno – em pleno campo, embaixo de um triste galpão tamborilado por uma chuva monótona, e ver-nos-ão acorados junto a nossos aviões trepidantes e no ato de aquecermos as mãos ao mísero foguinho que farão nossos livros de hoje, ardendo sob o vôo de nossas imagens.

Eles tumultuarão em nossa volta, arfando de angústia e de despeito, e todos, exasperados com a nossa soberba e incansável ousadia, atirar-se-ão para nos matar, impelidos por um ódio tanto mais implacável, quanto mais corações estiverem ébrios de amor e de admiração por nós.

A forte e saudável Injustiça estourará radiosa nos seus olhos.

– A arte, de fato, não pode ser mais que violência, crueldade e injustiça.

Os mais idosos dentre nós têm trinta anos: no entanto, nós já esbanjamos tesouros, mil tesouros de força, de amor, de audácia, de astúcia e de rude vontade; jogamo-los fora impacientemente, furiosamente, sem contar, sem nunca hesitar, sem descansar nunca, até a exaustão... Olhem para nós! Ainda não porque se alimentaram de fogo, ódio e velocidade!... Estão admirados? É lógico, pois vocês nem sequer se lembram de terem vivido! De pé sobre o cume do mundo, nós lançamos, mais uma vez, nosso desafio às estrelas!

Vocês nos fazem objeções?... Chega! Chega! Conhecemo-las... Compreendemos... nossa bela e mendaz inteligência nos afirma que somos o resumo e o prolongamento de nossos ancestrais. – Talvez!... Que seja!... Mas o que importa? Não queremos entender!... Ai de quem nos repetir estas infames palavras!...

De pé sobre o cume do mundo, nós lançamos, mais uma vez, nosso desafio às estrelas!...

Trad.: Aurora F. Bernardini